

*Este exemplar corresponde à defesa de redação final
da tese defendida por Beatriz Ana Loner e aprovada
pela Comissão julgadora.*

BEATRIZ ANA LONER

Stela A. Fonseca
27/08/1985

O PCB E A LINHA DO 'MANIFESTO DE AGOSTO': UM ESTUDO

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação
em História da UNICAMP, em
junho de 1985, como exigên-
cia parcial para a obtenção
do título de mestre.

CAMPINAS

1985

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

à José Bernardo

Mariana e

Lúcia

ÍNDICE

	Página
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I	
AS LENTES DO PCB.....	17
CAPÍTULO II	
COMPOSIÇÃO E CARACTERÍSTICAS DO PARTIDO E DA DIREÇÃO.....	37
CAPÍTULO III	
A LINHA POLÍTICA DE 48 A 54.....	68
a) A Linha do 'Manifesto de Agosto'.....	69
b) A Moderação com o Programa do IV Congresso..	99
CAPÍTULO IV	
O PCB E O MOVIMENTO OPERÁRIO E POPULAR.....	121
CAPÍTULO V	
O PARTIDO E SEUS MILITANTES: AS ESTRUTURAS IN- TERNAS.....	149
a) O Militante e o Dirigente.....	149
b) Os Mecanismos de Controle Internos.....	160
BIBLIOGRAFIA.....	201

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer inicialmente ao corpo de professores do Departamento de História da Unicamp, particularmente àqueles vinculados ao projeto sobre trabalhadores urbanos, pelo estímulo intelectual e ampla liberdade na discussão de temas que propiciaram a nós, seus alunos. Entre eles relembro com especial carinho a professora D^{ca} Ribeiro Fenelon, exemplo de mestra.

Ao meu orientador, prof. Italo Tronca, agradeço o apoio recebido. Ele, juntamente com os professores Maria Stella Bresciani e Edgar de Decca, confiaram em minhas capacidades, mesmo quando, formalmente, não precisariam mais preocupar-se comigo.

Um agradecimento muito especial devo ao professor Marco Aurélio Garcia, pela paciência e boa vontade demonstrada na leitura e discussão do trabalho, acompanhada de sugestões enriquecedoras para o desenvolvimento do mesmo, algumas das quais pude incorporar ao desenvolvimento do tema.

Uma dívida que nunca poderá ser paga me prende ao Dr. José Conceição, de Soledade, RS, pela sua largueza de espírito e desprendimento. Após ter se preocupado ao longo de várias décadas com a conservação de documentos que, mesmo em bibliotecas oficiais, desapareceram durante os anos de estreiteza obscurantista recentes, teve um gesto de profunda grandeza, emprestando-me sua coleção de revista Problemas durante vários anos, para

que eu pudesse realizar a pesquisa com total liberdade. Somente quem vive num estado como o Rio Grande do Sul, onde existe grande escassez de documentos sobre a história da esquerda pode avaliar o que significou a colaboração, desinteressada e altruísta, do Dr. Conceição.

Agradeço ainda aqueles antigos militantes que tão gentilmente me receberam e aceitaram em realizar entrevistas.

Dos meus colegas, Elvira, Laura, Lisete e Dinarte, trago sempre lembranças agradáveis pela amizade e companheirismo demonstrada nestes anos.

A Maurício e Maria Alice, meu muito obrigado pela acolhedora hospitalidade com que me receberam por vários meses.

Nas circunstâncias em que foi realizado este trabalho, ele nunca teria chegado a bom termo se não fosse o auxílio inestimável de familiares, especialmente minha mãe e minha irmã, que tantas vezes e sempre de boa vontade, me substituíram em minhas tarefas de mãe, tornando possível que me dedicasse ao estudo com total despreocupação quanto aos cuidados com minhas filhas.

Zê Bernardo proporcionou o apoio intelectual e afetivo necessário durante as fases de pesquisa e elaboração da dissertação.

Obviamente entretanto, o fato de ser grata a estas pessoas não implica em responsabilidade destas quanto as conclusões aqui apresentadas, que somente a mim devem ser imputadas.

INTRODUÇÃO

"É próprio da história que, ao nos propor no presente, questões a resolver para construir o futuro, nos imponha também e ao mesmo tempo, a necessidade de rever, reconhecer o passado" (1)

A esquerda marxista em nosso país é um fenômeno deste século, mas que só se transforma numa opção conhecida das grandes massas, incluindo a classe operária, há apenas 40 anos, quando do segundo breve período de legalidade do Partido Comunista do Brasil, em 1945.

A história dos partidos políticos de esquerda do Brasil é uma história até agora marcada pela exclusão do sistema jurídico-político, pela frustração de suas aspirações maiores e pelo freqüente desencontro entre suas propostas e a prática da classe que pretendem representar. No Brasil sempre houve uma grande incapacidade, por parte destes partidos de esquerda, de pensar criticamente sua prática e aprender com a sua própria experiência e a de outros partidos. Por algum estranho mecanismo, a experiência das vitórias ou derrotas passadas não conseguem incorporar-se criticamente numa memória comum, não servem para embasar a nova prática, apesar das constantes e freqüentes autocríticas. O resultado é que os erros de um momento podem voltar a repetir-se em outra conjuntura, até mesmo dentro da mesma organização, numa espécie de retorno cíclico às mesmas práticas e

(1) Weffort, Francisco C. - Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945-1964, primeira parte in: Revista de Cultura Contemporânea, ano 1, nº 1, julho de 1978, p. 9.

propostas.

Dessa forma, a história recente destes partidos no Brasil não tem passado, em sua maior parte, de uma seqüência de episódios infelizes, com grandes perdas para o movimento operário e popular e também para os indivíduos nela engajados. Destes fracassos e desastres, é comum organizarem-se dissidências e cisões, que logo se aglutinam em novos partidos, sujeitos a repetir os mesmos velhos erros. Um dos motivos de sua fragilidade é que a esquerda ainda não tem história, não se conhece. Apenas há poucos anos, começou o trabalho de reconstrução desta história, tanto em meios acadêmicos como através de memórias de militantes.

É lícito perguntar-se que sentido tem o estudo de uma parcela tão ínfima da população brasileira, sempre marginalizada, quando não reprimida, amordaçada e esmagada. Para as classes dominantes, a esquerda e seus partidos sempre funcionam como um eterno referencial negativo, a ser agitado conforme as conveniências, o fantasma da 'subversão' justificando desde medidas autoritárias à nível de escolas até golpes de Estado 'salvadores'.

Atualmente, alguns historiadores preocupam-se em desvendar como a história é construída a partir do discurso dos vencedores (2) em cada momento histórico e como, por meio do próprio discurso, se pretende impedir a expressão dos vencidos. A esquerda brasileira foi sempre perdedora e, mais do que ela, a classe operária e os movimentos populares, nos quais ela constrói sua representatividade, real em alguns momentos, auto-outorgada em outros. Recuperar a história da esquerda, então, seria recuperar uma vertente da história dos oprimidos, um tipo de

(2) De Decca, Edgar. 1930 o silêncio dos vencidos. Brasiliense, São Paulo, 1981.

atividade em que se empenharam alguns setores da classe operária. Contudo, como bem adverte De Decca (3), o discurso da esquerda freqüentemente aceita cortes historiográficos que são mais representativos da história revista pelos dominadores, que da história balizada pela luta de classes. Além disso, a esquerda, ao se fazer porta-voz dos históricos interesses da classe operária, termina selecionando o que a classe poderia ter para dizer e que talvez fugisse dos parâmetros do seu discurso.

Hoje, quando novamente se abre para o país a perspectiva democrática, quando o movimento operário e popular precisa conquistar vitórias efetivas e duráveis, ampliar o seu espaço político de modo a inviabilizar um sempre possível retrocesso, torna-se necessário repensar a história destes partidos e movimentos de esquerda, pois, após 38 anos de ilegalidade e 20 de repressão severa, eles finalmente vão poder atuar mais livre e intensamente, colocar suas propostas, receber adesões, participar dos debates e da construção de um governo democrático no Brasil.

Neste trabalho, pretendemos contribuir para a construção desta história, estudando seu maior e mais influente representante ao longo de décadas decisivas da história brasileira mais recente: o Partido Comunista do Brasil. Escolhemos este partido para a análise porque ele foi o principal, senão único partido de esquerda com base operária e popular durante os anos 40 e 50, teve uma atuação importante em alguns momentos, relativa em outros, mas sempre esteve presente, especialmente no movimento sindical, como até hoje em dia. Além disso, ele está na raiz da maior parte dos demais partidos marxistas-leninistas existentes hoje em nosso país, já que muitos originaram-se de rachas ou

(3) De Decca, op.cit. cap. 1. O autor se refere mais precisamente ao discurso da esquerda acadêmica, mas certamente a advertência se aplica a esquerda militante também.

dissenções em seu interior.

Por outro lado, estes partidos vêm para a legalidade num momento bem diverso daquele de 45, em termos ideológicos: em 45 vivíamos o momento de maior prestígio da União Soviética e dos partidos comunistas, estávamos no auge do stalinismo, enquanto prática política e teoria, e ninguém questionava a célebre frase: "Fora do partido não há salvação". Hoje, o pensamento marxista e especialmente sua versão marxista-leninista está em crise a nível mundial. É necessário, pois, uma discussão, por parte daqueles que aspiram pela concretização dos ideais socialistas, sobre a validade dos instrumentos e práticas até agora utilizados, onde ressalta a discussão sobre o próprio partido enquanto estrutura organizacional, sua teoria e sua prática interna.

Desde já deixamos claro que só poderemos contribuir parcialmente para esta discussão, pois estaremos estudando apenas um caso concreto: a atuação do Partido Comunista do Brasil durante os anos de 1948 a 1954. Pretendemos analisar as influências que sofre na elaboração de sua linha política para aquele momento, suas propostas para o movimento de massas e sua evolução ao longo do tempo. A forma como se davam as relações direção-base e os mecanismos internos de coesão e controle da estrutura partidária serão também objeto de estudo tal como se apresentavam naquele momento.

O período que vai de 1948 a 1954 é conhecido, nos meios partidários e historiográficos, como de vigência da orientação política conhecida pelo nome de 'Manifesto de Agosto'. Esta linha representa uma quebra de continuidade entre a orientação seguida pelo partido de 43 a 47 e também com aquela que o marcará de 58 em diante. A ruptura em sua orientação tática e sua atuação no movimento de massas torna este momento privilegiado para

entender a forma como se davam suas relações com este movimento. Por ser uma orientação polêmica, permite compreender melhor o mecanismo de controle da máquina partidária e as relações base-direção. Além disso, constitui-se num momento de repressão acentuada (pelo menos até 51) das atividades comunistas, o que trará conseqüências desastrosas para sua estrutura e dinâmica interna. Esta é a época de auge do assim chamado 'núcleo dirigente' e das 'práticas mandonistas de direção'. Ao lado disto, algumas peculiaridades deste período permitirão aquilatar melhor o peso das influências externas e internas à sociedade brasileira na definição da orientação política do partido.

Por outro lado, entre os trabalhos acadêmicos que tomaram a atuação do partido em dada conjuntura como referência (4), este não foi um dos momentos privilegiados, aparecendo secundariamente, em estudos específicos sobre o movimento operário do fim dos anos 40 e inícios de 50, a análise da atividade comunista (5). Entre aqueles autores que se dedicaram especificamente ao estudo do Partido (6), pela própria orientação geral dada aos

- (4) Sobre o período imediatamente anterior, temos os trabalhos de Weffort, Francisco - "Origens do sindicalismo populista no Brasil (a conjuntura do após-guerra)" in: Estudos Cebrap nº 4, abril-maio-junho 1973, pp.65 a 106; Alem, Silvio Frank - Os Trabalhadores e a "Redemocratização", dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, Campinas, São Paulo, 1981; Spindel, Arnaldo - O Partido Comunista na Gênese do Populismo, Símbolo, São Paulo, 1980; Sobre o período final de nosso estudo, temos o trabalho de Boito, Armando - O golpe de 1954. A burguesia contra o populismo. Brasiliense, São Paulo, 1982. Sobre o período em foco temos apenas a tese de um 'brasilianist' Van Hyning, John Paul. From 'Sectarianism' to Reformism: The Communist Party of Brazil 1950-1954. University of Wisconsin, 1969, todavia inédita entre nós.
- (5) Entre estes estudos, principalmente os de Maranhão, Ricardo - Sindicatos e Democratização. Brasiliense, São Paulo, 1979 e Moisés, José Álvaro - Greve de Massa e Crise Política (estudo da greve dos 300 mil em São Paulo - 1953-54). Polis, São Paulo, 1978.
- (6) No seio acadêmico, especialmente os trabalhos de Chilcote, Ronald - Partido Comunista Brasileiro. Conflitos e integração. Graal, Rio de Janeiro, 1982, e Rodrigues, Leôncio Martins - "O PCB: Os dirigentes e a organização" in: Fausto, Bôris (direção) História Geral da Civilização Brasileira, Vol. 10, Brasil Republicano, Sociedade Política (1930-1964),

trabalhos, não houve ênfase neste período em particular. Nosso estudo, assim, pode lançar mais luzes na compreensão da orientação e prática do partido naquele momento.

Nossa proposta inicial era fazer uma análise, com base na revista teórica do Partido, Problemas, sobre qual a visão do PCB sobre a realidade brasileira, quais suas propostas para tal sociedade e como elaboravam eles a figura do ser operário, do militante, do pequeno-burguês, etc. Contudo, a evolução do trabalho levou-nos a extrapolar estes limites e deles nos afastar, no sentido acima apontado. Inicialmente uma primeira pergunta chamou nossa atenção: Quais os motivos que levaram o partido em 48 a dar uma guinada tão violenta em relação à sua orientação política anterior? Que fatores intervieram e influíram nesta guinada? Logo a seguir, outra questão surgiu: se a unanimidade dos autores consultados, se os testemunhos de vários militantes e ex-militantes não deixam dúvidas que tal orientação política era desastrosa para o movimento de massas, que era baseada em critérios subjetivos e tinha uma visão irrealista da situação brasileira, o que levava à uma prática aventureira, sectária e irresponsável, porque ela conseguiu se manter por tantos anos? Que mecanismos permitiram sua continuidade e fizeram com que esta orientação, embora parcialmente modificada, fosse aprovada no IV Congresso do Partido Comunista do Brasil em 1954? Estas perguntas fizeram-nos avançar de nossa idéia original para o estudo daquela orientação política e da estrutura organizacional e dinâmica interna do partido nos anos considerados, embora ainda

Dipel, São Paulo, 1977, cap. VIII, pp.363 a 443. Há também vários livros de militantes ou simpatizantes do Partido sobre sua história. Entre os mais recente, citamos: Vinhas, Moisés - O Partidão. A luta por um partido de massas 1922-1974. Ed. Hucitec, São Paulo, 1982; Reis, Dinarco - A luta de classes no Brasil e o PCB, Novos Rumos, São Paulo, s. d.; Segatto, José Antonio - Breve História do PCB, Ciências Humanas, São Paulo, 1981.

utilizando, como fonte de consulta principal a revista "Problemas".

Para o tipo de pesquisa que pretendemos fazer, sua utilização traz-nos vantagens, mas também apresenta riscos. Controlada diretamente pela Comissão Executiva, a revista reflete, mais do que qualquer outra publicação partidária, a evolução de idéias no centro diretor do partido, como percebem (ou não) as modificações sucessivas na conjuntura, as influências sofridas e, secundariamente, traz aspectos do movimento de massas e da estrutura interna do partido.

Por outro lado, como Problemas constituía-se no órgão teórico oficial do PCB, seu caráter doutrinário é muito acentuado, o que implica numa certa inflexibilidade em seu conteúdo. Em outras palavras, a revista refletirá sempre a posição oficial a respeito de um assunto, mesmo quando esta posição não é mais a que orienta a atuação do Partido em termos práticos. Representando a linha partidária oficial, ela obviamente não conseguirá captar a totalidade das relações que se estabelecem com o partido e sua inserção no movimento real, tornando-se necessária a consulta à outras fontes, especialmente quanto a estudos sobre a prática do partido no movimento de massas e a testemunhos de militantes.

Ao final desta Introdução, faremos uma breve caracterização da revista, necessária para que se compreenda seu papel dentro da vida partidária daqueles anos.

No capítulo I buscamos apreender quais as influências que o PCB sofre na elaboração de sua nova orientação política. Depois de expor as principais diferenças entre sua orientação na conjuntura de 45 a 47 e sua atuação de 48 em diante, anotamos que esta modificação só ocorre a partir do momento em que o partido

não tem mais condições de prosseguir em sua atividade anterior, pela cassação dos mandatos e total ilegalidade em que é colocada sua atividade.

No estudo das influências sentidas pelo PCB, logo ficou claro que não se poderia prescindir da referência externa, forte e atuante sobre o partido: o seu relacionamento com o movimento comunista internacional, com as orientações vindas pelo Kominform (7) e de contactos directos com o Partido Comunista da União Soviética. Contudo, não é possível, - nem verdadeiro - creditar todos os erros e acertos da política do PCB à sua submissão aos ditames externos, representados pelos soviéticos.

Embora reconhecendo esta influência - coisa que nem o próprio partido negava - há todo um espaço, principalmente dentro do modo como se aplicam estas determinações - que diz respeito às influências internas que o partido sofre. Em outras palavras, se a orientação política, em seus traços gerais, era definida externamente, a partir de um centro único e para todos os PCs, contudo ela sofria influências internas, em cada partido, que a fazia apresentar diferenças, algumas significativas, de país para país. Concretamente, no caso brasileiro, o partido, de 48 a 51, foi muito além do que a orientação soviética mandava.

Nossa hipótese é que as condições nacionais de repressão e ilegalidade em que foram colocados, aliado às características particulares de sua formação e composição social, especialmente quanto à sua direção, que fizeram com que tal 'diferença' se apresentasse. O estudo deste partido, como se forma e quais as

(7) Kominform - Era o nome do Bureau de Informações, órgão formado pelos representantes dos 8 principais Partidos Comunistas europeus, mais o russo. Com sede inicialmente em Belgrado e depois, Bucareste, editava o jornal semanal em várias linguas.

influências que sofre ao nível da sociedade constituem o tema do capítulo II. Além disto, num partido leninista a direção sempre ocupa um papel muito importante na definição de sua linha política, o que requer uma análise acurada de sua formação e características principais. Num partido stalinizado como era o PCB, era apenas a direção que elaborava as propostas político-partidárias. Portanto, todas as influências que o partido sofre neste momento serão mediatizadas pela direção, seus interesses e suas capacidades. Assim, existem mediações entre a realidade e sua visualização pelo partido. Tudo se passa como se o PCB, ao elaborar uma proposta política para a sociedade brasileira, se munisse de lentes, lentes que influenciariam na maneira como percebe a realidade. A primeira destas lentes seria aquela constituída pela orientação soviética, subordinando o movimento comunista mundial às necessidades de defesa da URSS. A segunda lente seria a representada pelas diferenças de enfoque que podem existir dentro desta mesma orientação ainda no plano externo à sociedade brasileira, ao nível das diversas facções que existem dentro do PC US. Assim, embora partindo de um centro único, a mesma proposta poderia apresentar - como de fato apresenta a estratégia da paz naqueles anos - nuances significativas em sua evolução.

A terceira lente seria a representada pelos interesses e características da direção, a qual, neste momento, sofre os efeitos de seus erros na orientação do partido na conjuntura anterior, combinados com a severa repressão do governo Dutra.

No capítulo III analisamos a proposta do Manifesto, acompanhando sua evolução até o IV Congresso. Situamos esta orientação no conjunto das demais linhas políticas por que passou o partido ao longo de sua existência, destacando seus pontos de continuidade e de ruptura, bem como a influência de idéias na-

cionalistas e estatistas, presentes em sua proposta. O IV Congresso representa um momento decisivo para esta orientação. Ao mesmo tempo que ela é referendada oficialmente pelo partido, ela passa a não mais orientar a atividade partidária, nem a nível da direção, pois o impacto da morte de Vargas e os novos acordos políticos feitos a transformam em letra morta, rapidamente.

No capítulo IV procuramos, dentro dos limites permitidos por uma pesquisa restrita apenas a livros e documentos partidários, descrever as propostas do PCB para o movimento de massas no período do Manifesto. Privilegiamos aqui a ótica do Partido, ou melhor, de sua direção, pois o que nos interessa especificamente é acompanhar a evolução da proposta, a partir das reações que suscita quando de sua aplicação à realidade, especialmente no movimento operário.

Finalmente, no capítulo V buscamos aprender a relação entre o partido e seus militantes, as estruturas internas, os mecanismos de controle utilizados pela direção, o modo como se mantém a coesão interna.

Este é, sem dúvida, um dos assuntos mais fascinantes quando se trata de lidar com um partido político tão autoritário e burocratizado como o 'partidão' e, ao mesmo tempo, com tanto poder de atração sobre uma parcela considerável da esquerda brasileira durante algumas décadas deste século. É fascinante ver como, apesar de toda sua prática às vezes equivocada, dos métodos autoritários que empregava, dos sacrifícios que implicava a militância, como muitos se mantiveram e ainda se mantêm fiéis a um ideal de partido, símbolo da própria transformação social para eles.

Interessa-nos aclarar quais os mecanismos que permitiam manter a estrutura partidária de pé, quais os fatores que davam

sustentação ao trabalho dos militantes, além do ideal socialista, obviamente. Não é uma questão fácil de responder e nem tentaremos dar-lhe uma resposta completa, pois ele depende de fatores extremamente variáveis e individuais. Veremos apenas, em grandes traços, o relacionamento interno bases-direção, a estrutura partidária e seus pretensos 'vícios' e os mecanismos de sustentação do 'status-quo' interno.

A revista

O Partido Comunista do Brasil lança, em agosto de 1947 a revista teórica Problemas. Seu objetivo é a difusão do marxismo-leninismo no Brasil. Apresenta-se como "uma revista em defesa da democracia, do progresso e da independência de nossa pátria" (8). Pretende difundir e discutir os conceitos básicos do marxismo-leninismo, bem como estudar casos concretos de sua aplicação. Saíram 73 números da revista, de agosto de 47 a março de 56, quando sua publicação é interrompida com a crise causada nos meios comunistas pelas revelações do Informe secreto de Krutchev, no XX Congresso do PC US. Seus editores foram Carlos Marighella, Diógenes de Arruda Câmara e Victor Konder, publicação da editorial Vitória, Rio de Janeiro. Sendo publicada legalmente, era facilmente encontrável em bancas e tinha assinantes pelo país inteiro. Ao longo de sua existência nunca sofreu interrupção de continuidade, embora variasse sua periodicidade de mensal a bimensal. Sua tiragem total, dos primeiros 12 meses, chegou a 120.000 exemplares, o que dá uma média, por número de 10.000 exemplares. É um número não desprezível dada as condições de desarticulação e repressão que pesavam sobre o partido. Sua leitura era considerada, pela direção, necessária a todo militante,

(8) Marighella, Carlos - "Apresentação" Problemas nº 1, ago/47, p.3.

como forma de elevar o nível teórico e ideológico do Partido. Seu preço permanece constante de agosto de 47 até fins de 54, o que indica que provavelmente seu custo era subsidiado, dada a inflação constante daqueles anos.

Sempre esteve sob o controle da Comissão Executiva do Partido. Inicialmente dirigida por Carlos Marighella, em fins de 48 passa a ser dirigida por Arruda, como 'diretor proprietário', aparecendo após o número 33 Victor M. Konder como 'diretor responsável'. A mudança de direção caracteriza duas fases distintas na vida da revista. Enquanto Marighella era diretor, a revista trazia artigos estrangeiros mas também vários artigos sobre a realidade brasileira de autores nacionais. Por exemplo, artigos de Miguel Almeida sobre a atuação da "Bond and Share", sobre a aviação comercial, sobre a política comercial brasileira e o imperialismo; de Osvaldo Peralva sobre a influência americana no controle do aparelho estatal do Brasil; de Artur Cabral sobre a questão do petróleo; de Prestes, um estudo teórico sobre o campo no Brasil e a reforma agrária necessária. Alguns destes estudos analisavam em profundidade certos aspectos da interferência do imperialismo no Brasil.

No entanto, a partir do momento em que Arruda se torna o diretor da revista, estes artigos desaparecem e a revista torna-se mera reprodutora de informes do Comitê Central, da Comissão Executiva, de Prestes, ou de outros membros da direção sobre assuntos partidários. Enquanto isto, o número de artigos de autores estrangeiros, especialmente soviéticos, aumenta desmesuradamente, a tal ponto que vários números da revista só possuem, de artigos nacionais, o editorial, de 7 a 8 páginas, num total de 100 a 128 páginas da revista. Neste contexto, o nº 39 é exceção: apresenta apenas artigos de brasileiros. E o nº 60 é o mais trágico pela implícita alienação da realidade que representa:

corresponde a agosto de 54 e de assuntos nacionais só traz um curto comunicado do CC, de uma folha, sobre a morte de um companheiro.

Esta mudança na orientação da revista certamente corresponde a alguma mudança de planos no Comitê Central, pois no nº 12, ao comemorar o aniversário da revista, Marighella ressaltava em editorial que Problemas havia cumprido seu objetivo, mas necessitava dedicar-se mais, neste seu segundo ano, ao estudo da situação nacional e latino-americana. Entretanto, já no nº 16 consuma-se a mudança de diretor, que torna a revista ainda mais vinculada a Comissão Executiva o que pode ser avaliado pelos seus editoriais. Enquanto sob a direção de Marighella, os editoriais eram sempre assinados por este, ou, excepcionalmente por Prestes. Arruda, como diretor, nunca assina os editoriais que passam a ser feitos por membros da Comissão Executiva, ou reproduzem documentos deste e do Comitê Central.

Peralva relaciona as modificações na revista com a aproximação do PCB com os soviéticos no após-guerra, que começa a se tornar maior por volta do nº 14 da revista (outubro de 48). Problemas, para ele, torna-se o "espelho fiel" da dependência do partido aos soviéticos, pois de número para número vai aumentando a quantidade de artigos soviéticos, até que ela se transforma "num boletim de transcrições de artigos soviéticos" (9). Outro que critica a excessiva fixação da revista em assuntos internacionais é Basbaum, argumentando que "desse modo, os leitores de Problemas (e sua leitura era obrigatória) sabiam tudo sobre a Bulgária ou a Polônia ou sobre a URSS e nada sobre o Brasil".(10)

Problemas acompanha passo a passo a orientação do PCB e

(9) Peralva, Osvaldo - O Retrato. Globo, POA, 1962, p.262.

(10) Basbaum, Leôncio - Uma vida em seis tempos. Alfa-Ômega, São Paulo, 1976, p.214.

também traz as principais inflexões do movimento comunista em suas páginas.

Nascida com a 'Guerra Fria' ela apresentará, de início, a mesma dubiedade que caracteriza o PCB antes da extinção dos mandatos: há a percepção que a realidade está mudando, incorpora-se alguns traços do discurso comunista do período da guerra fria em sua linguagem, mas não se modifica significativamente a atividade partidária. Janeiro de 48, entretanto, marca a virada na orientação política do partido e, conseqüentemente, da revista. Seu tom passa a ser muito mais agressivo em relação ao governo e ao imperialismo, busca-se incentivar os movimentos de protesto, apresentar o momento como de ascenso do movimento de massas e dirigir os trabalhadores "para formas de luta mais altas" (11) e que levem a derrocada da reação. Em 50, quando a proposta do PCB evolui para a formação de um 'Exército de Libertação Nacional' e a luta pela tomada do poder, a revista vai apresentar, em suas páginas finais, trechos de documentos dos clássicos sobre a insurreição armada.

Há sempre um clima de otimismo, muito otimismo quanto à vitória da revolução. Os finais de artigos trazem, ao pé de página, frases evocativas da superioridade das forças que lutam pela paz e o socialismo, da inevitabilidade histórica do mesmo, da necessidade da luta armada para alcançar o poder. Neste momento, eles parecem acreditar que as palavras têm uma força própria e que o simples fato de dizerem algo algo implica, de alguma forma, em um enfraquecimento do campo imperialista. Para Mariguella, por exemplo, as palavras dos representantes soviéticos na ONU, desmascarando os 'incendiários de guerra' "faz tremer"

(11) Marighella, Carlos - "Nossa política", Problemas nº 10, mai/48, p.7.

ao imperialismo (12). E que a realização de um Congresso Mundial pela Paz na Polônia é um êxito que põe em desespero aos que querem a guerra. Sem esquecermos que a principal forma de luta pela paz, tanto no Brasil como no mundo, era a coleta de assinaturas para os sucessivos apelos pela Paz levados adiante em campanhas na época. Mas esta crença na força das palavras naquele momento vai mais longe. Em autocrítica posterior, a direção reconhece que quando lançaram o Manifesto de Agosto julgaram que o simples chamamento às massas para a luta, faria com que elas se levantassem em armas pela revolução. Após sua desilusão neste aspecto, tratam de construir o partido e fortalecer os organismos de massa como forma de preparar a revolução. E Problemas então passa a trazer artigos sobre a organização partidária, seu fortalecimento, a experiência de outros países, etc. Mais tarde, isto resultará na substituição de sua secção permanente "Figuras do Movimento Operário" pela seção "Experiências do PC US".

Ao longo dos seus 73 números, Problemas não vai deixar de trazer os principais documentos do movimento comunista internacional, como é o caso dos documentos do XIX e XX Congresso, dos informes das conferências do Bureau de Informações, artigos e entrevistas de Stalin. O aniversário deste será comemorado com uma edição especial, no nº 23, enquanto seu elogio 'post mortem' virá no nº 45, ao mesmo tempo em que se reafirma a "dedicação e fidelidade sem limites" ao Comitê Central do PC US (13). O nº 30, por sua vez, será dedicado à Revolução Chinesa, enquanto o nº 64 reproduz todos os informes e resoluções do IV Congresso do Partido.

(12) Marighella, Carlos - "Nossa política", Problemas nº 17, fev/mar/49, p.7.

(13) "Mensagem do camarada Prestes ao Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética", Problemas nº 45, mar/abr/53, p.15.

A revista tem duas secções fixas: 'Nossa política' que traz os editoriais e 'Figuras do movimento operário' que pretende contar a história de líderes e heróis do movimento comunista. Também nesta secção a maioria de artigos é de estrangeiros e sobre estrangeiros. Dentro os 'nacionais' ressalta-se dois sobre operários e a biografia de Prestes. Em geral, estas biografias buscam ressaltar os traços positivos dos biografados, no sentido de formar padrões de comportamento 'proletário'.

CAPÍTULO I

AS LENTES DO PCB

O Partido Comunista do Brasil emerge da clandestinidade em 45 como um partido extremamente prestigiado frente à opinião pública, não só pelos esforços anti-fascistas que desenvolveu durante a II Guerra, não só pela auréola de mártires que o tratamento dispensado nas prisões da ditadura Vargas deu a alguns de seus dirigentes, mas também devido ao imenso prestígio da União Soviética no imediato após-guerra, como nação que tinha, a custa de imensos sacrifícios, batido e esmagado o monstro nazista. Entretanto, nesta conjuntura extremamente favorável à sua atuação, o autodenominado partido do proletariado brasileiro manda este proletariado apertar o cinto e contribuir para o crescimento da economia nacional, condena as greves e legitima com sua participação a estrutura sindical corporativista, além de estender a mão ao, neste momento, desprestigiado Getúlio. (1)

(1) Não é nossa intenção analisar a conjuntura do imediato após-guerra, embora muitas vezes nos reportemos a ela em nosso trabalho. Para a análise do período, remetemos os leitores a WEFFORT, Francisco C. - "Origens do sindicalismo Populista no Brasil", Estudos Cebrap nº 4, abril/junho de 1973, São Paulo pp. 65 a 106. Neste ensaio, o autor vê a conjuntura de 45/46 como sobredeterminada politicamente pelas conseqüências do término da segunda grande guerra e das alianças estabelecidas entre as potências aliadas, inclusive a URSS. Especialmente a atuação do PC é analisada tendo em vista sua obediência às diretrizes stalinistas para o período, o que leva-o a buscar a colaboração com o governo, o respeito e manutenção da ordem e dos poderes institucio-

Em 47, já proscrito, com militantes presos, jornais empastelados, seu registro cassado e seu prestígio popular, bem como número de militantes, em acentuada baixa, este partido não consegue, ainda, fazer a correção política de sua atividade que o momento exige, e exhibe uma oposição mais de palavras do que de atos.

Em 48, coincidentemente depois de cassarem os mandatos de seus parlamentares, ele finalmente inicia a virada, mas para posições tão radicais que não só não serão entendidas pelas massas, como permanecerão incompreensíveis para muitos dos seus militantes.

Com efeito, o mesmo Partido que em 45 procurava impedir as greves e em 47 as tolerava, a partir de 48 vai incentivá-las, procurando tirar greves a qualquer preço. O mesmo partido que em 45 trabalhava nos sindicatos oficiais, sem se preocupar em contestar ou modificar a estrutura sindical herdada do Estado Novo, em 48 vai repudiá-la, abandonando o trabalho nos sindicatos oficiais e dedicando-se apressadamente à formação de sindicatos paralelos.

Em 50, o mesmo partido da "ordem e tranqüilidade" de 45(2) vai propor a derrubada do governo e a tomada do poder pelos ope-

nais. No plano sindical, implementa uma política de moderação, de contenção dos movimentos reivindicatórios e de inserção nos sindicatos oficiais, procurando - a partir da utilização destes - montar uma estrutura dual, na qual pudessem exercer influência. Para o autor, "os comunistas, a serviço de uma aliança política, começaram a realizar, desde os primeiros meses de democracia no país, aquilo que Vargas imaginara como necessário à sua política, mas que os seus 'pelegos' pareciam incapazes de realizar, ou seja, a mobilização a serviço do governo dos sindicatos que até então tinham uma existência meramente assistencial e administrativa" (p.75).

- (2) Em 45, Prestes dizia que "ordem e tranqüilidade foi durante todo esse ano a palavra de ordem do Partido". Ver CARONE, Edgar - O PCB 1943 a 1964. Vol.2, Difel, 1982, São Paulo, p.61.

rários, camponeses e setores médios, sob sua direção.

Podemos multiplicar às dezenas estes exemplos de ruptura do partido com sua atuação anterior (3), mas o que nos interessa agora é discutir o porquê desta virada e, principalmente, das formas que ela assume.

Inicialmente, vejamos quais os traços fundamentais da conjuntura em que o PCB inicia sua virada. Com a vitória de Dutra nas eleições presidenciais de 45 houve a tentativa, por parte das classes dominantes, de governar sem o apelo às massas, que Vargas havia ensaiado no fim do Estado Novo. Este governo poderia ser caracterizado como liberal em sua forma, mas conservador em seu conteúdo e autoritário em sua prática.(4)

No terreno econômico, Dutra primou pela abertura ao capital estrangeiro e pelo indiscriminado uso da taxa de câmbio, o que determinou a liquidação do estoque de divisas com que o Brasil saíra beneficiado da última guerra. A partir de 47 esta última orientação é revogada, iniciando-se a política do controle e confisco cambial. Sua orientação, liberal e anti-intervencionista na economia (5), será porém complementada com uma política operária autoritária e com o arrocho salarial, objetivando man-

(3) Ruptura essa em grande parte apenas tática, pois seus objetivos finais e até os instrumentos para atingi-los permanecem constantes, como veremos no Capítulo III.

(4) "A partir de 47, o que se observa é a estruturação da 'democracia liberal' tal como sempre a viram os donos do poder, ou seja, como qualquer movimento ou organização de massas sufocado e/ou atrelado ao aparelho burocrático de Estado, a par da manutenção das liberdades e garantias individuais afiançadas pela Constituição. Liberal na forma, herdeiro do autoritarismo característico dos anos 30 no conteúdo, eis possivelmente uma descrição sumária do período Dutra". ALMEIDA JR, Antonio Mendes de - Do declínio do Estado Novo ao suicídio de Getúlio Vargas. In: FAUSTO, Boris. (dir) - História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III, O Brasil Republicano, volume 3, Sociedade e Política nº 10, Difusão Européia do Livro, SP, 1972, p.244.

(5) IANNI, Otávio - Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930/1970) - Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1971, p.83.

ter condições favoráveis à acumulação de capitais.

Quanto à política externa, Dutra aceitou a hegemonia americana, concluindo numerosos acordos de colaboração com os EUA, inclusive de cooperação e armamento nas áreas militares e impondo ativamente aqui a política da guerra fria.

Em 46, quando Dutra assume, o país encontra-se discutindo a organização jurídico-político-social através da Assembléia Nacional Constituinte. O movimento de massas está em um patamar alto, e especialmente o movimento sindical apresenta um alto grau de efervescência, com um elevado número de greves, o aumento de quase 70% do número de sindicalizados em um ano (6) e as tentativas de formação de grandes entidades de cúpula, unificadoras do movimento (7). As classes dominantes estão assombradas e assustadas com o crescimento numérico e eleitoral do Partido Comunista do Brasil que, em 45, obteve quase 10% da votação total. Além disso, sua influência no movimento sindical é grande, creditando-se a eles boa parte do trabalho neste campo, especialmente depois que passam a apoiar as greves. Embora o PC mantivesse uma política que busca a colaboração com o governo (ver nota 1) seu assombroso crescimento numérico, seu desempenho eleitoral e sua influência crescente no movimento sindical, especialmente depois que dão um apoio firme às greves, assusta as classes dominantes. Ainda em 46, Dutra vai iniciar sua ofensiva contra o movimento operário, mas aplica seus maiores golpes em 47, após o término dos trabalhos da Constituinte, a qual em sintonia com seus desejos, mantém inalterado o caráter corporativo da legislação sindical estado-novista.(8)

(6) Segundo MARANHÃO, os trabalhadores sindicalizados passam de 474.943 em 1945, para 797.691 em 1946. MARANHÃO, Ricardo - Sindicatos e Democratização. Brasiliense, SP, 1979, p.77.

(7) WEFFORT, Francisco - Origens do Sindicalismo Populista no Brasil. p.100.

(8) ALMEIDA JR - op.cit., p.241.

A dura repressão desencadeada contra o PCB e o movimento operário, proíbe na prática as greves e provoca intervenções na maioria dos sindicatos, dissolve a Confederação dos Trabalhadores do Brasil e uniões sindicais, conduz o PCB novamente à ilegalidade e desorganiza o movimento operário. Prisões de líderes sindicais e comunistas, investidas contra jornais e manifestações populares, violência e arbítrio policial são uma constante do período.

A nível internacional é a época do início da Guerra Fria, com todas as sequelas que isso traz ao movimento operário e ao movimento socialista mundial. Enquanto o governo americano lança a doutrina Truman e exige um posicionamento dos demais países, encaminhando-se para a celebração do Pacto do Atlântico Norte, a União Soviética, que até então tinha respeitado a letra do acordo de Ialta com os aliados, sentindo-se ameaçada com a nova ofensiva capitalista que visava fazê-la regredir de suas posições na Europa Oriental (9) também toma medidas de defesa.

A reunião do Bureau de Informações, em Varsóvia (que reúne os 8 principais PCs europeus, mais o russo) através do informe de Zhdanov, define o momento atual como de divisão de forças entre dois campos antagônicos: o campo imperialista e anti-democrático de um lado e o campo anti-imperialista e democrático do outro. Alerta para o perigo de uma nova guerra provocada pelos imperialistas contra a União Soviética, ao mesmo tempo que adverte para que não se subestime a força do movimento operário frente a seus inimigos. A proposta é de resistência a agressão e às ameaças guerreiras do imperialismo. A tarefa principal dos

(9) Entre vários livros que tratam do assunto, citamos: Horowitz, David (org.) - Revolução e Repressão, Zahar, Rio, 1969 e Claudin, Fernando - La crisis del movimiento comunista. I De la Komintern Kominform, Ibérica de Ediciones y Publicaciones, Barcelona, 1978.

PCs será a defesa da URSS, consubstanciada no movimento pela paz.

A doutrina Truman, lançada pelo capitalismo para liquidar com a Guerra civil na Grécia, forçar a União Soviética a retroceder de sua zona de influência no leste europeu, ao mesmo tempo que conter o ímpeto revolucionário no após-guerra, teve como consequência, à nível mundial, um endurecimento de posições por ambos os lados, a mais rápida estalinização dos países da Europa Oriental e a repressão aos movimentos comunistas nos países capitalistas (10). Porém, não foi suficiente para conter o ímpeto da Revolução Chinesa que em 49 corta o isolamento soviético, levantando novo entusiasmo e novas idéias sobre o processo revolucionário em países agrícolas ou parcamente industrializados, 'coloniais ou semi-coloniais', submetidos à dominação imperialista, e entre os quais, decerto, se incluía o Brasil.

Mas o simples estudo da conjuntura do período não nos torna aptos a compreender a posição do PCB durante estes anos. Afinal, momentos repressivos já os houvera antes, como também houve depois, sem que o PCB desenvolvesse uma política tão radical quanto àquela que está contida no chamado 'Manifesto de Agosto'.

Aconteceu que, entre a realidade e sua apreensão pelo partido, isto é, pela direção do partido, havia alguns fatores que interferiam. Estes fatores funcionavam como lentes que 'corrigiam', cada uma a seu modo, a visualização da realidade, ajudando, ao mesmo tempo, a interpretá-la.

A primeira destas lentes era a formada pela subordina-

(10) Deutscher, Isaac - Mitos da Guerra Fria. In: Horowitz, David (org.) - "Revolução e Repressão", Zahar, Rio de Janeiro, 1969, p.19.

ção ao PCB (como de resto, todos os PCs da época, exceto o yugoslavo, e, em certa medida, o chinês) às diretrizes emanadas de Moscou. Esta subordinação - Claudin é um dos que analisam melhor como ela se desenvolveu e porque - até 1943 se dava através da Internacional Comunista e em 47 a 56 através do Kominform - o Bureau de Informações. Vejamos como Claudin descreve (11) as relações entre os interesses dos dirigentes soviéticos e os partidos comunistas ocidentais.

Em 43, quando a Internacional é dissolvida, o mesmo documento que a dissolve, dá a orientação geral a ser seguida pelos diversos partidos comunistas do mundo capitalista: a colaboração com as burguesias e os governos de seus países para derrotar o fascismo. Era a política de alianças, de 'união nacional' para enfrentar a ameaça nazista. Dita política excluía terminantemente que a atividade dos comunistas e a política desenvolvida pelos PCs fossem além dos marcos da democracia burguesa, para não prejudicar o esforço de guerra. Tal política foi desenvolvida por todos os PCs do mundo, exceto 3: China e Jugoslávia que preferiram empregar suas forças de modo a, simultaneamente, combaterem o fascismo e o capitalismo. Não por acaso, foram vitoriosos. Na Grécia, que tentava seguir este caminho, a revolução foi sufocada pelos aliados com a aquiescência de Stalin, em nome dos acordos de repartição do mundo no após-guerra, e também devido às próprias vacilações do movimento revolucionário grego que, em parte, cedeu às determinações soviéticas.

A preocupação fundamental de Stalin em suas conversações com os aliados era dividir o mundo em esferas de influência de tal forma que ficassem resguardadas a segurança soviética e o controle do leste europeu, ao mesmo tempo que se evitasse con-

(11) Claudin, Fernando - op.cit., 2ª parte, caps.1, 2 e 5.

flitos entre as 2 grandes potências: URSS e EUA.

A política de 'união nacional' desenvolvida pelos partidos comunistas, na Europa e outros continentes, servia a estes interesses. Isto trouxe como consequência, na Europa, a frustração da revolução na França e na Itália, seu esmagamento na Grécia e proporcionou a burguesia a folga necessária para reconstruir sua dominação, nestes e nos demais países. Encontrou ela nos comunistas, neste período, seus mais fiéis aliados, não só heróicos lutadores contra os nazistas, não só bons advogados em suas relações com as massas trabalhadoras, mas também excelentes ajudantes na reconstrução econômica, social e política dos diversos países nos moldes burgueses.

Este processo ocorre também no Brasil, onde a participação dos comunistas muito contribui para o rumo conservador que tomou a redemocratização em 45, conforme já foi sobejamente demonstrado por Weffort em seus escritos sobre o assunto. (12)

A partir de 47, com os primeiros sinais da guerra fria, a União Soviética, preocupada agora em conter o avanço da superpotência americana, consolidar suas conquistas no leste europeu, embora sem deixar de perseguir um acordo com os americanos para repartição do mundo, ordena uma nova virada no movimento comunista internacional: agora deve-se lutar para garantir a paz mundial, em iminente perigo devido as ações desesperadas do capitalismo em agonia, e assegurar a construção do socialismo na URSS e demais democracias populares.

Nesta nova virada, novamente a questão da revolução so-

(12) Além do texto acima citado, ver Weffort, Francisco C. - "Democracia e movimento operário", publicado em "Revista de Cultura Contemporânea" nº 1 e 2, 1978/1979 (1ª e 2ª parte) e "Revista de Cultura e Política" nº 1, CEDEC, 1979 (3ª parte).

cialista é esquecida. A política dos PCs deve orientar-se para a conclusão de alianças com todas as forças e setores interessadas na paz mundial, até com setores da burguesia ameaçadas pela agressividade expansionista do imperialismo, especialmente o americano. Ao lado desta velha política reformista, colocam um parlavreado altamente revolucionário e retorna-se à uma política sectária com relação as demais forças operárias, pois pretende-se conseguir a unidade dos trabalhadores, não a unidade na ação que permite divergências no pensamento, mas sim a unidade monolítica, a unidade de pensamento e de ação, a unidade do PC.

Assim, a base da política zhdanovista em 48, não era entender a revolução socialista a outros países. Era defender a União Soviética, explorar as contradições inter-burguesas, refazer a política de união nacional com aqueles setores da burguesia ameaçadas pelo imperialismo americano através do Plano Marshall, e criar uma ampla frente pela paz e libertação nacional.

Para Claudin, o informe de Zhdanov deixa claro as limitações que impõe ao movimento comunista quando nem sequer fala nos movimentos revolucionários então em curso, o grego e o chinês, citando rapidamente o movimento indochino. Ao definir a tarefa fundamental do momento como sendo a da conservação da paz - a qual é necessária para a construção do socialismo na URSS e considerando-se que acreditam na imediata internacionalização de qualquer guerra, passam a não incentivar qualquer movimento revolucionário, pois isto poderia agravar as tensões e provocar a guerra mundial.

Dentro desta perspectiva, o Partido Comunista do Brasil teria que desenvolver uma política de ampla frente pela paz, independência nacional e luta pela democracia e anti-imperialismo (especialmente contra o norte-americano), ao lado de incentivar

greves e manifestações de protesto das massas e radicalizar seu discurso. Esta, em termos gerais, é a linha que vai aplicar a partir de 52 e, também, a que está expressa no 'Manifesto de Janeiro', em 48. Agora, não é esta a linha do 'Manifesto de Agosto', não é esta a orientação seguida pelo PCB de meados de 48 a 51. Ela mantém alguns traços, óbvios, desta política, mas avança muito mais à esquerda. Como aconteceu isto? O PCB desobedeceu ao PC US realmente, ou Claudin interpretou mal a linha zhdanovista? (13)

Na busca da resposta, vamos discutir outra lente que influencia a visão do PCB: a lente ainda mais confusa dos interesses das facções que se debatem no interior do Partido Comunista Russo. Ou seja, a lente que existe dentro da primeira lente.

Apesar de ser um partido continuamente depurado pelos sucessivos expurgos, o PC US apresentaria uma certa diferenciação interna entre seus membros, embora de forma difusa e fluída, dado à proibição de existência de correntes e frações em seu interior. Assim, a grosso modo, poderíamos falar que o partido teria centro, direita e esquerda, coexistindo internamente. Conforme evolua a correlação de forças entre eles, a orientação internacional seria conseqüentemente modificada. Modificações sutis é verdade, que não passam de pequenos sinais, a serem interpretados pelos comunistas de cada país, conforme seus interesses. Exceto, é claro, quando fala o próprio Stalin. Mas este, às vezes, também fala pelo silêncio.

Embora seja difícil reconhecer os sinais desta 'lente'

(13) Claudin, Fernando - op.cit., p.529. Em corroboração de suas idéias, Claudin cita um artigo de Prestes, onde este se para a luta pela independência nacional do movimento pela paz, mas este artigo é de 53, quando o PCB já havia feito a autocrítica das posições mais radicais do 'Manifesto de Agosto'.

sobre o PCB, a revista Cadernos de Nosso Tempo, em seu primeiro e segundo números, traz artigos que sintetizam um esforço desta interpretação. Sigamos um pouco seu raciocínio:

No Bureau do Partido soviético existem 3 posições: a direita, que tem um programa interno de elevação do nível de vida do povo soviético e externamente acredita na possibilidade da coexistência pacífica entre os sistemas socialista e capitalista. Contra ela, levanta-se a esquerda, afirmando a impossibilidade de um período de paz duradoura, porque é da essência do capitalismo, em sua fase agonizante, o desencadeamento de guerras. Internamente, a esquerda propõe a orientação da economia para o setor de armamentos e indústria pesada, para a preparação para a guerra. O centro, posição preferida de Stalin, inclina-se continuamente ora numa ora noutra direção, sempre procurando conter os excessos de ambas.

Para o autor do artigo 'Panorama da URSS' Zhdanov representa a esquerda, e sua linha, de 'paz contra o imperialismo' é a que predomina durante o período inicial da guerra fria: "A linha Zhdanov era evidentemente uma volta à velha teoria socialista de revolução internacional, apenas adaptada às novas circunstâncias. Seu esquema estratégico era nitidamente revolucionário mundial". (14)

Partindo da concepção do capitalismo agonizante e da vitória inevitável do socialismo, pretendiam desfechar uma ofensiva pela paz contra o imperialismo, no momento em que este tentasse atacar o campo socialista.

Ainda segundo este autor, esta linha não gozava das sim-

(14) Este artigo foi publicado na revista "Cadernos de Nosso Tempo", nº 1, pp. 21 a 58, janeiro de 1954. Infelizmente, não tinham o costume de colocar o nome do autor nos artigos.

patias de Stalin, justamente pelo caráter internacional da revolução, contida em sua teoria. Stalin foi, aos poucos, desautorizando-a, afastando seus principais articuladores e modificando-a, até substituí-la pelas teses do XIX Congresso do PC US, dando a vitória ao centro e a sua posição, expressa em "Problemas Econômicos do Socialismo na URSS". A luta pela paz continua, mas agora entendida como luta pela 'pacificação efetiva', isto é, como a conquista de um longo período de desenvolvimento pacífico entre as grandes potências.

Em outro artigo, no 29 número da revista, provavelmente do mesmo autor, há a tentativa de aplicação destas linhas à análise das posições do PCB. (15)

Assim, o PCB de 45 a 53 teria 3 etapas em seu desenvolvimento.

A primeira seria a linha do desenvolvimento pacífico, do imediato pós-guerra, que defendia internacionalmente a mais estreita colaboração entre Rússia, EUA e Inglaterra e internamente "lutava pela consolidação da 'União Nacional' de todo o povo brasileiro, forjada na luta contra o Nazi-fascismo. Neste propósito, defendia um governo de coalizão, estabelecido à base de um programa mínimo, configurando uma política, em suma, que seria dirigida unicamente contra 'os restos fascistas enquistados no aparelho do Estado'". (16)

A segunda seria a linha zhdanovista de 'paz contra o imperialismo', já discutida, e que foi aplicada em 47, no episódio em que o Partido exigia a 'renúncia de Dutra' e depois, em agosto de 50, com o lançamento do 'Manifesto'. No intervalo entre estes

(15) "Três etapas do Comunismo Brasileiro", in: "Cadernos de Nosso Tempo", nº 2, pp.123 a 138, julho de 1954.

(16) Idem, p. 123.

dois momentos, o autor considera que o PC brasileiro, voltou à sua posição anterior "a qual, com pequenas concessões verbais ao esquema anti-imperialista pode de fato ser mantida até o mês de agosto de 1950, naturalmente que amparada pelos anti-zhdanovistas do PC da URSS, isto é, pelos 'centristas e direitistas' do Comitê Central Soviético".(17)

A terceira seria a da Nova Orientação, marcada pelas disputas entre os membros do Comitê Central soviético depois da morte de Stalin e que no Brasil se refletiria no Projeto de Programa do Partido, lançado em inícios de 54.

A nível internacional, essa seria a de mais difícil definição, pois a instabilidade do Comitê Central russo naquele momento, devido a acesa luta de facções, ainda não terminara. Internamente, marca uma posição mais moderada em relação ao 'Manifesto', embora continuando com alguns de seus traços principais, especialmente o objetivo de chegar ao poder em curto prazo.(18)

Comparando a posição de Claudin e do autor dos artigos acima, são evidentes suas divergências. Enquanto o primeiro considera a linha proposta por Zhdanov como reformista, o segundo a considera revolucionária. Se utilizarmos Deutscher como árbitro nesta disputa, veremos que ele dá razão ora a um, ora a outro.

Sobre o caráter da política Cominformiana, diz Deutscher: "Tão pequeno era o desejo de Stalin de transformar o Cominform num verdadeiro instrumento da revolução internacional, que não convidou o partido chinês e outros partidos asiáticos a ingressar na nova organização. Sua preocupação maior, fora da 'esfera de influência' soviética, era ajustar os programas dos comunis-

(17) Idem, p. 129.

(18) Idem, p. 132.

tas franceses e italianos às novas necessidades de sua diplomacia. Na assembléia de fundação Zhdanov censurou os franceses e os italianos por permitirem que a inércia lhes ditasse o comportamento, por colaborarem com a burguesia de seus países e pela docilidade com os católicos e social democratas, métodos e atitudes que, aos olhos de Moscou, foram admiráveis enquanto durou a Grande Aliança, mas que foram perniciosos na Guerra Fria".

(19)

Como vemos, a política era reformista - mas seguramente a condenação a 'colaboração de classes', aliada a uma fraseologia revolucionária, lhe dava um tom bem apimentado. Isto era ainda mais válido em países dependentes e subdesenvolvidos, onde a luta pela independência nacional, pela democracia e contra o imperialismo apresentava muito maiores possibilidades que na burguesa e capitalista Europa, madura há décadas para uma revolução socialista sempre adiada.

A ótica européia com que Claudin analisa a política do Cominform, seguramente o impediu de ver isto. Claudin tampouco, cita a existência de facções internas no partido russo. Novamente, damos a palavra a Deutscher: "Os dilemas da política externa tinham, é claro, relação com os assuntos internos. Aqueles que sustentavam que a nação deveria conservar-se material e moralmente em pé de guerra não podiam estar ao lado de nenhuma reforma interna que atenuasse a disciplina política ou redistribuísse os recursos econômicos da nação em favor das necessidades civis. Por outro lado, os que defendiam a reforma interna eram levados, pela lógica de sua atitude, a confiar na possibilidade de harmonização pacífica com as potências atlânticas, a reclamar mais iniciativa e flexibilidade diplomáticas e a depositar esperanças

(19) Deutscher, Isaac. Stalin - a história de uma tirania. tomo 2. Civilização Brasileira, Rio, 1970, pp.533 e 534.

numa 'détente internacional' que lhes possibilitasse pacificar e normalizar a atmosfera dentro do país" (20). Em outro livro, ao analisar a Rússia depois da morte de Stalin, caracteriza as facções internas da direção soviética de modo muito semelhante ao articulista brasileiro. (21)

Em vista disso, parece plausível considerar que a estratégia da paz, desenrolando-se ao longo de 5 anos, apresente - mantendo intacta sua definição de tarefa principal - algumas características distintas, reflexos da evolução da situação política mundial e da correlação de forças entre os grupos no interior do Partido soviético. Na realidade, estas características também serão influenciadas, no interior de cada partido, pelo momento político nacional e pela terceira lente que se apresenta para o nosso estudo: a lente formada pelas características da própria direção de cada partido comunista.

Na realidade, se não considerássemos esta lente, cairíamos no mesmo erro em que cai o autor de "Três etapas do comunismo Brasileiro" o de explicar as posições assumidas pelos comunistas brasileiros como o resultado mecânico da luta entre as facções no interior do PC US (22). Este erro leva o autor, por exemplo, a sequer cogitar da possibilidade da influência da Revolução Chinesa na definição da linha do Partido Comunista do Brasil no período considerado, admitindo entretanto esta influ-

(20) Idem, p. 567.

(21) Deutscher, Isaac - Hereges y Renegados. Ed. Ariel, Barcelona, 1970, especialmente o artigo: "El caso Béria", pp. 197 a 216.

(22) "É fora de dúvida portanto, que o prosseguimento da atual linha comunista - a chamada Nova Orientação - bem como sua mudança para outra orientação qualquer, não serão resolvidos no CC do PCB. Serão decididos, isto sim, no CC do PC da URSS, onde é importante registrar que, segundo tudo o denuncia, prossegue a acirrada luta entre o 'centro' malenkovista e a 'esquerda' molotoviana". in: "Três Etapas do Comunismo Brasileiro", p. 137.

ência em relação às táticas de luta a serem adotadas pelo futuro exército revolucionário... (23)

Analisando a história dos partidos comunistas latino-americanos, Garcia afirma que a Revolução Chinesa terá grande influência sobre eles, passando a teoria do 'bloco das quatro classes' a fazer parte da teoria da Revolução nestes países, pois "Il s'agissait d'abord d'une théorie qui avait la caution d'une révolution victorieuse, même s'il est légitime de se demander si la réalité de la révolution chinoise correspond à sa théorisation. Il s'agissait ensuite d'une révolution qui se produisait dans un pays ' périphérique', comme ceux d'Amérique Latine, et donc d'une référence beaucoup plus proche. Et last but not least, le discours stratégique de la révolution chinoise coïncidait tout à fait avec l'orthodoxie stalinienne de la révolution 'par étapes' qui était à son apogée". (24)

Para Dinarco Reis, "o modelo chinês do processo revolucionário... empolgou seriamente vários quadros da direção central do Partido, que passaram a pretender reproduzi-lo no Brasil, copiando-o mecanicamente" (25). Prado Jr. observa que a 'teoria da Revolução brasileira' expressa no programa do IV Congresso do PCB não passava de "puro decalque" sobre o original chinês que lhe serviu de modelo, às vezes utilizando-se até de terminologia chinesa que não encontra similitude no Brasil, como é o caso da expressão 'burguesia compradora' (26). "Faça de conta um instante que você é chinês e tudo ficará claro", dirá Cha-

(23) Idem, pp. 129 e 131.

(24) Garcia, Marco Aurélio - "Le parti communiste Chilien et les alliances de classes. in: Critiques de l'Économie Politique", nº 27, avril-juin 1977, Paris, p. 46.

(25) Reis, Dinarco - "A luta de Classes no Brasil e o PCB", vol. 1, ed. Novos Rumos, São Paulo, s.d., p. 89.

(26) Prado Jr. Caio - "A Revolução Brasileira". Brasiliense, Sp, 1966, 4ª edição, p. 56.

ves Neto, a um amigo que não conseguiu compreender a relação do programa aprovado no IV Congresso com a nossa realidade. (27)

A influência chinesa será maximizada na fase que vai do Manifesto de Agosto até o IV Congresso, embora continue presente depois. Os tons mais radicais e aventureiros de que se reveste esta influência no período 48/51 são explicados, em grande parte, pela situação interna de repressão e pelo próprio caráter da direção do PCB, uma direção imatura, sem experiências teóricas ou práticas que pudessem permitir-lhe compreender o processo político nacional, de composição pequeno-burguesa e forte influência tenentista.

Esta direção estava comprometida até a medula com a política de colaboração de classes, de 'conciliação nacional' vigente em 45-46. Esta política não lhe permitiu preparar-se ou opôr firme resistência à repressão violenta do governo Dutra(28). Embora já a partir de 47 ele inicie um movimento de resistência ao imperialismo, de denúncia do governo, continuará com suas "ilusões de colaboração de classes" (29) até o último momento:

-
- (27) Chaves Neto, Elias - "Minha vida e as lutas de meu tempo". Alfa-Omega, SP, 1977, p.138. Veja sua apreciação: "Os chineses, ao elaborarem o programa que levou o Partido Comunista à vitória, tinham um milhão de homens em armas; soberania sobre diversas províncias do país; vinte e nove anos de luta revolucionária; longa luta ideológica pela qual mostravam ao seu povo as soluções pelas quais o partido lutava, únicas capazes de dar uma solução aos seus problemas. Nestas condições, apelava ao povo para que se unisse à revolução. Ora, o partido brasileiro faz um idêntico apelo. Com a diferença de que aqui ninguém está pensando em revolução nem são apresentados ao povo as medidas concretas para os seus problemas imediatos que os levem a lutar revolucionariamente por elas. Aí está toda diferença".
- (28) Uma medida do grau de confiança que depositavam nas instituições políticas e jurídicas é dada pelo fato de que alguns secretários do PC no interior do Rio Grande do Sul, ao ser cassado o registro do partido, fecharam a sede e entregaram a chave para a polícia. Sua perspectiva era de que o partido logo seria reaberto. Entrevista de Elói Martins, líder sindical e dirigente comunista gaúcho, à autora em 07/03/85.
- (29) Prestes, L.C. - "Forjar a mais ampla Frente Nacional em defesa da Paz e contra o imperialismo". Problemas nº 19, jun/jul. 49, p. 67.

somente em janeiro de 48, com a cassação do mandato dos parlamentares comunistas e, portanto, com a quebra da última ilusão de um trabalho parlamentar é que o PCB inicia sua virada. Veda- das todas as portas do Parlamento, vendo baldados todos os seus esforços no sentido de serem reconhecidos como um partido defen- sor da ordem, eles são praticamente obrigados a mudar sua linha política. Sua primeira reação é salvar as cabeças do partido e organizar-se para a atividade clandestina. Tendo crescido estu- pidamente durante seu período de vida legal, havia sérios pro- blemas corroendo a estrutura organizacional do partido, que, por outro lado, necessitará ser adaptada aos novos tempos e exigên- cias. Tem início um processo severo de 'crítica e auto-crítica' restrita, até 49, apenas a Comissão Executiva. Este processo, de crítica e de mudança de orientação política dura dois anos, apro- ximadamente.

É neste momento, em que o PCB encontra-se à deriva, à procura de um caminho mais conseguinte, que ocorre a vitória da Revolução chinesa, cujo processo revolucionário e cujas idéias sobre a forma de concretizar a revolução em países 'coloniais e semi-coloniais' suggestionarão decisivamente a direção do Parti- do.

Uma das interpretações mais correntes, feita principal- mente pelos seus próprios dirigentes, é que a política do parti- do, desde sua fundação, caracterizou-se por um movimento pendu- lar. Nas palavras de Malina: "Se vocês pensarem esquematicamente a história de nosso partido - como partido onde o embasamento i- deológico sempre esteve longe do ideal que reclamamos e necessi- tamos -, observarão que, à primeira vista, ela parece uma histó- ria pendular: aos chamados desvios de direita seguem-se os des- vios de esquerda. Se, face ao processo que culminou na cassação do registro partidário, compartilhamos de uma ilusão legalista

(...), logo a seguir embarcamos numa ilusão ilegalista (aí sim, um desvio esquerdista, conducente a posturas estreitas)". (30)

Martins Rodrigues assinala que até 60 esta oscilação em sua política partidária é evidente, o que aparece para a direção como 'influências pequeno-burguesas'. Para ele, no entanto, "o problema reside antes na incapacidade (ou na impossibilidade) demonstrada pelo PCB de optar conseqüentemente por uma via revolucionária, ou uma via reformista". Esta dificuldade de elaborar uma linha política própria e mais adequada, teria suas raízes na dependência do partido frente às orientações soviéticas. (31)

Ainda segundo esta interpretação, o pêndulo se moveu para a direita ao fim da 2ª Guerra, e devido aos erros de fracassos desta política, ele incursiona profundamente no espaço a esquerda após 47. É neste ano que o partido perde boa parte das conquistas conseguidas no pós-guerra: sua legalidade, sua bancada parlamentar, seus 200.000 membros, os postos no movimento sindical, etc. Humilhado, perseguido pela conseqüência dos seus erros e pela agressiva atuação da direita na guerra fria, o partido se reduz, se enrigece e impõe uma prática política em tudo oposta àquela que até então apresentava. Uma política sectária, esquerdista, de total desilusão com a luta parlamentar e as reformas, que prega a necessidade da tomada imediata do poder, da revolução armada. É a política do desespero de causa, dirá um antigo ex-militante, é a política de um partido que não agiu quando devia agir, e quer redimir-se quando o momento já passou. (32)

(30) Malina, Salomão - Entrevista à revista Temas de Ciências Humanas nº 10, Editora Ciências Humanas, São Paulo, 1981, p. 48.

(31) Rodrigues, Leôncio Martins - O PCB: Os dirigentes e a organização. In: FAUSTO, Bóris (dir.) História Geral da Civilização Brasileira, Tomo III - Brasil Republicano, 3ª Vol. Sociedade e Política (1930-1964), Difusão Européia do Livro, S. Paulo, 1972, Capítulo VIII, p. 445.

(32) Elói Martins - Entrevista à autora.

É óbvio que neste processo todo, as características da direção do partido, as peculiaridades de seus membros, a especificidade de cada momento político - interno e externo ao partido - tem um papel nada pequeno a desempenhar, o que procuraremos ver no próximo capítulo.

Para encerrar, vamos ver a crítica de um atual dirigente às condições do Partido na época do 'Manifesto': "O alinhamento automático em política, o monolitismo em teoria, a centralização global e a disciplina militarizada do 'partido único' do proletariado compõem o 'espírito da época'. Em sua formação, ajuda substancial provém das condições 'nacionais': a tradição caudilhesca, a política como negócio privado das elites, o golpismo como método de resolução dos problemas políticos, permeiam e afetam o PCB, casando-se à perfeição com o sistema do 'culto à personalidade' e ao dogmatismo em teoria. Por outro lado, quem está de posse da 'teoria marxista-leninista-stalinista da revolução' não precisa investigar concretamente a realidade específica de seu país - basta aplicá-la criadoramente à realidade nacional". (33)

São estas as "lentes" que se colocam entre o PCB e a realidade naquele momento. Ao contrário das lentes normais, que ajudam a ver melhor, elas o tornam míope, senão cego para a verdadeira realidade, levando-o a enxergar outra, que mais convenha a seus planos e se adapte às suas teorias.

(33) Vinhas, Moisés - O Partidão. Hucitec, S. Paulo, 1982, p. 139.

CAPÍTULO II

COMPOSIÇÃO E CARACTERÍSTICAS DO PARTIDO E DA DIREÇÃO

Embora em suas grandes linhas a orientação política seguida pelos PCs já venha definida desde o centro irradiador soviético, há sempre um espaço, de dimensões variáveis, onde as características peculiares de cada partido, bem como a conjuntura sócio-política nacional, podem determinar variantes mais ou menos significativas em relação as determinações soviéticas. Na busca de compreender todas as influências que levaram à política do 'Manifesto' vamos estudar um pouco como se formou a direção do PCB e quais as influências que o partido absorveu da sociedade brasileira.

O Partido Comunista do Brasil, destruído pela repressão estado-novista, foi praticamente reconstruído nos anos finais da ditadura de Vargas. De 100 militantes na ativa em 42, ele passa a ter de 2.000 a 3.000 membros em 1945 e quase 200 mil em 46.(1) A geração que fundou o partido fica praticamente diluída entre estes milhares de novos militantes e a composição do Comitê Central reflete este fenômeno. Nenhum dos fundadores e principais

(1) Sobre o número de filiados ao partido, veja-se Sodré, Nelson W. - "Contribuição à história do PCB. A Crise". Revista Temas de Ciências Humanas, vol.10, Ed.Ciências Humanas, São Paulo, 1981, p.207 e Segatto, José - Breve História do PCB, Ciências Humanas, São Paulo, 1981, p.

dirigentes do partido antes de 30 participa da Conferência da Mantiqueira: Basbaum não foi comunicado de sua realização, apesar de estar em contacto com o grupo que a promoveu; Astrogildo Pereira está participando do projeto de formação da UDN, partido do qual também é fundador, ainda em abril de 1945; Fernando Lacerda neste momento, é líder do grupo que pretende a dissolução do Partido; Cristiano Cordeiro, fundador do PC junto com Astrogildo, está afastado e é expulso em 46, num ato irregular do Comitê Regional Pernambucano. Juntamente com vários outros comunistas, eles só se agregarão às fileiras do Partido após a saída de Prestes da cadeia e o sucesso de seus comícios em 45. (2)

Em 1954, no IV Congresso, 87% dos candidatos a membros do Comitê Central tinham ingressado depois de 30 no partido, sendo que 37,5% entre 36 e 45, enquanto 50% o fizera entre 30 e 35. Entre os que já eram membros do CC e não eram delegados ao Congresso, só 9% haviam ingressado no período que vai da fundação até 30; 54,1% no período entre 30 e 35; 18,1% entre 36 e 45; havendo ainda 27,2% que haviam ingressado de 45 a 47. (3)

É fácil ver que a concentração maior no órgão máximo do Partido é da geração que passou pela experiência da Aliança Nacional Libertadora. Mesmo entre os que se filiaram depois de 35 muitos haviam participado da ANL, alguns só se inscrevendo no

(2) Informações sobre Basbaum, em seu livro de memórias: "Uma vida em seis Tempos". Alfa-Ômega, São Paulo, 1976, p. 180; sobre Astrogildo ver Benevides, Maria Victoria - A UDN e o udenismo. Paz e Terra, RJ, 1981, p.27. A expulsão de Cristiano Cordeiro é por ele relatada em depoimento a Ricardo Noblat, na revista "Memória e História" nº 2, Revista do Arquivo Histórico do Movimento Operário Brasileiro, p. 87, Ed. Ciências Humanas, SP, 1982.

(3) Holmos, Sérgio - "Relatório da Comissão de Mandatos do IV Congresso do PCB". Problemas nº 64, p.37 a 312. Na época vigoravam as chamadas "promoções audaciosas" em que pessoas recém-ingressas no Partido eram cooptadas para cargos de direção superiores, o que talvez explique os 27% de elementos que entraram de 45 a 47 e que já eram no Comitê Central em 54.

PCB em 45, ou até depois. Mas embora detenha o controle da máquina partidária, eles são claramente minoritários em termos numéricos, o que se confirma no IV Congresso. Entre o total dos congressistas, só 2,6% haviam ingressado no período que vai da fundação até 30; 27,9 haviam ingressado de 30 até 45 e 69,2 haviam ingressado de 45 em diante, sendo que, 62,6% entre 45 e 47 (4). Quanto à idade, 73% tinham menos de 8 anos ou nem haviam nascido quando o partido foi fundado, em 1922. Só 26,6% tinham mais de 19 anos quando do levante armado de 1935. O PCB, em 1945 era um partido de jovens, nascidos e/ou educados durante os longos 15 anos do primeiro governo de Vargas. (5)

Quanto à composição social, os dados oficiais sobre o Congresso apresentam 48% de operários, 4% de camponeses, 8% de militares e os restantes de camadas médias. Estes dados, contudo, são contestados por alguns estudiosos e militantes do período, que acham duvidosa esta alta percentagem de operários. (6)

Provavelmente o considerado alto número de operários presentes ao Congresso e eleitos para o órgão supremo se explique pelo fato do Partido ter buscado implementar uma política de 'proletarização' dos seus quadros dirigentes, o que coincidia com a orientação Kominformiana. Ou talvez este fato se explique pelo mascaramento da verdadeira origem social, visto que ter origem pequeno-burguesa seria pouco recomendável no interior do partido, que em numerosos documentos credita às "origens peque-

(4) Holmos, Sérgio - op. cit., p.309.

(5) Holmos, Sérgio - idem, ibidem.

(6) Rodrigues, Leôncio Martins - O PCB: os dirigentes e a organização. In: Fausto, Bóris (dir.) - "História Geral da Civilização Brasileira". Tomo III - Brasil Republicano 3º Volume - Sociedade e Política (1930-1964), Cap.VIII, p. 421, Nota nº 146. Aventa a possibilidade de estarem inflacionadas as estatísticas em relação a operários num esforço de valorização individual dos militantes, por ser esta a origem 'nobre'. Vinhas, Moisés - O Partidão. Hucitec, SP, 1982, p.174, em comentário sobre o informe de Holmos diz não se recordar de tal 'proletarização' do Congresso, do qual participou.

QUADRO 1

Composição Social do Comitê Central (efetivos)

	CONFERÊNCIA DA MANIQUEIRA 1943	3ª CONFERÊNCIA NACIONAL 1946	IV CONGRESSO 1954
Militares	7	7	9
*Intelectuais	7	6	7
Operários	7	12	14
Outros	-	1	1
TOTAL	21	26	31
%	%	%	%
Militares	33,3	27	29
*Intelectuais	33,3	23	34
Operários	33,3	46	45
Outros	-	4	3

QUADRO 2

Composição Social do Comitê Central
em 1954 (suplentes)

	Nº DE MEMBROS	%
Militares	2	13
*Intelectuais	6	40
Operários	6	40
Outros	1	7
TOTAL	15	100

* Nesta categoria agrupamos várias profissões ou origens, nomeadamente: funcionários, professores, profissionais liberais, estudantes. O termo 'intelectual' aqui se refere apenas a forma como eram chamados dentro do partido.

no-burgueses" os erros de seus dirigentes. Martins Rodrigues acredita na possibilidade de ocorrência de fatos deste tipo (ver nota 6). Peralva confirma esta prática (7), enquanto Brandão afirma que no CC em 46 haviam numerosos pequeno-burgueses e apenas um ou outro operário. (8)

Quanto ao Comitê Central, os dados sobre sua constituição (ver Quadro 1) indicam que ele evoluiu de uma composição equitativa entre militares, 'intelectuais' (aqui considerados profissionais liberais, funcionários, estudantes) e estudantes em 1943, para uma maior participação operária em 1954. Assim de 1/3 de membros de origem operária contra 2/3 de membros de origem pequeno-burguesa (incluindo-se aqui os militares e 'intelectuais') no comitê eleito pela Conferência da Mantiqueira, ele passa a ser dividido mais ou menos igualmente entre operários (45%) e pequenos burgueses (53%) no comitê eleito pelo IV Congresso. É importante notar, contudo que esta participação operária maior não representa uma menor participação dos setores médios em termos absolutos, mas sim uma ampliação do número de membros do Comitê Central, que passa de 21, em 43, para 31 em 54.

Martins Rodrigues assinala, com razão, que o bom número de operários no CC não significa que eles detivessem o controle do partido, o qual estava em mãos de dirigentes de origem pequeno-burguesa (9). Da relação dos membros da Comissão Executiva

(7) Peralva, Osvaldo - O Retrato. Globo, P.Alegre, 1962. p.235.

(8) Brandão, depoimento pessoal a autora em 28.04.1979.

(9) Rodrigues, idem, ibidem. Peralva, op. cit. p. 241, diz que o 'núcleo dirigente' procurava impedir que lideranças operárias conquistassem a direção e guindava ao CC operários sem experiência, prestígio ou cultura, cuja função era dar "cor proletária" ao CC e "balançar a cabeça aprovativamente, como bois de presépio, nas famosas votações de que saem as resoluções unânimes". Embora não negando a possível ocorrência de procedimentos deste tipo, não é prudente generalizá-los, pois também havia no CC velhos operários e líderes sindicais que, se não manifestavam posições contrárias ao 'núcleo dirigente' era por motivos outros, que não a falta de cultura e experiência. Eloí Martins, por exem-

eleitos na conferência de 46, constam, entre os 9 integrantes, três operários (Sérgio Holmos, Francisco Gomes e Agostinho Dias de Oliveira); dois militares (Prestes e Grabois) e quatro 'intelectuais' (Arruda, Amazonas, Pomar e Milton Cayres de Brito). Isto daria uma proporção de 1 operário para cada dois elementos de origem pequeno-burguesa. Quanto ao Secretariado, segundo dados de 54 (10) este seria composto por Prestes, Arruda e Amazonas. É no secretariado que se concentra a autoridade suprema do Partido, tendo poderes até para mudar a orientação política e substituir quadros partidários (11). Quanto a Prestes, Secretário Geral eleito in absentia na Conferência da Mantiqueira, não só era militar como foi sem dúvida um dos maiores representantes do movimento e dos ideais tenentistas até tornar-se comunista. Um exame cuidadoso do Quadro 3 permite chegar ainda a outras conclusões sobre a composição do Comitê Central. Se tomarmos, por exemplo, o Comitê Central de 46 e o compararmos com o de 54 (12) veremos que há uma taxa de permanência de 85% entre seus membros de origem militar (Quadro comparativo 3-A). De 7 ex-militares que haviam em 46, 6 continuam presentes em 54. Também os 'intelectuais' apresentam um índice de 75% de continuidade (4 em 6). Já para os operários, a taxa é menor: apenas 50% (5 em 10), compro-

plo, membro do CC em 54, operário comunista desde 1930, vice-presidente da União Internacional dos Metalúrgicos em 52, e dirigente do Partido no sul diz que dentro do partido nunca houve direito de expressão do pensamento, pois a extrema preocupação que havia com a conservação da unidade, a 'unidade monolítica', impedia que realmente as pessoas expressassem suas opiniões ou votassem contra.

- (10) Chilcote, Ronald - O Partido Comunista Brasileiro. Graal, RJ, 1982, p. 168, cita um secretariado de 3 membros. Dinarco Reis nomeia um Secretariado de 5 membros na Conferência da Mantiqueira. Em Problemas nº 64, dedicado ao IV Congresso, cita-se apenas Prestes, Arruda e Amazonas como secretários do Partido.
- (11) Chilcote, idem, ibidem.
- (12) Não incluímos o CC que sai da Conferência da Mantiqueira por julgá-lo prejudicado, na medida em que representava apenas uma tentativa de reorganização do Partido, havendo ainda vários militantes presos e outros tantos sem participarem da Conferência.

QUADRO 3-A

Quadro comparativo da composição do Comitê Central - militares
(efetivos)

CONFERÊNCIA DA MANTIQUEIRA 1943	3ª CONFERÊNCIA NACIONAL 1946	IV CONGRESSO 1954
Luiz Carlos Prestes (Rio)	Prestes (Rio)	Prestes (Rio)
Maurício Grabois (Rio)	Grabois (Rio)	Grabois (Rio)
Ivan Ribeiro (Rio)	-	Ivan Ribeiro (Rio)
Leivas Otero (RS)	-	-
Josê Militão Soares (MG)	-	-
Dinarco Reis (Rio)	-	-
Júlio César (RS)	-	-
-	Agildo Barata (Rio)	Agildo (Rio)
-	David Capistrano (PE)	Capistrano (PE)
-	José Maria Crispim (SP)	-
-	Glocondo Dias (BA)	Glocondo Dias (BA)
-	Agliberto Azevedo (PR)	Agliberto Azevedo (PR)
-	-	Apolônio de Carvalho (Rio)
-	-	Benedito de Carvalho (Rio)

QUADRO 3-B

Quadro comparativo da Composição do Comitê Central - intelectuais
(efetivos)

CONFERÊNCIA DA MANTIQUEIRA 1943	3ª CONFERÊNCIA NACIONAL 1946	IV CONGRESSO 1954
Diógenes A. Câmara (BA)	Arruda (BA)	Arruda (BA)
João Amazonas (PA)	Amazonas (PA)	Amazonas (PA)
Pedro Pomar (PA)	Pomar (PA)	-
Amarílio Vasconcelos (Rio)	Amarílio (Rio)	Amarílio (Rio)
Armênio Guedes (BA)	-	-
Milton C. de Brito (BA)	Milton (BA)	-
Mário Alves (BA)	-	-
-	Carlos Marighella (BA)	Marighella (BA)
-	-	Jacob Gorender (BA)
-	-	Arcelina Morchel (Rio)
-	-	Zuleika Alembert (SP)

QUADRO 3-C

Quadro comparativo da composição do Comitê Central - operários
(efetivos)

CONFERÊNCIA DA MANTIQUEIRA 1943	3ª CONFERÊNCIA NACIONAL 1946	IV CONGRESSO 1954
Francisco Gomes (Rio)	F. Gomes (Rio)	F. Gomes (Rio)
Sérgio Holmes (RS)	Sérgio Holmes (RS)	Sérgio Holmes (RS)
Lindolfo Hill (MG)	Lindolfo Hill (MG)	-
José Miranda Azevedo (Rio)	-	-
Celso Cabral (Rio)	Celso Cabral (Rio)	-
Draga	-	-
Álvaro Ventura (SC)	(suplente)	-
-	Mautílio Muraro (SP)	-
-	Agostinho E. Oliveira (PE)	-
-	João Massena Melo (Rio)	João Massena Melo (Rio)
-	Estocel de Moraes (SP)	-
-	Pedro C. Braga (Rio)	-
-	José Frco. Oliveira (PE)	José Frco. Oliveira (PE)
-	João Sanches Segura (SP)	João Sanches Segura (SP)
-	Lourival V. da Costa	-
-	-	Orlando Pioto (SP)
-	-	Armando Mazzo (SP)
-	-	Ramiro Luchesi (SP)
-	(suplente)	Jover Telles (RS)
-	-	Geraldo R. Santos (SP)
-	-	Carlos Danielli (Rio)
-	-	Abílio Fernandes (RS)
-	-	Elói Martins (RS)
-	-	Hércules Correia (Rio)

Dados retirados de:

Conferência da Mantiqueira: Moisés Vinhas - "O Partidão", p.75.

Dinarco Reis - "A luta de classes no Brasil e o PCB", p.62 (complementação)

3ª Conferência - Ronald Chilcote - "O PCB", pp.329 a 331 e também Vinhas, p.93.

IV Congresso - Vinhas, pp.135/136 (13)

vando que há uma maior rotatividade operária no Comitê Central. Ou seja, enquanto os militares e 'intelectuais' permanecem basicamente os mesmos, constituindo um forte núcleo na direção partidária, os operários, apesar do seu aumento em termos numéricos, não conseguem consolidar-se da mesma forma.

Outro indício da influência dos militares do partido é o fato que, embora constituam apenas 8% do total dos delegados no IV Congresso, eles terão 29% do total dos membros efetivos do Comitê Central.

Quanto à massa dos militantes, não há muitos dados sobre sua origem social nas décadas de 40/50. Para o período 45/46, o próprio partido reconhece que recrutou inúmeros militantes entre a classe média e pequena-burguesia (14). Mas nada leva a julgar que também não houvesse, entre os 200.000 membros de 1946, uma significativa proporção de operários. Por outro lado, o PCB era um partido de base urbana, com pouco número de militantes entre

(13) Dentre estas fontes, a única oficial é a de Chilcote que a extraiu da Folha do Povo de 17 de dezembro de 1946. As outras duas são apresentadas por Dinarco Reis e Moisés Vinhas. Aparecem discordâncias entre os autores, com relação a alguns nomes ou profissões. Por exemplo, Dinarco Reis coloca Jorge Herleim, operário, como membro da Comissão Executiva que sai na Conferência da Mantiqueira, com o posto de Secretário Sindical. Vinhas nem cita esta pessoa. Também Sérgio Holmos não é citado por Dinarco, que fala num CC de 15 membros na Conferência, enquanto para Vinhas, o número de membros do Comitê Central é de 21. Nestes casos, seguimos a relação apresentada por Vinhas. Ainda outro problema foi a falta de informações sobre as profissões dos citados, que em alguns casos nos obrigou a uma pesquisa paciente em diversos livros. Mesmo assim, não conseguimos descobrir a origem de José Martins, motivo pelo qual ele não aparece no Quadro Comparativo 3, como membro do Comitê Central de 1946. Júlio César e Militão, participantes da Conferência da Mantiqueira aparecem com diversas profissões. Por fim, às vezes o agrupamento de profissões ou a escola de uma origem apresenta problemas. Por exemplo, Grabois estudou e foi expulso do colégio militar e depois tornou-se funcionário de uma empresa. Aqui, preferimos privilegiar sua formação como militar, do mesmo modo que incluímos Giocondo e Crispim, cabo e sargento respectivamente, na categoria militar, embora considerando que provavelmente sua origem de classe seja diversa dos oficiais militares. Ainda há o caso de classificações imprecisas, como "doméstica", por exemplo.

(14) Ver, por exemplo, Problemas nº 64, p.89.

os trabalhadores rurais, queixa continuamente encontrada em documentos partidários.

Weffort levanta a hipótese de que o partido, na conjuntura 45/46, sofre as influências oriundas de sua composição social, deixando-se envolver por uma "ideologia de estado" que seria explicada pelas "influências tenentistas e nacionalistas de fundo pequeno-burguês que vêm dos anos 30 e que certamente se acentuam quando se submete à liderança de Prestes. Apesar da notória penetração conquistada nestes anos pelo PC junto à classe operária, penetração que tenderá à uma rápida decadência no período posterior até 1964, este partido se distanciava bastante dos tipos mais comuns de partidos operários". (15)

Weffort frisa que tal hipótese não pode ser comprovada apenas com o estudo da conjuntura 45/46, embora seja aplicável à ela. Parece-nos, contudo, que esta hipótese poderia ser válida também para o período 47/54, pois seu programa do IV Congresso apresenta vários traços de uma ideologia nacionalista e estatista, conforme veremos depois.

Outros autores consideram que a influência tenentista está na origem das tendências golpistas que aparecem de quando em quando no interior do partido e das quais o 'Manifesto de Agosto' seria clara expressão. (16)

Não podemos deixar de assinalar, contudo, que 'a origem pequeno-burguesa' da direção, juntamente com a 'influência tenentista' serão os argumentos costumeiramente utilizados pelo partido como responsáveis últimos pelos sucessivos erros e fracassos em sua orientação política e até na atividade prática.

(15) Weffort - "Origens do Sindicalismo populista no Brasil" p.99.

(16) Vinhas, op. cit., Martins Rodrigues, por outro lado, vê esta influência como determinante da Insurreição da ANL. Rodrigues, op. cit., p.393.

Utilizados como desculpa oficial, mais do que explicar, servem como cortina, a ocultar os demais fatores responsáveis pelos 'desvios' da linha 'justa'. (17)

Outra das explicações mais comuns sobre os erros e falhas do partido, facilmente encontrável nos documentos de auto-crítica do período assinalado (18) é a da falta de nível teórico dos militantes e dirigentes partidários. Este 'baixo nível' frequentemente é associado a uma característica geral da sociedade brasileira, o seu 'atraso cultural'. Salomão Malina, por exemplo, reconhece que a elaboração teórica do partido (até hoje) "não tem grande nível", apontando como causas a ausência de uma tradição de pensamento socialista no Brasil, o traço obreirista, a impaciência revolucionária, etc. E relaciona-a também com a própria realidade brasileira: "no entanto, julgo que não se pode considerar o nível de elaboração teórica do partido, sem levar em conta o nível teórico cultural do país. Abstrair o PCB da efetiva realidade brasileira, é um erro (aliás, muito cômodo para certas operações de 'crítica' ao partido). O PCB expressa, na sua evolução, o diagrama da evolução mesma da sociedade brasileira. E, em termos culturais, não é só o PCB que possui um nível de elaboração problemático. O peso do atraso cultural é um dado da realidade brasileira; atinge todas as nossas institui-

(17) Veja-se, por exemplo, este trecho: "Nesta influência ideológica do radicalismo pequeno-burguês está a causa profunda dos numerosos desvios e erros já assinalados na atividade de nosso partido. De um lado a subestimação do papel dirigente da classe operária, as tendências espontaneístas e a subestimação do papel e da importância da organização do partido. De outro, as tendências ao abandono da luta pelas reivindicações imediatas, o sectarismo e as tendências golpistas que levam a substituir as lutas de massas pelo heroísmo individual de uns poucos desligados das massas, ao aventurismo portanto". Problemas nº 34 - Prestes "Estudar e aplicar as resoluções de fevereiro do Comitê Nacional para entrarmos no bom caminho da construção do Partido", maio-junho 51, p.9.

(18) Ver, por exemplo, Problemas nº 19, p. 77.

ções - e o PCB é uma instituição da vida nacional". (19)

Vamos analisar isto por partes. Em primeiro lugar, devemos reconhecer que os fatores inicialmente apontados por Malina - a falta de tradição, o obreirismo, a impaciência revolucionária - interferem nas posições do partido e em sua atividade. Porém, parece-nos altamente discutível, como tentativa de explicação do baixo nível do PC brasileiro a relação que acima se pretende estabelecer entre o (baixo) nível teórico do partido e o nível teórico cultural do país, também considerado como 'atrasado' culturalmente. Se tomarmos esta afirmação como correta, então teremos que admitir também o seu oposto, isto é, que onde a sociedade tenha atingido um nível cultural e teórico elevado, também o partido comunista desta sociedade deverá apresentar um nível de elaboração teórica elevado, o que, segundo os pressupostos marxistas, deve se refletir em sua prática.

Ora, tomando como referência a dicotomia "atrasado-desenvolvido" podemos ver como exemplo de uma sociedade de nível cultural elevado a França do após-guerra. Contudo, nesta sociedade de profundas tradições socialistas e democráticas, neste país que sempre foi considerado na vanguarda dos movimentos culturais do planeta, a atuação do partido comunista francês, no período de 43 a 48/49 não diferiu muito da política implementada no nosso país (atrasado) pelo Partido Comunista do Brasil. A colaboração com o governo e a burguesia nacional durante o período da 'união nacional', sua afirmação como 'partido da ordem; a mão estendida ao governo (aqui), a participação no governo (lá), a condenação às greves e o incentivo ao desenvolvimento econômico da nação (ambos) bem como, no período kominformiano, o incentivo a greves e manifestações de protesto, o sectarismo

(19) Entrevista com Salomão Malina publicada pela revista Temas de Ciências Humanas, SP, pp.35 a 69.

quanto às demais posições políticas de esquerda, o anti-imperialismo, etc., são elementos comuns aos dois partidos e que provam que a elaboração teórica dos partidos comunistas deste período era muito pouco condicionada pelo nível teórico, tanto do partido, quanto da sociedade em que se inseria. (20)

Em terceiro lugar, e embora não queiramos entrar no mérito do 'atraso' ou não da sociedade brasileira, temos que reconhecer que na década de 40 e 50, o país estava formando uma camada de intelectuais atenta às novas teorias e ao estudo da realidade brasileira, e isto é tanto mais verdadeiro no terreno da História e da Economia. No período pós-45, boa parte da intelectualidade girava ao redor do 'partidão', entre eles nomes como Caio Prado Jr., Mário Schemberg, Jorge Amado, Nelson Werneck Sodré. Vários deles poderiam contribuir para a elaboração teórica do partido. Caio Prado Jr., já na época tem livros publicados, principalmente estudos sobre a formação política e econômica do Brasil (21), o mesmo acontecendo com Werneck Sodré. Entre os antigos dirigentes do partido Astrogildo tem ensaios políticos e literários; Brandão publicou "Agrarismo e Industrialismo"; Basbaum publica em 44 seu "Fundamentos do Materialismo". Contudo, a atitude da direção do PC com estes ex-dirigentes que querem voltar à militância ativa é a de restringir sua participação no partido, marginalizando-os e depreciando suas realizações intelectuais ou sua militância política anterior. De alguns, como

(20) Claudin, op. cit., especialmente Caps. I e II.

(21) Formação do Brasil Contemporâneo - Colônia, é publicada em 42; História Econômica do Brasil, sai em 45; Evolução Política do Brasil e outros estudos, é de 47; Dialética do Conhecimento, é publicada em 52. As relações entre Caio Prado e a direção sempre foram conflituosas, segundo Martins Rodrigues (p.434). O autor de 3 etapas do comunismo brasileiro, cita a polêmica travada durante os debates de preparação para o IV Congresso em 47 (que terminou não ocorrendo devido ao fechamento do Partido) entre Caio Prado Jr. e a direção partidária, sobre o caráter da agricultura brasileira e a tese da reforma agrária defendida pelo partido, pp.127/128.

Astrogildo, se exige uma 'autocrítica' como condição para o reingresso; outros, simplesmente não são aceitos, como Heitor Ferreira Lima (ambos os fatos são citados por Basbaum em suas memórias) e outros ainda são expulsos do Partido, como é o caso de Cristiano Cordeiro. (22)

Mesmo na revista Problemas, sob a direção de Marighella, encontramos vários estudos sobre a economia do país, a penetração e os efeitos do imperialismo sobre os diversos setores da sociedade, o comércio exterior, a classe operária e o salário mínimo, por exemplo. Sintomaticamente, a partir do momento em que a direção passa a ser exercida por Arçuda, este tipo de artigo desaparece.

Concluindo, intelectuais dispostos a trabalhar pelo partido havia, estudos sobre a realidade brasileira e tentativas de interpretação marxista dessa realidade (embora fossem poucos) havia também. O que não havia era espaço, dentro do partido, nem para eles nem para suas idéias.

Efetivamente, a direção do partido no período pós 45 e até o congresso do PCUS, certamente não primava pelo alto nível teórico de seus membros, do que há indícios em abundância, tanto através de testemunhos de ex-militantes quanto pela análise dos documentos partidários da época. (23)

(22) Basbaum narra em suas memórias, a reação da direção partidária quando da publicação de seu livro, o boicote que sofreu quando do processo de reconstrução do partido, a atitude do 'núcleo dirigente' frente às velhas lideranças. Ao que parece, marginalizava-se não só os dirigentes, mas a própria história do Partido antes de 30, o que é notado por Basbaum (p.189) e por Brandão, que ouviu de Grabois a afirmação de de "o partido antes de 30 não era nada".

(23) Por exemplo, os artigos de Marighella, de 65 em diante, mostram um conhecimento teórico e de leitura de livros não encontrados em seus editoriais de 'Problemas' quase sempre meras popularizações de artigos de Prestes ou documentos do CC. Pomar, depois da promulgação do AI-5 freqüentemente la-

Embora o partido estivesse, nos anos de após-guerra e seguintes, cercado pela nata da intelectualidade brasileira, dentro do Comitê Central é que não havia nenhum (exceto Brandão e Astrogildo, em suplências, com valor puramente simbólico) (24), havendo pelo contrário, um certo desprezo à figura do intelectual. (25)

mentava saber-se condenado à morte pelo regime militar justo "no momento em que se sentia amadurecido e em melhores condições para contribuir no sentido de que o partido se transformasse numa organização verdadeiramente leninista"-o partido a que se refere então era o PC do B. Pedro Pomar de Luis M. Carvalho et alii, Ed. Brasil Debates, SP, 1980, p. 18. Quanto aos depoimentos e testemunhos, quase todos são unânimes em afirmar que a direção neste período ressentia-se de maiores estudos teóricos. A exceção é Dinarco Reis (op.cit. p.122) que nega explicitamente que os dirigentes substituídos em 1958 fossem pessoas "totalmente despreparadas ou incapazes politicamente", afirmando que possuíam regular instrução e cultura, bem como razoável conhecimento da teoria marxista e da realidade brasileira".

- (24) Veja-se Martins Rodrigues: "Embora tivesse muitos intelectuais e recrutassem fortemente na classes médias, nenhum intelectual importante chegou a cúpula do partido. Por outro lado, o PCB não contou entre seus principais dirigentes com alguém que pudesse ser considerado um grande teórico do marxismo. Nenhum (grifo do autor) dos dirigentes do PCB deixou alguma obra de peso. Muitos dos seus dirigentes só publicaram algum trabalho relevante depois de romper com o Partido (caso de Basbaum, Heitor Ferreira Lima, Jacob Gorder, etc.; outros membros do PCB que se destacaram como teóricos e pesquisadores marxistas permaneceram em constante divergência com a direção do Partido (caso de Prado Jr.). O marxismo desenvolveu-se tardiamente no Brasil e esteve mais ligado às estruturas universitárias do que a estrutura partidária. Pensamos que o dogmatismo e o praticismo stalinista, a dependência teórica e ideológica com relação ao PC soviético, dificultaram a emergência de um pensamento marxista próprio no interior do PCB" - (grifos meus) Martins Rodrigues, op. cit., p. 434, nota 176. Sorj, Bernardo - "História e Crise da Produção da Verdade no Marxismo". In: Novos Estudos Cebrap. vol. 2, nº 3, nov. 83, observa que "no leninismo o saber marxista é a fonte de legitimação da direção do partido (p.29). Sendo o poder político justificado em nome do saber científico, torna-se fácil entender por que as relações entre direção partidária e intelectuais são tensas: para os primeiros, os intelectuais com seu saber representam um risco à sua própria autoridade política. Nesta medida, durante o stalinismo, os intelectuais que se ligaram aos partidos leninistas, sempre estiveram marginalizados ou foram dobrados pela direção.
- (25) Marighella, em Carta à Executiva do Partido, datada de 1966 diz: "A experiência das direções passadas em matéria de lançamento de livros não é boa. As direções executivas dificultavam ou impediam tal coisa por meio de subterfúgios, retendo originais ou exercendo a censura prévia". Escritos de Carlos Marighella, Ed. Livramento, SP, 1979, p.90. Peral-

Também os elementos de maior experiência em relação ao trabalho de massas não pertenciam à Comissão Executiva, embora eventualmente tivessem assento no Comitê Central ou como suplentes. Roberto Morena, antigo dirigente sindical e deputado por São Paulo em 50, não participava do CC. Martins Rodrigues afirma: "Nesta nova equipe, ninguém podia gabar-se de ampla experiência em trabalho de massas. Tal como na década de 30, os principais dirigentes do PCB não foram líderes sindicais... Alguns membros do CC que tinham passado por um período de militância e liderança operárias (...) não foram figuras importantes na determinação da linha política e no controle da máquina partidária". (26)

Da mesma forma que as lideranças classistas, mesmo que comunistas, não participam da definição da linha política do partido, também o mesmo ocorre com a classe operária. Seus principais canais de comunicação com o partido, são aqueles constituídos pelos organismos partidários e militantes de base. Ora, a estrutura interna do partido, as vias de comunicação direção-base estão neste momento deformadas pelo stalinismo e pelos chamados 'métodos mandonistas de direção'. Assim, só funcionam de cima para baixo. As bases, os militantes do partido, aqueles que têm real contacto com a classe operária e demais setores populares, não têm como expressar suas opiniões, ou apresentar sugestões sobre a política partidária. Veremos depois o esquema de funcionamento interno do partido. Aqui só cabe lembrar que às bases restava apenas obedecer, cumprir as tarefas das direções

va cita práticas como a destruição de originais e outras medidas semelhantes para os intelectuais tomadas pela direção. Entre o aparelho partidário, segundo ele, haveria um fundo desprezo pelos intelectuais, que seriam utilizados como instrumentos em campanhas, etc. (O Retrato, Globo, Porto Alegre, 1962, Cap.III, parte 7) Malina, na citada entrevista concorda que houve, na época, a manipulação do intelectual dentro do Partido.

(26) Rodrigues, op. cit., p.407.

superiores. Sendo assim, o único meio possível de diálogo do partido com a classe seria através das lideranças sindicais (as comunistas, porque com as outras o sectarismo de parte a parte impede o diálogo) mas estas também não participam das instâncias máximas de decisão e teorização do partido, a Comissão Executiva e o Secretariado. E para inibir uma possível posição crítica destes elementos (ou de outros) frente às orientações políticas do 'núcleo dirigente' existem uma série de mecanismos, não-oficiais, mas extremamente eficazes, os quais veremos com vagar no Capítulo V.

Assim, a relação da classe operária com seu partido vai ser marcada pela exclusão na definição da orientação política, pela sua transformação em mero objeto desta política, em instrumento utilizado pelo partido para atingir seus objetivos, que, na linha do Manifesto de Agosto, seriam a tomada do poder, o enfraquecimento das forças imperialistas no país e, mundialmente, o reforço à estratégia da paz.

Mas a classe não é um mero ser passivo, sem vontade própria. Ela aceita e respeita a liderança comunista no terreno sindical, mas isto tem seus limites, e o estudo do movimento operário no período 45 a 54 demonstra estes limites (27). A partir de um determinado ponto de divórcio entre a orientação do partido e as necessidades da classe operária, ela deixa de aceitar esta orientação (28). No período da linha do Manifesto de

(27) Um estudo prático e teórico sobre a dependência ou independência da classe em relação à política populista e aos comunistas nos primeiros anos da década de 50 está em Moisés, José Álvaro - Greve de Massa e Crise Política. Polis, SP, 1978. O autor também discute a forma como o partido utilizava a classe em seus esquemas políticos.

(28) Exemplos deste divórcio podem ser vistos em Maranhão, Ricardo - op.cit., onde ele descreve as relações entre o PC e a classe operária no período 45-50 em termos de movimento sindical e grevista. Em entrevista à autora, Elóis Martins, narra da impossibilidade de manter-se as 'greves por decreto' por muito tempo, do fracasso em constituir os sindicais

Agosto, este divórcio é mais nítido, refletindo-se na sua passividade, em sua apatia, em sua recusa de pôr em prática as orientações do partido. E essa recusa da classe é que, por sua vez, vai levá-lo a modificar sua orientação. Mesmo assim, a constatação dos erros desta política sindical e sua modificação por outra mais realista demorou 3 anos a subir, desde as partes deste dinossauro que tinham contacto com o chão, até sua minúscula cabeça, cuja miopia não lhe permitia enxergar o que se passava a seus pés. E o lento dinossauro só começou a mudar quando viu que, se continuasse assim, perderia até os meios de continuar instrumentalizando a classe: seus militantes e sua capacidade de trabalho e agitação entre as massas. Além do que, neste momento, já se divisavam no horizonte novos sinais, anunciadores de mudança na orientação soviética.

Parece-nos evidente considerar que a definição da linha política do partido se fazia por imposição da Direção, especialmente do estreito grupo que se convencionou chamar de "núcleo dirigente" e que abrangia o Secretariado e todo, ou a maior parte da Comissão Executiva. Este núcleo, no período 43/56, praticamente usurpa boa parte dos poderes do Comitê Central e age independentemente deste, embora com a sua conivência por omissão. Quando da discussão interna, após as revelações do XX Congresso do PC US, o próprio Comitê Central reconheceu que "as funções do Comitê Central eram na prática absorvidas pelo Presidium e pelo Secretariado. O Comitê Central não desempenhava plenamente suas verdadeiras funções; não existia ambiente propício ao exercício da direção coletiva; não existia o clima necessário à livre discussão e à luta de opiniões. O Presidium e o Secretariado do Co-

tos paralelos, porque a massa não vinha a eles - como também não ia na União Estadual de Trabalhadores, que era formada quase exclusivamente por comunistas.

mitê Central tornaram-se órgãos hipertrofiados" (29). Dinarco Reis sustenta que a principal causa disto "...consistia na incapacidade do Comitê Central assumir o seu verdadeiro papel de dirigente coletivo do Partido entre um e outro Congresso, deixando, desse modo, de observar e aplicar corretamente o princípio básico estatutário do centralismo democrático" (30). Apesar das características negativas dos dirigentes - "entre as quais sobressaíam acentuado carreirismo, espírito elitista e exagerada auto-suficiência" - (31) a responsabilidade maior cabia ao Comitê Central, que deixou que esta situação se instalasse.

Torna-se necessário pois, estudar a constituição desta direção partidária e suas principais características.

Claudin contribui decisivamente à análise do processo de formação das direções comunistas do após-guerra: "Unos, los restos de las primeras generaciones de militantes comunistas, eran el producto de la 'bolchevización': su universo mental, sus hábitos, sus esquemas ideológicos, les permitían encontrar justificaciones a todo lo que procedía de Moscú, y argumentos para 'esclarecerlo' a los neófitos de la nueva iglesia. Y estos últimos constituían - en la segunda mitad de los años treinta - el grueso de los efectivos de la Internacional Comunista en los países capitalistas. Formaban la generación del anti-fascismo y de los planos quinquenales. Habían llegado a la lucha revolucionaria bajo el signo del odio al fascismo y del entusiasmo sin límites por el mundo inédito que emergía sobre las ruínas de la vieja Rusia... entre las principales características de esos nuevos comunistas - aparte su combatividad anti-fascista - figu-

(29) Projeto de resolução do C.C. do P.C.B. sobre os ensinamentos do XX Congresso do P.C. da U.R.S.S. (20.10.56). Transcrito em CARONE, Edgar - O PCB - 1943-1964. 2º volume, Difel, SP, 1982, p. 150.

(30) Reis, Dinarco, op. cit., p. 122.

(31) Idem, ibidem.

raban la carencia absoluta de espíritu crítico hacia todo lo que llevase la marca soviética, y el 'praticismo' como se decía en la jerga del partido. En la escasa medida que les preocupaba la teoría, puesto que todos los problemas importantes venían resuelto de 'arriba', su principal alimento teórico eran las obras de Stálin". (32)

Esta análise, embora se aplique mais aos PCs europeus, auxilia a compreensão do 'espírito' dos militantes das décadas de 40 e 50, espírito este praticamente hegemônico dentro do PCB pela desapareição da camada de 'viejos bolcheviques' dentro do partido. Esta desapareição se dá pelas lutas internas do final da década de 20 e durante a década de 30, pela repressão e pela virtual dissolução da influência dos poucos sobreviventes perante a invasão em massa do partido pelos novos conversos durante o período de legalidade no pós-guerra. Eles não conseguem assegurar-se postos de influência na formação do novo partido e convertem-se em peças simbólicas na engrenagem partidária, representantes dos 'tempos primitivos'.

No Partido Comunista do Brasil, após sua reconstrução em 43, vai se observar nitidamente a existência de duas camadas distintas de militantes: a) aquela constituída pelos militantes que passaram pela experiência da ANL, cuja entrada no partido se deu basicamente entre 30 e 35. Esta é a camada da qual sairão os quadros partidários de nível médio a superior, especialmente sua camada dirigente máxima, a Comissão Executiva e o Secretariado. Sua origem é principalmente de classes média (pequena burguesia, militares). Sua influência é decisiva no partido, embora seja numericamente inferior à segunda camada; b) esta é a formada pelos militantes que entraram no partido de 36 a 47, durante seu

(32) Claudin, op. cit., parte 1, Cap. 5, p. 274.

período de reconstrução e legalidade. Embora de menor influência na determinação da política partidária, é ela que preenche todo o esqueleto do partido, das bases à cúpula. Já vimos que está presente até no Comitê Central. Pelo seu número, seu 'espírito' e sua fê no 'Cavaleiro da Esperança' (fê, aliás, compartilhada por muitos membros da primeira camada) vai contribuir decisivamente para a consolidação do poder da nova direção. Muitos de seus membros tenderão a deixar o partido durante a época do 'Manifesto'.

O culto à personalidade - no plano exterior, Stalin; nacionalmente, Prestes - é outra característica básica desta direção. Prestes emerge como o líder popular de maior prestígio no pós-guerra e este fato terá profundas conseqüências para o partido, que se reconstrói ao redor de sua figura. O aproveitamento deste aspecto, para os fins de recrutamento partidário, sempre foi grande. Ao que parece, o próprio Prestes autorizava este culto, embora oficialmente se pronunciasse contra (33). Peralva estranha que um homem que se dizia tão modesto permitisse as exageradas manifestações de louvor que recebia publicamente de

(33) O XIX Congresso do PC US em 51 populariza o princípio da 'direção coletiva'. A partir daí, Prestes passa a pronunciar-se contra o culto ao indivíduo no partido, mas sem mencionar seu próprio caso. Em seu "Informe de Balanço do Comitê Central do PCB ao IV Congresso do PCB" in: Problemas nº 64, Prestes confunde 'culto à personalidade' com individualismo, atribuindo-o à influência tenentista e pequeno-burguesa: "A luta pela aplicação do princípio da direção coletiva em todas as instâncias do partido está intimamente ligada à luta ideológica contra uma das piores e mais persistentes manifestações da ideologia da pequena burguesia nas fileiras do Partido - o individualismo dos que procuram impor suas opiniões pessoais, substituir o trabalho dos comitês do Partido pelo trabalho individual, sem reuni-los por longos períodos ou que os reúnem apenas para aprovação formal de decisões individuais, muitas vezes já postas em prática. Estendências caudilhescas refletem em nosso Partido uma das características específicas do "tenentismo", dos elementos pequeno-burgueses vacilantes, que oscilando entre o proletariado e a burguesia não podem lugar por um programa definido e o substituem pelo nome do 'chefe', do 'líder', do 'general' ou do 'herói'." p.101.

seus subordinados. (34)

Basbaum esclarece a forma como isto afetou a vida interna do PC: "o prestígio pessoal de Prestes iria acabar com as discussões e debates dentro do partido, o que constituía a base democrática dentro do qual este se formara e era a base de um partido leninista: a troca de opiniões, o centralismo democrático, o voto da maioria. Tudo isto iria acabar, como de fato acabou". (35).

Mas o culto à personalidade ainda cumpria outra função não menos importante dentro do Partido: servia para legitimar a direção, a qual durante o período 43 a 54 não se submete ao crivo de nenhum Congresso. Além disso, facilita a aceitação, tanto pelos militantes como pela periferia do partido, das eventuais modificações na linha política, pois estas sempre virão com a chancela de Prestes.

Recordemos brevemente a forma como o partido foi reconstruído em 42/43. Existiam 3 grupos que se reivindicavam do Partido:

1 - CNOP - Comissão Nacional de Reorganização Provisória composto por militantes do Rio, ao qual posteriormente se une um grupo de baianos com passagem por São Paulo (36). Defendiam o

(34) Peralva, Osvaldo - op.cit. p.94. Apresenta também outros elementos para provar que Prestes tinha pendores à auto-glorificação. pp.194 a 196. Agildo, que considerava Prestes um "estóico positivista", afirma que o mesmo gostava de ser incensado. Barata, Agildo - Vida de um revolucionário. Alfa-Ômega, SP, 1978, 2a. edição, p.322.

(35) Basbaum, Leôncio - Uma vida em seus tempos. Alfa-Ômega, SP, 1976, p.192.

(36) Esta é a versão de Basbaum, em seus livros (História sincera da República, vol. III. Alfa-Ômega, SP, 1968, 2a.edição, pp.126/127 e Uma vida em seis tempos, Alfa-Ômega, SP, 1976, pp.178/179). Chilcote e Martins Rodrigues coincidem com a versão de Basbaum. Alguns autores e militantes ainda ligados ao partido como (Segatto, Vinhas, Malina) defendem que a reorganização começou pelo Comitê da Bahia, que teria melhor or

apoio à Vargas na linha de união nacional contra o fascismo e aceitavam a liderança de Prestes.

2 - Comitê de Ação ou grupo paulista - Formado por comunistas de São Paulo que defendiam uma política de união das forças de esquerda e democráticas contra Vargas e o Estado Novo. Embora consultassem Prestes, não reconheciam sua liderança a priori, exigindo a realização de um Congresso para eleger a direção e definir a linha política. (37)

3 - O grupo liquidacionista - com Fernando de Lacerda à frente, este defendia o fim do partido, por entendê-lo não mais necessário, devido à aliança entre a URSS e as potências capitalistas contra o Eixo, e a crença, - justificada em parte pela liquidação da Internacional Comunista - de que havíamos entrado numa nova era de desenvolvimento pacífico e cooperação entre os países.

A CNOP realiza a Conferência da Mantiqueira, elege Prestes ainda preso para Secretário Geral e divide entre si os demais cargos de direção do Partido (38). Define também a linha política que vai orientar a atuação comunista no período de 43 a

ganização e do qual Arruda faria parte. Em sua versão, a CNOP entraria em acordo com este Comitê e não com um grupo de baianos que tentara trabalhar em São Paulo, como diz Basbaum. Contudo, Dinarco Reis, dirigente ainda ligado ao Partido e participante da Conferência da Mantiqueira, nega que o Comitê da Bahia tivesse conhecimento da realização da conferência. Para ele, o Comitê Regional baiano foi representado por Mário Alves na Conferência, numa manobra política de responsabilidade de Arruda, pois Alves se encontrava no Rio acidentalmente, participando de reuniões estudantis. (Reis, op.cit., p.64). Ainda o mesmo autor qualifica a CNOP de "pequeno conjunto de jovens estudantes" e afirma que "este grupo (a CNOP), ao tomar conhecimento do trabalho de reorganização do Partido empreendido por dirigentes mais credenciados se autodissolveu e seus componentes passaram a colaborar individualmente na tarefa de reorganização do movimento comunista em escala nacional" (p.61).

(37) Basbaum, em suas memórias, informa da exigência do Congresso por este grupo. (p. 191)

(38) Segundo Vinhas, op.cit., p.74, participaram na Conferência representantes de 9 Comitês: São Paulo, Niterói, Curitiba, Belém, Juiz de Fora, Rio, Belo Horizonte, Porto Alegre e Salvador. Contudo é difícil saber até que ponto estes comi-

47: a política de 'união nacional', contra o fascismo, o apoio à Vargas, etc.

Não fica claro se Prestes já os apoiava antes da realização da Conferência ou só depois de sua indicação para secretário geral. Para Prestes é mais fácil apoiá-los na disputa com o Comitê de Ação, não só porque eles o aceitam como chefe mas também porque a linha política por eles defendida era a mesma de Prestes e, não por casualidade, a mesma recomendada pela URSS aos PCs do mundo inteiro.

Inicialmente, o C.A. não reconhece a Conferência da Mantiqueira e não acata suas decisões. Contudo, a partir do apoio de Prestes à CNOP, gradativamente os paulistas se submetem e engrossam as fileiras do partido, embora alguns emigrem para outras organizações partidárias.

O que é importante salientar é que o processo de reconstrução partidária não se dá de forma que permita discussões e acordos entre os grupos, o que permitiria, talvez, a acomodação das partes em disputa e até o surgimento de lideranças naturais, formando, enfim, uma direção política, representativa do conjunto do partido. No entanto, o prestígio de Prestes e o fato dele decidir-se por um dos grupos em disputa encerrou a discussão e a disputa. Um grupo ganhou tudo: seu reconhecimento como núcleo partidário, a aceitação de sua linha política e os cargos de direção; o outro grupo perdeu tudo, até a possibilidade de bargar-

tês existiam, ou estes delegados eram representativos de suas bases. Sílvio Frank Alem, em sua dissertação de Mestrado Os trabalhadores e a redemocratização, p.67, apresentada ao IFCH-Unicamp, observa que os delegados por São Paulo não refletiam a proposta majoritária neste estado e que os delegados do Pará - Amazonas e Pomar - há 2 anos não mantinham contacto com suas bases. Elói Martins diz que o partido estava esfacelado no sul em 43. Dinarco Reis nega que o delegado pela Bahia, Mário Alves, tivesse sido realmente indicado pelo Comitê Regional Baiano. (ver nota 36)

nhar um acordo. Mas o grupo vencedor não obteve a vitória por seus méritos próprios, por seu passado político, por sua experiência em trabalho de massas ou por seu nível teórico. Na verdade, numa rápida análise, parece que o Comitê de Ação teria maiores trunfos, mas uma afirmativa deste tipo necessitaria de maiores estudos. Em todo o caso, o cacife decisivo estava com a CNOP: o apoio de Prestes. "E onde estava Prestes, estava e ficava o Partido" (39). Foi Prestes que decidiu a favor da direção que saiu da Conferência da Mantiqueira. Ele avalizou com seu prestígio, a usurpação do direito de liderança do partido feito por um grupo sem maior respaldo para tanto. Não se trata de negar que eles tivessem direito de reivindicar a herança do partido. Trata-se de constatar que, herdeiros, todos eram...

Uma rápida análise dos integrantes do Comitê Central eleitos na Conferência da Mantiqueira permite avaliar melhor sua representatividade no movimento operário e popular: entre seis operários, nenhum trabalhava em fábrica (40); entre os integrantes de origem pequeno-burguesa, a maioria é formada por estudantes ou ex-estudantes sem profissão definida e, entre os militares, metade são profissionais da aeronáutica. Em termos geográficos, além das dúvidas existentes sobre a real representatividade dos "delegados" (ver nota 38) forma-se um CC onde não há nenhum representante do maior centro urbano e industrial do país. A falta de paulistas, contudo, é compensada pelo excesso de representantes cariocas e o alto número de baianos. Minas e Rio Grande do Sul, dois outros centros industriais, têm o mesmo número de representantes que o Pará.

(39) Carta a Luiz Carlos Prestes - Comissão Estadual de Reorganização do PCB/SP. São Paulo, dezembro de 1979. Transcrito em O PCB em São Paulo: documentos 1974-1981, Ciências Humanas, São Paulo, 1981, p. 150.

(40) A Conferência da Mantiqueira elege 7 operários para o Comitê Central. Entretanto, sobre um deles "Draga" só temos a referência, dada por Dinarco Reis, de que era operário.

Origem geográfica dos membros do CC eleitos
na Conferência da Mantiqueira

	RIO	BAHIA	MINAS	RS	PARÁ	SC	IND.	TOTAL
Militares	5	-	1	1	-	-	-	7
Intelectuais	1	4	-	-	2	-	-	7
Operários	3	-	1	1	-	1	1	7
TOTAL	9	4	2	2	2	1	1	21

Neste Comitê Central, os elementos conhecidos do movimento operário e popular são só Prestes, Ventura - antigo estivador e deputado federal classista em 1934 - e Medina, dirigente partidário dos anos 30, que será depois expulso. Nota-se que há uma clara intenção de colocar na Secretaria Geral um nome que represente a continuidade no Partido e/ou tenha prestígio popular. Prestes, mesmo preso, é eleito secretário Geral. Enquanto está na cadeia é substituído por Medina. Quando este é expulso, chega vez de Álvaro Ventura ser o secretário-geral até a saída de Prestes da prisão. Mas a real influência e poder de Ventura no partido podem ser medidos pela sua trajetória política interna: de secretário geral em 45, ele passa a suplente do Comitê Central em 46. Para Basbaum, Ventura estava no CC "como uma rosa a enfeitar um ramalhete de flores selvagens, sem cor nem cheiro. Era o operário que faltava ao novo Comitê Central" (41).

O mesmo Basbaum vê pretensões maquiavélicas no CNOP e naqueles que chama de 'grupo baiano' (42). Seriam elementos oportunistas e direitistas, carreiristas que pretendiam dominar o

(41) Basbaum - Uma vida em seis tempos, p.180.

(42) Basbaum - História Sincera da República, vol.3, p.127 e Uma vida em seis tempos, p.208.

partido e, para isto, apoiam-se em Prestes. Entre outros autores também se nota uma unanimidade de opiniões negativas a respeito deste grupo, embora variem as acusações. (43)

Não é nossa intenção fazer julgamentos; parece-nos necessário, entretanto, reconhecer que a situação precária do partido no início da década de 40 propiciava ocasião para que elementos que acaso tivessem este tipo de objetivo pudessem conseguir êxitos. Além disto, a forma como o conflito entre a CNOP e o C.A. foi resolvido favorece esta interpretação, do mesmo modo que a atitude deste grupo enquanto no poder, sempre procurando garantir-se o exercício absoluto e indivisível do mesmo. Concorram em dividi-lo apenas com os tenentes, que saem da cadeia em 45 - mas somente por pressão de Prestes. (44)

É este grupo, juntamente com Prestes, que reorganizará e dirigirá o Partido por longos anos, praticamente moldando-o a sua vontade, pois o PC pela sua própria história de repressão, perseguições e dissidências internas não tinha conseguido formar um núcleo estável de dirigentes, nem sequer um conjunto de hábitos e práticas que configurassem uma certa tradição no interior do partido. Ao contrário de outros países da América Latina, o PC brasileiro não tinha raízes fortes, ao renascer, no movimento

(43) Ver por exemplo, Dinarco Reis, onde ele tece diversas críticas tanto quanto a alguns dirigentes em particular (pp. 64 e 122) quanto à direção do Partido como um todo. Vinhas, op.cit. também tece críticas a direção do período em termos gerais. Bezerra, Gregório: Memórias, 1946-1969, Civilização Brasileira, RJ, 1981, p.117 diz que Arruda seria mandonista e prepotente e que a direção violava as regras do funcionamento interno. Por fim, Agildo Barata, op.cit. Cap.XI, critica o funcionamento interno do Partido e o núcleo dirigente. As críticas mais contundentes estão em Peralva, op.cit. praticamente em todo o livro.

(44) Barata, Agildo - op.cit. p.350. Na página 323 descreve a atitude da CNOP em relação aos demais comunistas, depois de contar com o apoio de Prestes: "a jactância do pequeno grupo que dirigia a CNOP chegou ao auge; passou a intitular-se núcleo dirigente do PCB, exigia submissões e autocríticas de todos que não se curvavam incondicionalmente".

sindical e muito menos com correntes socialistas. Era um partido praticamente novo, que nascia pelo alto para descer às massas já com proposta pronta, direção completa e estrutura organizativa montada, apoiado no carisma de Prestes e no prestígio popular conseguido pela URSS por sua atuação durante a guerra. Uma situação destas pode ampliar desmesuradamente as possibilidades de atuação e poder dos dirigentes, internamente.

Outra seqüela decorrente da forma como se constituiu e legitimou a direção foi que tornaram-se dependentes de Prestes. Apoiaram-se nele para subir, precisavam dele para manter-se no poder. Para Prestes era vantajoso, pois não havia contestações aos seus atos. Seu prestígio e posição permitiam-lhe facilmente encerrar ou abrir uma discussão e impor suas idéias sem encontrar resistência. Assim, perde-se o próprio sentido das discussões, já que elas não são feitas para discutir e sim para aplaudir. Não há contestação, não há crítica. Isto permite que se inverta o processo de interpretação da realidade. Em vez de partir da teoria, ir à realidade, constatar seus dados e voltar a teoria para checá-la, o que se fazia era deformar a realidade para enquadrá-la na teoria (45). Por outro lado, o esquema teórico de

(45) Caio Prado Jr. em seu excelente livro: A revolução Brasileira, Brasiliense, S.Paulo, 1972, 4ª edição, pp.19 a 63, discute a teoria da revolução brasileira e a forma dogmática e a-crítica com que se aceitou no Brasil a visão da Comintern, especialmente em seu Sexto Congresso. Depois de ressaltar a deficiente preparação científica da direção comunista brasileira, responsável pela não revisão e reelaboração de tal teoria, ele credita ao dogmatismo stalinista a ampliação desta alienação frente a realidade. "Este conjunto de fatos contribui para consolidar não apenas concepções falsas e em inteira discordância com os fatos reais, mas ainda impôs, como referimos, uma certa maneira de considerar os fatos econômicos, sociais e políticos que deles dá conta, inteiramente deformada. Isto é, não parte da consideração e da análise daqueles fatos como realmente eles de apresentam, a fim de os interpretar e determinar a sua dialética, isto é, a sua dinâmica e projeção futura, com o que se elaborará a teoria revolucionária. Caminha-se em sentido precisamente contrário, a saber, admite-se a priori essa teoria, e procura-se nela encaixar os fatos, por mais que eles deformem essa arbitrária e singular manipulação". (p.20)

interpretação da realidade de países 'coloniais e semi-coloniais', como era definido também o Brasil, já estava pronto e só precisava ser aplicado. Mas para que não se chocasse com a realidade, esta última necessitava de certos ajustes, que Peralva conta como eram feitos pela direção: mandavam pedir os números e dados brutos sobre o desenvolvimento econômico do país aos economistas do partido e "eles, depois, escolhiam os dados que coincidissem com o esquema e os utilizavam; quanto aos dados que se opunham ao esquema, jogavam-nos à cesta de lixo como 'mistificação burguesa'". (46)

A direção era instável, desequilibrada, pois a balança sempre pendia para o lado em que o secretário-geral se inclinasse ou a quem ele favorecesse, gerando um clima muito mais próprio de uma corte absolutista que de um partido político. A instabilidade gera a insegurança e uma direção insegura é sempre receosa, desconfiada, com medo de perder o poder. Para preservar-se, tende a utilizar os mecanismos partidários e seu poder enquanto direção (e que, num partido leninista, são sempre muito grandes) contra seus eventuais competidores. Ao mesmo tempo, procura 'comprar' possíveis aliados por meio de favores, profissionalizações, viagens, promoções, etc. A centralização e o aumento da burocracia contribuem para manter o poder dos que controlam o aparato do partido (47). A intimidação, que poderia se dar de forma 'administrativa' através do manejo do aparelho partidário - mas que preferencialmente tomava a forma ideológica - completava o quadro. (48)

(46) Peralva, op. cit., p.238.

(47) Dinarco Reis em seu livro, dá um exemplo dos tipos de "manobras" possíveis para assegurar-se à maioria nas reuniões do CC, por parte do núcleo dirigente: em 56, cerca de um terço dos membros do CC encontravam-se no exterior do país. (p. 108).

(48) Exemplos deste tipo de intimidação são as constantes 'críticas e auto-críticas', a rotulação de 'pequeno-burguês' frequentemente endereçada a quem discordasse, o uso de argu-

Paralisado o debate, neutralizados os rivais, a direção ainda tem que precaver-se contra os possíveis resultados de sua orientação política: os sucessos ou fracassos de sua tática quando posta em prática. E toda direção de um partido político é muito sensível em relação a este ponto. Um erro muito grande, ou uma sucessão deles pode implicar na desgraça da direção responsável. Não podendo suprimir os erros, suprime-se sua constatação, os canais por onde a crítica, especialmente das bases, poderia se expressar são convenientemente fechados, não se abrem espaços para a discussão (os cuidados de Arruda e outros dirigentes na escolha de delegados ao IV Congresso são um exemplo disto) e quando o debate finalmente é aberto, ele é conduzido de molde a que não extrapole os limites permitidos (veja-se, no Capítulo IV, sua autocrítica sobre a política levada em 45-47).

É no Capítulo V que veremos os mecanismos internos de manutenção do controle do partido utilizados pela direção. Contudo, devemos lembrar que estes mecanismos anti-democráticos, característicos do partido durante o período analisado não decorreram apenas das características particulares da direção, ou de possíveis interesses individuais de alguns dos dirigentes. Estas práticas representam os métodos stalinistas de direção, comuns a todos os países stalinistas da época e cujos traços podem ser encontrados presentemente, embora abrandados, mesmo em partidos da tendência euro-comunistas. No PCB, estes traços continuam presentes em época bem posterior à década de 50, como o a-

mentos baseados na autoridade de terceiros (tipo: "Prestes disse"; "400 economistas viram o programa do Partido"; "se você acha que sabe mais que a direção..."). Peralva faz observações interessantes sobre o modo como a engrenagem do 'Aparelho' do Partido influenciava o militante (O Retrato, pp.245 a 250). Claudin também refere-se a este processo, que, para ele, tem uma certa dose de religiosidade. (Claudin, op.cit., pp.469 a 488).

testam depoimentos de ex-militantes do partido. (49)

(49) Por exemplo, Marighella assim se refere à estrutura partidária montada pelo VI Congresso (bem depois portanto da queda do 'núcleo dirigente' considerado): "Comissões, secções auxiliares, tais como a secção sindical, a secção TE, assistentes, etc., tudo isso são formas de organização que dão à estrutura partidária a configuração de uma cúpula pesada e ineficiente. E, mais do que isto, destinadas a alimentar a burocracia, a entrar a ação revolucionária e a impedir a iniciativa dos militantes de base" (Escritos de Carlos Marighella, p.133). Elói Martins, em sua entrevista, nega que a saída de Arruda e seu grupo da direção tenha implicado no fim das práticas anti-democráticas no partido. "A orientação, o mandonismo do Arruda terminou, mas veio outro mandonismo". "Então, parece que mudou, mas mudou só com a saída do Arruda, do Grabois, porque o resto continua na mesma. Veio outra orientação. Então, agora é em torno desta orientação, quem diverge, já sabe como é..."

CAPÍTULO III

A LINHA POLÍTICA DO PCB DE 48 A 54

Este capítulo trata da orientação política do partido no período 48 a 54, dividindo-a em duas fases, embora com características comuns.

De 1948 a 1951, aproximadamente, temos a fase de maior radicalização da linha política, cujo documento mais expressivo é o conhecido pelo nome de 'Manifesto de Agosto'.

A partir de meados de 51, esta proposta vai abrandar-se paulatinamente, mantendo-se até o IV Congresso do partido, em novembro de 1954. Neste Congresso, ela vai ser ratificada formalmente por todo o partido, porém já um mês depois estará defasada pelas novas práticas partidárias, de privilegiamento de acordos de cúpula e das atividades eleitorais. Seu abandono formal se dará no V Congresso, em 1960, embora já tenha sido abandonada politicamente com a "Declaração de Março" de 1958.

Antes de iniciarmos o estudo desta linha política, torna-se necessário tecer algumas considerações acerca de seu lugar dentro da história das orientações políticas do partido. No capítulo I, na tentativa de enfatizar as diferenças com a proposta política anterior, demos muito destaque às rupturas existentes entre a prática e o discurso do partido nos anos de 45/46 e a-

quela que o caracteriza nos anos seguintes. Contudo, é necessário salientar que, por baixo destas diferenças de ordem tática, há uma permanência de ordem estratégica: a realização das tarefas da revolução democrático-burguesa no país, nomeadamente a reforma agrária, a remoção dos entraves ao desenvolvimento económico do país e a conquista de um regime de efetivas liberdades democráticas. Para concretizar estas tarefas, prevê-se sempre o recurso ao poder de Estado sob o comando das 'forças revolucionárias'. A composição destas forças revolucionárias pode também sofrer algumas alterações, mas guarda, como referencial importante, o recurso à aliança de classes, que inclui operariado, campesinato e setores da pequena burguesia, em sua definição mais restrita, ou amplia-se até compreender, inclusive, a burguesia nacional.

Outra característica de linha política que o PCB conserva durante toda sua existência, apenas com um breve hiato nos anos finais da segunda guerra, é a da luta anti-imperialista. Daí porque sua proposta sempre contemple, com destaque, a questão nacional.

Estas continuidades acontecem porque o PCB de há muito já tem definido o esquema teórico da revolução brasileira, o qual tem seus traços básicos assinalados ainda nas propostas da Internacional Comunista em 28, como veremos a seguir.

a) A linha do 'Manifesto de Agosto'

1 - A Teoria

"En su agitación los comunistas (de América Latina) deben poner de relieve las consignas siguientes:

- 1 - Expropiación (sin indenización) y entrega de una parte de las grandes plantaciones y latifundios a

- los peones rurales para que los trabajen colectivamente, y reparto de la otra parte entre los campesinos, arrendatarios e asentados;
- 2 - Confiscación de las empresas extranjeras (minas, empresas industriales, bancos, etcétera) y de las grandes empresas de la burguesía nacional y de los grandes terratenientes;
 - 3 - Anulación de las deudas públicas y levantamiento de todo control del imperialismo sobre el país;
 - 4 - Introducción de la jornada laboral de ocho horas y supresión de las condiciones de trabajo quasi linderas con la esclavitud;
 - 5 - Armamento de los obreros y campesinos y transformación del ejército en un ejército obrero y campesino;
 - 6 - Erección del poder soviético de los obreros, campesinos y soldados en reemplazo de la dominación de clase de los terratenientes y la Iglesia". (1)
- Tesis sobre el movimiento revolucionario en las colonias y semi-colonias - VI Congreso da Internacional Comunista - 1928.

Sete anos depois de sua morte, o espírito da Internacional Comunista era ressuscitado no Brasil através deste programa, que então completava 22 anos. Indiferente às possíveis transformações ocorridas na conjuntura analisada pelo VI Congresso - no período decorrido entre 1928 e 1950 - o 'Manifesto de Agosto' aceita integralmente, em seu programa, os pontos 1, 2, 3 e 5 do programa da IC, adaptando os demais e excluindo apenas o poder dos soviets (substituído pelo "governo de representantes do blo-

(1) VI Congreso de la Internacional Comunista, primeira parte: tesis, manifiestos y resoluciones. Cuadernos de Pasado y Presente nº 66, Ed. Pasado y Presente, México, 1977, p. 238/239.

co de classes que fizeram a revolução") e a jornada de 8 horas.

O Sexto Congresso define a revolução, para os países coloniais, semi-coloniais e dependentes, ou seja, para a imensa maioria do globo, como de caráter democrático-burguês, com um viés nacionalista representado pela luta anti-imperialista. Em todos estes países, segundo a visão do Congresso, os vestígios do feudalismo impedem o desenvolvimento social, político e econômico da sociedade, o que se agrava pela atuação do imperialismo que age de forma parasitária, condenando ao atraso tais países. Esta situação deve ser superada por uma revolução que, realizando as tarefas democrático-burguesas - em especial a reforma agrária - e lutando contra o imperialismo, coloque os pressupostos de uma futura revolução socialista. O proletariado e o campesinato são os dois grandes motores desta revolução nos países 'coloniais e semi-coloniais', pois sua burguesia, além de débil, em sua maioria está unida por laços de interesse aos latifundiários e aos imperialistas. As poucas camadas médias existentes, podem ser ganhas para a causa revolucionária, cuja direção, contudo, é do proletariado e seu partido.

O contexto é revolucionário a nível mundial, onde o que se prevê é o surgimento de uma etapa de guerras entre a URSS e os países imperialistas, provocada pelos extertores do capitalismo, já em sua fase agonizante. Esta luta levaria rapidamente à concretização da revolução socialista nos países capitalistas avançados, o que teria, como consequência, para os países 'coloniais e semi-coloniais' a possibilidade da transformação da revolução democrático-burguesa em rápido preâmbulo para a revolução socialista, no que seriam ajudados pelos países onde já houver tal revolução. Não se nega a existência de etapas no processo revolucionário, apenas acredita-se que, dadas as circunstâncias especiais que se abrem para o movimento revolucionário,

com a entrada do capitalismo em seu 'terceiro período' (marcado pela agudização da crise econômica e dos seus conflitos internos, que o levarão à sua destruição final), estas etapas podem acontecer em rápida sucessão, desde que estes movimentos revolucionários coloniais recebam o auxílio dos poderosos movimentos revolucionários europeus, já então no poder em seus respectivos países, e dos soviéticos. (2)

Tirando-se alguns traços conjunturais, esta é a mesma análise feita pelo PCB em 50. Do VI Congresso não tirarão só as consignas do programa, mas toda a teoria (3) praticamente sem inovações, exceto quanto à composição do bloco revolucionário. A caracterização da revolução como pertencente a etapa democrático-burguesa; suas tarefas principais; a aliança do proletariado

- (2) "Así, pues, en una época en que, en los países de desarrollo capitalista figura en el orden del día la conquista del poder por ele proletariado; en que existe ya la dictadura del proletariado en la URSS, y que constituye un factor de importancia mundial, en una época tal, los movimientos de liberación de los países coloniales y semi-coloniales, provocados por la penetración en los mismos del capitalismo mundial, pueden conducir, a pesar de la falta de madurez de sus relaciones sociales, consideradas de un modo aislado, a su desarrollo socialista, si pueden conter con la ayuda y el sostén de la dictadura del proletariado y del movimiento proletario internacional en general. "VI Congresso... op. cit., p. 288. (grifos do autor).
- (3) Teoria revolucionária esta que vai permanecer até recentemente. Prestes, atualmente, admite o erro deste tipo de interpretação. Em depoimento à revista Playboy, sobre por que saiu do partido, ele diz o seguinte: "Os dirigentes do PCB se negam a fazer uma avaliação crítica dos erros cometidos desde o início. A causa remonta a 1928... Outro grave erro daquele período foi a aplicação à América Latina do mesmo conceito de colônia ou semi-colônia adotado para a Ásia e a África. Os países latino-americanos já javiam ultrapassado a fase colonial desde o início do século passado, com os movimentos vitoriosos de independência política. Já no fim do século XIX, o Brasil abolira a escravidão, ultrapassara o feudalismo e ingressara no capitalismo, tendente a crescer, como aconteceu depois da Primeira Guerra Mundial. Veio o processo de industrialização mais acelerado, o número de operários triplicou e nós persistíamos na visão equivocada de que a revolução deveria ser nacional e democrática, em vez de socialista, uma vez estarmos em plena evolução capitalista. Um erro com raízes em 28 e que vem se acentuando até hoje, de maneira a acirrar as contradições internas em nosso partido". Playboy nº 114, Abril, SP, janeiro de 1985, p.144. Depoimento de Prestes ao repórter Ricardo Gontijo.

e do campesinato sob a direção do primeiro e do seu partido; a conceituação do Brasil como país dependente, atrasado, semi-colonial e do imperialismo como fase degenerativa e agonizante do capitalismo, todos são elementos comuns ao 'Manifesto' e ao programa da IC em 28 para a América Latina. A política de 'manutenção da paz' definida pelo Kominform transmuta-se, na interpretação do PCB, na política de 'transformar a guerra imperialista em guerra civil' levada a efeito durante o 'terceiro período'. Embora a orientação Kominformiana também exija um certo endurecimento com respeito a correntes outras que têm acesso ao movimento operário, a forma como é levada a política de 'frente única pela base' tem os mesmos traços que marcaram sua aplicação na Europa em 28. Até a tendência para o paralelismo sindical encontra sua referência na orientação de Stalin para a ruptura com os sindicatos reformistas e a criação de organizações paralelas em 28, ratificadas em 1930 pelo V Congresso da Profintern. (4)

Contudo, o 'Manifesto' amplia o leque das forças revolucionárias, de modo a abranger também a pequena burguesia e os setores médios da burguesia nacional. A tese da pequena burguesia como componente das forças revolucionárias e sua hegemonia temporária no interior do bloco revolucionário é defendida em documento do Comitê Executivo da IC, para os países da América Latina, em 1930. (5)

Quanto à inclusão da burguesia como aliada, esta ocorre em 35, com a proposta da Frente Popular, posta em vigor no VII Congresso do Komintern. Embora esta inclusão seja vista como um fator circunstancial e passageiro, justificado pela necessidade

(4) Citado em Claudin, op. cit., p.125.

(5) Citado em Garcia, Marco Aurélio - "Le Parti Communiste Chilien et les Alliances de Classes", in: Critiques de l'economie Politique, nº 27, revue trimestrielle avril-juin 1977, Maspero, Paris, p. 43-46.

de união na luta contra o nazismo, ela vai ser incorporada à própria teoria revolucionária, sendo justificada pelo exemplo da Revolução Chinesa. Lembra Garcia (6), que é perfeitamente possível, ao analisar esta revolução, pôr em dúvida a participação da burguesia no processo revolucionário, mas interessa é que, ao nível do discurso teórico, ela estará presente, o que legitima, para os PCs da América Latina, sua inclusão na prática política com um caráter nitidamente estratégico.

Vista a semelhança entre a política adotada pelo PCB em 50 e aquela preconizada pela Komintern em 28, parece justo perguntar quais os motivos que levaram a isto. Ao nosso ver, são essencialmente três:

- 1 - O modelo básico de revolução em países atrasados foi estabelecido para os partidos comunistas no Sexto Congresso da Internacional; pouco se acrescentou ao modelo posteriormente, em termos de contribuições teóricas, exceto justamente quanto à composição e liderança da frente revolucionária. O discurso agressivo da política Kominformiana, as aparentes semelhanças entre o momento conjuntural de 28 e o de 50 em termos internacionais (previsão de uma possível guerra motivada pela agressão imperialista; divisão do mundo, grosso modo, em forças socialistas e forças imperialistas) deram ensejo a que o PCB tentasse a identificar um momento e outro, com a consequente definição da orientação política. Quanto à política de paz do Kominform, certamente se prestava a analogias com a política de "transformar a guerra imperialista em guerra civil", pois motivou a que o

(6) Garcia, op. cit., p. 46-7.

próprio Stalin se pronunciasse contra esta identificação. (7)

- 2 - Boa parte do tempo que Prestes passou na URSS foi durante a vigência da linha política aprovada no Sexto Congresso, o que provavelmente influenciou seu aprendizado teórico na doutrina marxista-leninista-stalinista.
- 3 - A Revolução Chinesa vai mostrar a possibilidade concreta de vitória de uma revolução num país atrasado, dependente, colonial. Isto inflama a imaginação dos PCs cujos países estariam, teoricamente, na mesma condição. O PCB, num primeiro momento, vai converter esta influência num raciocínio simplista, de que é chegada a hora de lutar pela derrubada do governo, passando à formação da Frente Democrática de Libertação Nacional e seu exército. É o período do 'Manifesto de Agosto'.

Mais tarde, frente ao absoluto fracasso na formação da FDLN, com os pronunciamentos de Stalin corrigindo os rumos dados

(7) Stalin: "O atual movimento pela paz... não tem o objetivo de derrubar o capitalismo e estabelecer o socialismo; limita-se aos objetivos democráticos da luta pela manutenção da paz. Sob este aspecto, o atual movimento pela paz difere do movimento realizado no período da primeira guerra mundial para transformar a guerra imperialista em guerra civil, uma vez que este último movimento ia mais além e tinha objetivos socialistas", citado em "O XIX Congresso do PC URSS e as tarefas de nosso partido" - Prestes, Problemas nº 45, p.69. Dentro das teses do VI Congresso da Internacional, encontramos: "El programa político de los comunistas en tiempos de guerra imperialista es el mismo que el partido de los bolcheviques había elaborado y ha aplicado en su lucha heroica contra la primera guerra mundial. Los puntos esenciales de esse programa son los siguientes:

.....

d) transformación de la guerra imperialista de los estados en guerra civil del proletariado contra la burguesía. Por la dictadura del proletariado, por el socialismo, por medio de manifestaciones de masas en la retaguardia y la fraternización en el frente" - VI Congresso... op. cit., p.147.

à campanha da Paz; com os prejuízos sofridos, especialmente no trabalho sindical, eles são forçados a revisarem sua política, embora ainda dentro dos marcos do 'Manifesto'. A revisão, cuja expressão máxima é o Programa do IV Congresso, é um momento transitório entre o 'Manifesto' e sua orientação nacionalista e reformista posterior. Nela, o movimento pela paz já tem o sentido de 'ampliar ao máximo o período de paz', o imperialismo combatido é somente o americano, dentro da política de Stalin de explorar ao máximo as contradições inter-imperialistas. Embora as tarefas básicas da revolução permaneçam as mesmas, no plano teórico considera-se necessário uma clara delimitação de um intervalo entre uma etapa e outra. A burguesia nacional é agora admitida entre as forças revolucionárias, embora a direção ainda caiba ao proletariado, e continua-se a lutar pela derrubada do governo e tomada do poder.

2 - Das Autocríticas

A perfeita compreensão da linha do Manifesto de Agosto requer o estudo de sua crítica à política desenvolvida no período imediatamente anterior; entende-se, também, que a autocrítica cumpre um papel fundamentalmente ideológico no conjunto das práticas do partido, servindo como instrumento de manutenção e reforçamento do domínio da direção sobre o conjunto dos militantes. Vamos, assim, estudar aqui a autocrítica da direção sobre a linha política e a atividade desenvolvida pelo PCB durante o período de vida legal, no após-guerra.

Inicialmente, teceremos algumas considerações preliminares. Os documentos autocríticos analisados são dois:

- O primeiro intitula-se "Como enfrentar os problemas da revolução agrária e anti-imperialista", de abril de 48 e saiu

publicado na revista Problemas nº 9. Ele contém o texto do 'Manifesto de Janeiro' de 48 (1º documento a marcar a virada de posição) e inicia o processo autocrítico.

- O segundo documento - "Forjar a mais ampla Frente Nacional em defesa da Paz e contra o imperialismo", é de maio de 49 e foi publicado em Problemas nº 19. Este documento consolida a virada de posição e apresenta uma visão bem mais elaborada da crítica às posições anteriores. Ambos são assinados por Prestes.

No primeiro documento, a crítica à posição anterior ainda está em elaboração, e, por isso, o documento é mais rico em detalhes, prendendo-se mais a constatação dos erros do que a sua explicação. Contudo, já ali apontam-se como causas principais o embotamento do espírito autocrítico dentro do partido, que impediu de ver a nova realidade da 'guerra fria' e as influências de ideologia pequeno-burguesa 'tenentista' que se manifestam no partido "mesmo em sua direção" (p. 35).

Os principais erros apontados são: silêncio em relação aos objetivos revolucionários do partido; extrema preocupação com a "ordem e tranquilidade"; insistência na política de mão estendida ao governo, mesmo quando este já se mostrara "mero instrumento da reação e do imperialismo", ilusões reformistas em conquistas parlamentares; utilização apenas de formas legais de lutas, descartando as greves, o que desarmou o movimento operário e o partido frente à repressão; aparecimento de tendências espontaneístas "na luta pela paz e o desenvolvimento pacífico, desvio direitista... que nos levava a subestimar as lutas de massas e a própria necessidade da atividade do partido" (pp. 32, 33 e 34).

"Caímos no exagero de ver em qualquer greve ou movimento de massas espontâneo uma provocação perigosa e sempre contrária

aos interesses do proletariado... quando as massas se lançavam à luta, eram os comunistas que dela fugiam ou as afastavam da luta em nome da ordem, para evitar 'provocações'" (p. 34).

Comentam que, ao notar que a realidade não correspondia a suas expectativas, tenderam a jogar a culpa nas massas, em seu atraso político, na apatia e no reformismo, em vez de buscar as causas no interior do partido. E, num momento de rara sinceridade política (que não mais se repetirá posteriormente) reconhecem: "levamos longe demais a preocupação de manter a nossa luta dentro de formas estritamente legais e subestimamos as lutas extra-parlamentares, na preocupação de salvar ou conservar por alguns meses mais nossos lugares nas assembleias parlamentares" (p. 36). A mesma sinceridade leva-os a afirmar que, apesar das grandes esperanças depositadas pelas massas no partido, "pouco elas conseguiram de útil, de proveitoso para si", durante o período de sua vida legal, especialmente no terreno econômico (p. 34).

Após constatar os erros cometidos e os males que trouxeram ao partido e ao movimento de massas, o documento afirma: "tivemos êxitos e vitórias que explicam o nosso crescimento e o nosso prestígio junto às massas. Por isto mesmo fomos e somos perseguidos pela reação que desespera porque não consegue quebrar a unidade do partido, nem separá-lo das grandes massas. Como reconhecemos anteriormente, sentem-se em nossas fileiras uma certa desorientação ou confusão política, determinada pelos erros já analisados, mas as bases aguardam a palavra de seus dirigentes e as massas voltam-se para o partido como a sua última esperança" (grifos nossos). Ainda no mesmo trecho: "As massas querem lutar e já mostraram que aguardam simplesmente a direção dos comunistas para enfrentar com decisão e coragem a violência policial" (p. 36).

Por fim, depois de advertir contra 'tendências esquerdistas' que tentem colocar "nos nossos erros e fraquezas, a causa exclusiva do avanço da reação no país", o documento conclui: "A apreciação autocrítica que vimos de fazer não deve ser a preocupação fundamental do nosso trabalho atual que, em vez de ser orientado para o passado, precisa ser concentrada nas tarefas imediatas de nosso Partido. Esta análise autocrítica tem, no entanto, a utilidade e a importância de mostrar a vitalidade do nosso partido, ao mesmo tempo que serve para nos dar a todos uma melhor compreensão da atual situação política e da orientação que frente a ela devemos tomar" (p. 36).

Tornam-se, assim, claríssimos os objetivos reais desta autocrítica. A direção passava por uma série crise política. Sua orientação anterior tinha levado o Partido a um grande fracasso político e a debilitação do movimento de massas. Ao mesmo tempo, as necessidades soviéticas exigiam uma orientação mais agressiva frente ao imperialismo e ao governo. Era quase impossível, dado o alcance em que se envolvera com a 'conciliação com o governo', a manutenção da 'ordem e tranqüilidade', a ilusão no trabalho parlamentar e a confiança na justiça eleitoral, fazer esta 'viragem' sem passar antes pela crítica aos erros cometidos.

Por outro lado, era necessário reconquistar a confiança dos militantes em suas qualidades como direção, certamente abalada pelos sucessivos erros e pelas derrotas do movimento popular naquela conjuntura. Assim, ela parte para a autocrítica. Faz uma crítica dura e pesada à posição anterior, constata suas consequências, o que demonstra que a direção é sábia (viu os erros e descobriu suas causas) e honesta (porque sinceramente os expôs e publicamente assumiu suas culpas). Depois deste processo de expiação das culpas, parte-se para a reconstrução da liderança: lembram que o partido também teve vitórias, tem prestígio (um

reconforto para o militante, pois significa que seu esforço não foi em vão) e tem responsabilidades (as massas vêem nele sua "última esperança"). Ao relacionar o desespero da reação e a unidade do partido, insinua-se que é desta última que advém sua força, e que preservar esta unidade é tarefa fundamental (e portanto, a discussão não deve prejudicá-la). Depois, reafirma-se a confiança na direção (...as bases aguardam as palavras de seus dirigentes.) e impõe-se a urgência das tarefas práticas (... "as massas querem lutar e esperam..."). A partir de uma observação correta (o partido não é o único responsável pela conjuntura repressiva), adverte-se contra possíveis espíritos críticos dentro do partido (...tendências esquerdistas...) e, por fim, em nome do trabalho a realizar, pede-se que o conjunto dos militantes não perca tempo com a reflexão crítica sobre o passado (afinal, para quê, se a direção já criticou tudo e de forma muito mais radical do que as bases o fariam? O problema é que, se pudessem ser ouvidas, as bases certamente criticariam outras coisas, que, no momento, interessa à direção manter silenciadas). A autocrítica é encarada de forma positiva, sendo esquecido seu componente humilhante: é símbolo da vitalidade do partido - e da direção, certamente - e serve, também para embasar o trabalho futuro, a mudança de tática.

Recomposta sua liderança, a direção pode passar tranquilamente à definição das novas e urgentes tarefas que aguardam o partido, sem esquecer-se de encerrar com chave de ouro o documento: "Para o cumprimento de tão grandiosa tarefa, precisamos agora, mais do que nunca, de um forte Partido Comunista, vanguarda do proletariado, bem ligado às massas, unido como um bloco de granito em torno de seu Comitê Nacional e de sua Comissão Executiva" (p. 42).

Ou seja, a função desta autocrítica não é abrir a dis-

cussão e sim encerrá-la. Mas a discussão será novamente reaberta, um ano depois, no documento "Forjar..." de maio de 49. O exercício autocrítico, durante este período, ficou restrito à Comissão Executiva (p. 67), mas para a perfeita compreensão das novas tarefas, é essencial que agora todo o partido passe pelo processo autocrítico. Este, no entanto, não deve limitar-se ao reconhecimento dos erros na linha teórica e na atividade geral do partido, que, de resto, a Comissão Executiva apressa-se novamente a reconhecer como erros seus. Agora, a Comissão Executiva chamava todos os militantes para que analisassem também os seus erros - de sua base, de sua instância organizativa, não só no período de vida legal do Partido, mas também durante seu ano de atividade clandestina. Obviamente, as incompreensões suscitadas pela nova linha foram grandes e por isso tornava-se necessário retomar a crítica, fazê-la ser assimilada pelo conjunto e, à luz dela, melhorar as atividades partidárias, sem esquecer nem mesmo as possíveis depurações dos elementos "oportunistas e direitistas" e "covardes, de todos os que não queiram ou não possam compreender a nossa linha política, ou que não estejam em condições de fiel e dedicadamente pô-la em execução, por mais duras que sejam as condições a vencer" (p. 72). É necessário contruir o Partido, para que ele possa cumprir com suas tarefas revolucionárias.

Em sua análise da política desenvolvida no após-guerra, este documento é mais sofisticado que o anterior. Inicialmente constata o êxito do partido em sua política de princípios contra a guerra imperialista, seus grandes êxitos táticos do período legal, o crescimento de sua organização. Depois, confessam o atraso com que a Comissão Executiva se lançou ao exame das causas de sua derrota (com a cassação de mandatos). Por fim: "Ao examinarmos hoje a nossa linha política e a atividade prática de

nosso partido, durante os anos da legalidade, não podemos deixar de reconhecer quão perigosamente nos afastamos do caminho revolucionário, do marxismo-leninismo e fomos caindo, de desvio em desvio, de erro em erro, no caminho do oportunismo e do reformismo, perdendo de vista, cada vez de maneira mais acentuada, nossos objetivos estratégicos e, com ilusões de classe das mais perigosas, abandonávamos o rumo certo dos interesses de classe do proletariado. Substituíamos a luta de classes pela colaboração de classes e pensávamos erroneamente evitar os golpes da reação amainando as contradições de classe em vez de aprofundá-las, como manda o leninismo..." (p. 67).

Porém, a crítica que fazem à política de 'união nacional' não avança no sentido de questionar a teoria que informa esta política. Eles criticam muito mais os 'desvios' do que a proposta em si. Por exemplo, a proposta de colaboração com os governos burgueses, durante a guerra era 'justa', mas colocava perigos que um partido ainda em formação como o PCB não conseguiu evitar. No pós-guerra, acentuaram as possibilidades de cooperação internacional, sem ver os fatores que contra esta colaboração trabalhavam. Caíram, assim, numa política seguidista, direitista, de ilusões nas classes dominantes, na crença de um "desenvolvimento progressivo da democracia" no Brasil. O crescimento desmesurado do partido e seus êxitos eleitorais "subiram-lhes à cabeça", fazendo-os perder o senso crítico e a capacidade de compreensão da realidade.

Não mobilizaram as massas para lutar por suas reivindicações, nem para fazer greve, perdendo assim os instrumentos com que poderiam defender-se de um possível golpe, ao qual, quando veio "só nos foi dado opor palavras" (p. 71).

"Toda a nossa atividade política, a começar pela linha

geral do partido, era fundamentalmente falsa e errônea, tipicamente reformista, não só pela subestimação da luta contra o imperialismo como também pelas ilusões de classe que nos colocavam a reboque da burguesia... Após o golpe de 29 de outubro fomos cedendo cada vez mais diante da reação em crescimento, alimentando ilusões cada vez maiores nas eleições e na solução parlamentar dos problemas que mais interessavam as massas trabalhadoras e acabamos por perder de vista os objetivos fundamentais da revolução brasileira, sobre os quais silenciávamos..." (p. 71).

Como se vê, não foram erros teóricos: a colaboração com o governo e a burguesia não é condenada em princípio. Seus erros estiveram unicamente na interpretação da conjuntura, em cair em ilusões de classe, acreditar no 'desenvolvimento progressivo da democracia' etc. Erros dos indivíduos, portanto, e não da teoria. Assim sendo, a causa dos erros também deve ser buscada nos indivíduos: a "origem pequeno-burguesa" dos dirigentes, o baixo nível teórico do proletariado, ainda preso às suas origens camponesas, no baixo nível do Partido como um todo. "Evidentemente, não soubemos aplicar os ensinamentos essenciais do marxismo-leninismo nas difíceis e complexas condições da guerra contra o nazismo e do após-guerra" (p. 72).

Desta forma, os fundamentos do stalinismo e a prática de subordinação do PCB à orientação soviética permanecem incólumes, não sendo sequer tocados pela análise.

Aliás, uma breve comparação entre as críticas formuladas na reunião do Kominform, em 47, às posições defendidas pelos partidos comunistas da França e da Itália em 45/46, e a autocrítica dos representantes destes países, com as autocríticas do PCB sobre o mesmo período permite compreender como era profunda a dependência dos Partidos Comunistas às diretrizes soviéticas.

As mesmas críticas feitas na reunião do Kominform farão parte depois da autocrítica do PCB, especialmente quanto à ilusão a respeito de longo período de colaboração pacífica entre as grandes potências, o não entendimento do caráter agressivo do imperialismo americano, a alimentação de ilusões sobre a democracia, o desestímulo às ações de massas, priorizando a atuação parlamentar. (8)

3 - A Conjuntura

As linhas mestras de interpretação da conjuntura serão dadas pelo informe de Zhdanov de 47, o qual divide o mundo em dois campos antagônicos: o campo imperialista e anti-democrático, liderado pelos EUA, e o campo anti-imperialista e democrático, liderado pela URSS. A agonia do capitalismo é agravada por uma séria crise econômica e social. A política de Truman, com o plano Marshall e o pacto do Atlântico Norte, desenvolveu-se no sentido de submeter a economia européia aos seus desejos. Com a OTAN, os americanos e ingleses tentam implantar sua hegemonia no mundo. A política americana é identificada com o fascismo, é uma política guerreira, expansionista, de anti-comunismo e ataque às liberdades democráticas. O imperialismo quer a guerra, o que faz com que os povos 'amantes da paz' se unam, sob a liderança da URSS. (9)

Na América Latina, os americanos conseguiram posições dominantes, assenhoreando-se dos seus recursos minerais e de sua economia. O avanço do imperialismo sobre países sufocados por uma estrutura semi-feudal e até semi-escravagista gera a miséria entre as massas que explodem em movimentos espontâneos. Por is-

(8) Claudin, op. cit., pp. 347 a 351.

(9) A descrição dos dois campos encontra-se no Informe, publicado no nº 5 da revista Problemas e em editorial de Mari-ghella no nº 4.

so, as classes dominantes são fracas, tendo que pedir apoio ao imperialismo contra seu próprio povo. Esta traição da burguesia nacional e dos latifundiários é aproveitada pelos imperialistas, associando-os em empresas mistas, com o fim de afastá-los dos movimentos de libertação nacional. Os movimentos, operário e popular ainda são débeis, porém já reagem contra as tentativas do imperialismo de exigir a liquidação das liberdades democráticas e a participação dos seus países nas guerras imperialistas. (10)

Enquanto isso, o campo socialista avança e progride com maior vigor. A economia soviética livre de crises, desenvolve-se; os países da Europa Central e oriental constroem internamente o socialismo, assistidos pela URSS e pelo Exército Vermelho. No extremo oriente, a Revolução Chinesa trouxe novas forças ao campo socialista e vários outros países estão em luta contra as forças coloniais. Cresce o prestígio internacional da URSS, aprofundando-se sua influência entre as massas trabalhadoras do mundo inteiro. Partindo da ótica do capitalismo em decadência e do aumento contínuo do prestígio, extensão e poder do 'campo democrático' sua visão é, necessariamente, otimista.

Negra porém é sua interpretação da situação interna: miséria, fome e repressão abatem-se sobre os trabalhadores "...é o sangue do povo, sem distinções de sexo ou idade ... que corre nas ruas de nossas cidades e nos cárceres da reação"; "... é a guerra que nos bate às portas e ameaça a vida de nossos filhos e o futuro da nação" (11). O governo é traidor, entregando as po-

(10) Esta análise da situação nacional e internacional pode ser encontrada em Problemas nº 19, no artigo de Prestes: "Forjar a mais ampla frente nacional em defesa da Paz, da Liberdade e contra o imperialismo", páginas 11 a 79, junho-julho de 49.

(11) Prestes, L.C. (em nome do CN do PCB): "Prestes aponta aos brasileiros o caminho da libertação". Problemas nº 29, ago/set.50, p.3. Também conhecido como 'Manifesto de Agosto', nome pelo qual será citado de ora em diante.

sições chaves de nossa economia aos americanos. As Forças Armadas são controladas pelos EUA através de missões militares. Para controlar o descontentamento popular, Dutra suprimiu a liberdade de imprensa, de associação política para a classe operária e, de fato, todas as demais garantias democráticas. A política econômica inflacionária e de queima de divisas gera maior miséria e opressão. As eleições presidenciais de 50 só servirão para 'substituir Dutra por outro Dutra' que siga no mesmo caminho de entrega da pátria aos banqueiros e monopolistas ianques. Vargas agora é "...o velho tirano, o latifundiário Vargas, pai dos tubarões dos lucros extraordinários, que já demonstrou, em 15 anos de governo, seu ódio ao povo e sua vocação para o fascismo e o terror sangrento contra o povo".(12)

É evidente que o tom panfletário corre por conta do caráter do 'Manifesto' como um documento de chamada às massas para a ação. Mas, no essencial, representa a visão que os comunistas tinham no momento nacional. As cores negras eram acentuadas para ressaltar a inevitabilidade da revolta popular, tanto mais certa quanto sua visão do movimento de massas, por paradoxal que pareça, era extremamente otimista. Vejamos sua análise do movimento operário e popular: "Os dois anos transcorridos desde o 'Manifesto de Janeiro' (em 48) foram anos de árduas lutas. Nelas soube o nosso povo demonstrar antes de tudo sua enorme vontade de paz... só em 48, cerca de 250.000 trabalhadores, no país inteiro, recorreram à greve para conquistar suas reivindicações; e no último ano, um número ainda maior de trabalhadores seguiram no mesmo caminho, radicalizando suas lutas com o levantamento inclusive de reivindicações políticas... Lutaram também os camponeses em diversos pontos do país... Lutaram os estudantes... Lutaram os marinheiros... Amiudaram-se os movimentos populares de

(12) Idem, p. 7.

protesto... O balanço destes dois anos de luta não pode deixar de encher de orgulho os comunistas e todos os patriotas, reforçando-lhes a convicção de que, por maiores que sejam os sacrifícios a enfrentar, estamos no caminho certo e seguro da libertação de nossa pátria." (13)

Como já vimos, consideram que o prestígio do partido continua inabalável ante as massas, que só esperam sua direção para lançar-se à luta. Imbuídos de uma visão otimista do movimento de massas, e a partir de uma ótica dicotômica da realidade - que praticamente divide a sociedade entre as forças favoráveis à libertação nacional, a paz e a democracia, e aquelas defensoras do imperialismo e da guerra - o partido não conhece os meios tons. Ou se está de um lado, ou objetivamente serve-se ao outro (14). Dessa forma não consegue captar a complexidade da situação nacional, especialmente naquele momento, de fim do governo Dutra e eleição de Vargas. E continuarão mantendo a mesma visão, dispensando o tratamento de 'traidor e agente do imperialismo ianque' a Vargas; com sua morte, finalmente vão, re-orientar-se, candidatando-se ao reparte de seu espólio político, embora não realizem autocrítica de seu posicionamento anterior.

4 - A Radicalização, com o 'Manifesto de Agosto'

É o 'Manifesto de Janeiro' a primeira e imediata resposta do partido à extinção dos mandatos. Orientando-se pelo informe de Zhdanov, caracterizam a situação nacional como de avanço da reação em todos os terrenos, possibilitado pela aliança entre latifúndio e imperialismo, com o apoio da grande burguesia bancária, comercial e industrial. Pretendem esclarecer as massas,

(13) Marighella, Carlos - "Mais audácia na luta por paz, pão, terra e liberdade", Problemas nº 24, jan/fev.50, p. 18.

(14) Exemplos deste tipo de análise podem ser encontrados em qualquer um dos documentos partidários do período.

para que lutem pela derrubada do governo e instauração de um governo nacional-popular. Deve-se lutar pela independência nacional, contra o imperialismo, em defesa das liberdades democráticas, do nível de vida das massas, da indústria nacional, etc. (15)

A ordem agora é agitar, impulsionar as massas em suas lutas, tirar greves, protestar contra o imperialismo, organizar os trabalhadores dentro ou fora dos sindicatos. Em maio de 49, outro documento já expõe a visão teórica que orientará o 'Manifesto de Agosto' e define os pontos programáticos principais, já com a inclusão da luta pela paz em lugar significativo. Porém, a proposta de derrubada do governo e sua substituição por um governo popular só será formulada com o 'Manifesto', que é, na verdade, uma proclamação às massas, para que lutem pela derrubada da 'ditadura feudal-burguesa' e sua substituição por um governo popular. Como forma organizacional, propõe-se a criação da Frente Democrática de Libertação Nacional, com o armamento geral do povo e a democratização do exército.

A proposta do PCB nasce da constatação da difícil situação em que se encontra o país, com o avanço do imperialismo e da reação com a miséria crescente das massas. Para terminar com estes males, propõe a união de todos os setores progressistas para a realização da revolução agrária e anti-imperialista: "Mas esta revolução agrária e anti-imperialista, revolução democrática em sua forma e burguesa pelo seu conteúdo econômico e social, a realizar-se em plena época da revolução proletária e da construção do socialismo numa boa parte do mundo, só pode ser realizada sob a direção do proletariado. Já passou a época das velhas revoluções burguesas dirigidas pela burguesia e visando à instauração

(15) Prestes. "Como enfrentar os problemas da revolução agrária e anti-imperialista", Problemas nº 9, abr/48, p. 18 a 42. Documento conhecido como 'Manifesto de Janeiro', nome pelo qual será citado de ora em diante.

de uma sociedade capitalista sob a ditadura de classe da burguesia. A correlação de forças sociais no país, onde cresce o proletariado, sem que a burguesia se reforce nem econômica, nem politicamente, já que as posições fundamentais da economia nacional estão cada vez mais em poder do imperialismo e devem com a revolução, passar diretamente para as mãos do novo estado, criam, evidentemente, a possibilidade de um desenvolvimento não-capitalista, que leve diretamente ao socialismo. Mas, além disso, a revolução democrático-burguesa dos dias de hoje nos países coloniais e atrasados, é parte integrante da revolução do proletariado e, justamente por isso, é violentamente combatida pelo imperialismo e jamais poderá ser realizada sob a direção da burguesia, cada vez mais dependente dos grandes trustes e monopólios internacionais". (16)

Dessa forma, a revolução continua a ser dividida em etapas, mas se admite que entre elas exista uma certa continuidade que permita com que a revolução burguesa vá além de seus limites, avançando na construção do socialismo. Isso é verdadeiro especialmente nos países 'coloniais e dependentes', submetidos à exploração imperialista onde a burguesia é débil, dependente do imperialismo e sócia dos latifundiários, representantes dos "resquícios feudais" que tanto impedem o desenvolvimento da nação.

A burguesia é caracterizada como uma classe reacionária, retrógrada, incapaz de realizar a revolução democrático-burguesa, tanto por suas ligações com o imperialismo quanto por sempre ter procurado se adaptar ao feudalismo e adaptá-lo a seus interesses, devido ao fato de já se ter formado como classe na fase de decadência da burguesia a nível mundial. Exatamente por isso, a

(16) Prestes. "Forjar a mais ampla frente nacional em defesa da Paz, da liberdade e contra o imperialismo", Problemas nº 19, pp. 57-58.

burguesia brasileira é contra-revolucionária, teme o povo, covardemente se voltando para o imperialismo, "a pedir 'ajuda', a prestar-se ao papel infame de sócio menor do imperialismo na exploração de nosso povo. É a traição nacional..." (17). Aceita-se, porém, a aliança com os "elementos anti-imperialistas que sempre ainda existem na burguesia nacional, especialmente suas camadas médias progressistas". (18)

A liderança da revolução caberá ao proletariado "a única (classe) capaz de ser firme e conseqüente na grande luta contra a exploração imperialista, pela independência nacional de seus povos, a única capaz, sob a direção do Partido Comunista, de arrastar e dirigir as amplas massas não-proletárias e as camadas progressistas e anti-imperialistas da burguesia nacional" (19). Também são chamados a fazer parte da frente, além do campesinato (considerado a grande base de apoio nesta luta que tem a reforma agrária como uma de suas principais bandeiras), os 'intelectuais honestos', o funcionalismo civil e militar, os estudantes, os pequenos comerciantes e industriais, enfim, a pequena burguesia. Todas estas classes e setores são chamados a se unirem em torno da Frente Democrática de Libertação Nacional, cujo programa, em seus aspectos principais, é o seguinte:

- a) no plano político: derrubada do governo e sua substituição por um governo revolucionário popular, representante do bloco revolucionário; restabelecimento das liberdades democráticas, extensão do voto a analfabetos, soldados e marinheiros; igualdade de direitos entre homens e mulheres; fim da discriminação às minorias, etc. Transformação do exército num exército

(17) Idem, p. 58.

(18) Idem, Ibidem.

(19) Idem, pp.14-15.

popular, democratizando-o e armando o povo. Em política internacional, propunham: rompimento de todos os tratados e acordos nocivos com o imperialismo, reatamento de relações diplomáticas com os países socialistas, interdição da bomba atômica, reforço à luta pela paz.

- b) no plano econômico: confiscação e nacionalização de todas as empresas industriais, comerciais, financeiras, extrativas ou agrícolas pertencentes ao imperialismo, bem como de todas as minas, quedas d'água, serviços públicos, bancos e outras empresas industriais e comerciais que desempenhem papel relevante na economia; anulação da dívida externa; controle estatal do comércio exterior; impostos progressivos sobre a renda e abolição dos impostos indiretos; reforma agrária com confiscação dos latifúndios e sua entrega aos camponeses; incentivo ao pequeno produtor e abolição de todas as formas semi-feudais de exploração. Quanto aos trabalhadores, as propostas iam no sentido de assegurar a melhora do seu nível de vida, aumento do salário mínimo, escala móvel de salários, equalização dos salários, legislação social ampliada e sua extensão ao campo, entrega aos trabalhadores da administração da assistência social, aposentadoria garantida; ensino gratuito para todas as crianças de 7 a 14 anos.

Este programa cumpre as tarefas fundamentais da revolução democrático-burguesa, mas já aponta em alguns momentos para a transição ao socialismo, com a consigna de confiscação e nacionalização de todas as grandes empresas comerciais e industriais de caráter monopolista, com ou sem indenização (esta última

depende do partido tomado pelos donos na revolução). Apesar da nacionalização, sua proposta econômica não sai dos limites do capitalismo, porém o capitalismo permitido seria aquele do pequeno produtor, da pequena empresa, aquele que não exercesse "influência monopolística ou preponderante na economia nacional". (20)

Gabrois, ao comentar o programa da Frente, diz que, com a nacionalização e virtual proibição da existência de grandes empresas de caráter privado, se "assestará um golpe de morte na grande burguesia que, em nosso país, nos dias de hoje, e, ao lado dos latifundiários, o principal sustentáculo da dominação imperialista". Ao mesmo tempo que se pretende aniquilar o grande capital, busca-se o apoio do capital médio e pequeno, pois "estas medidas não afetam seus interesses e, portanto, a pequena e média burguesia podem ser neutralizadas e atraídas para o campo da revolução". (21)

Ora, se é discutível acreditar que as medidas que afetam os interesses do grande capital não prejudicam também o desenvolvimento de seu ramo pequeno e médio, na medida mesmo em que é inerente ao capital sua tendência ao crescimento e concentração constantes, mais discutível se torna esta proposta quanto pretende reunir operários, camponeses, setores nacionalistas e democratas da classe média, da intelectualidade e do exército, bem como elementos nacionalistas da burguesia nacional, em torno de um programa anti-imperialista e anti-feudal. Ao dividir a sociedade entre imperialistas de um lado e anti-imperialistas de outro, o PCB esquece-se que a divisão de classes é o que, mais que o caráter nacional ou estrangeiro do capital, continua a coman-

(20) 'Manifesto de Agosto', p. 12.

(21) Gabrois, Maurício - "O programa da Frente Democrática de Libertação Nacional, um poderoso instrumento de luta", Problemas nº 29, ago/set.50, p. 33.

dar as atividades e atitudes destas classes. E há vários pontos do programa que podem romper esta frente, tal como o imposto progressivo sobre a renda, a nacionalização das grandes empresas, o perdão da dívida dos camponeses. Porém, os maiores problemas se situam no nível político. Pois se este programa, em seu item 9, trata da reorganização de um exército popular, com o armamento geral do povo, como pretender que este povo armado não vá além dos objetivos estreitos da revolução burguesa. A própria história da revolução russa já demonstrou o que pode acontecer quando o povo em armas auxilia na derrubada de um governo despótico. Assim, como seria possível atrair para esta frente setores das classes médias que, se poderiam ser atraídas por um projeto nacionalista, por outro lado possuem um verdadeiro pavor a qualquer mobilização popular?

Mas talvez fosse bom se perguntar que frente é essa que está sendo proposta. Pois não há nenhum outro organismo ou figura de prestígio chamando para esta frente, só os comunistas. Da mesma forma, eles não reconhecem aliados em nenhuma outra força política organizada neste momento ou, sequer, como convidados a participar deste frente. No 'Manifesto' Prestes chama "todas as organizações operárias, de camponeses, de mulheres e jovens, a todas as organizações populares e democráticas" a participarem da frente, mas é evidente que tal chamamento não se aplica aos demais partidos, considerados burgueses e, aqueles com base operária, considerados como partidos de 'demagogos e traidores', sendo tarefa do PC, desmascará-los. (22)

(22) Veja-se este trecho: "O conjunto da ação de todos estes políticos, quaisquer que sejam os nomes mais ou menos 'progressistas', 'democráticos', 'socialistas' ou 'trabalhistas' de seus diferentes partidos, constitui na prática, traição aberta à causa democrática e à independência nacional; e a denúncia persistente dessa traição, a luta contra essa gente e o sistemático desmascaramento de todos eles tornam-se o dever principal das forças avançadas da democracia. Será essa a maneira de ganhar para o campo da democracia, da independência e do progresso nacional os demo-

A frente única pela base proposta pelo PCB não será construída com os demais setores representantes da classe operária, mas sim excluindo-os: "...é necessário ter sempre presente que a frente única é, antes de tudo, a organização dos trabalhadores e das massas populares sob a direção política efetiva e não formal do nosso partido" (23). A frente é proposta só por eles, que também delimitam sua composição, objetivos, programa e direção. Assim, quem entrar nesta frente fatalmente ficará subordinado ao PC. Ainda mais que entrará de forma individual e não organizada. Dessa forma, atrair a esta frente setores socialistas seria difícil, pois teriam que abrir mão de suas posições para aceitar as do PC.

Agora atrair 'patriotas e democratas' não socialistas, pequenos comerciantes e industriais é seguramente impossível. Afinal, qual a garantia que se pode dar a estes setores que esta revolução não se encaminhará no sentido do socialismo, ainda mais que o próprio programa e os documentos do partido indicam esta possibilidade? (24)

E, no entanto, é difícil encontrar um artigo sobre realidade nacional em toda a revista, neste período, que não coloque a necessidade de 'unir a todos os patriotas e democratas independentemente da classe social a que pertençam' nesta frente. Jogada política? Atitude deliberada, visando a 'queimar', perante os trabalhadores, eventuais competidores na influência junto

cratas e patriotas que ainda vacilam e se deixam levar pela demagogia". Prestes, 'Manifesto de Janeiro', p. 27.

(23) Resoluções do Pleno do CN: "As tarefas atuais dos comunistas na luta pela paz e a independência nacional", Problemas nº 33, mar/abr.51, p. 8. Ver, também o mesmo número o artigo de Arruda: "Nosso partido, nossa tática, nossas tarefas atuais".

(24) Prestes. "Forjar a mais ampla frente nacional em defesa da Paz, da Liberdade e contra o imperialismo", Problemas nº 19, p. 57. Deve-se lembrar que embora este fosse um documento interno do PCB, ele foi publicado numa revista de circulação nacional como Problemas e, portanto, podia ser considerado de domínio público.

às massas, como já tinham feito em 27 com o Bloco Operário? (25) Ou simples erro de avaliação da realidade e das forças sociais com que contavam? Um pouco de cada coisa, seguramente. Primeiro, porque não é difícil encontrar em seus escritos afirmações de que o PCB aumenta seu prestígio justamente porque aparece frente às massas como único partido conseqüente na luta contra o imperialismo e por melhores condições de vida. Segundo, porque esta fase é caracterizada por um extremo sectarismo frente a outras forças políticas organizadas. Tanto não querem alianças, que os próprios comitês da FDLN devem ser organizados pelas bases somente, não se criando nenhuma estrutura organizacional a nível regional ou nacional. Só depois de organizada horizontalmente é que se deveria pensar na organização vertical. Será que isto não ocorre porque organizando-a horizontalmente, de baixo para cima, não haveria necessidade ou espaço para alianças com outras forças? (26) E será que, chegado o momento desta organização 'por cima', ela não já estaria dada? Não seria a própria cúpula do PCB os dirigentes máximos?

Em terceiro lugar, temos que considerar que, até certo ponto, esta proposta, este convite para a frente é sincera. O PCB realmente acredita que uma proposta nacionalista e de reforma agrária conseguiria passar por cima das contradições existentes entre estas classes e setores sociais e selar sua união em uma frente pela libertação nacional, pela reforma agrária, pe-

(25) Manakata, Kazumi. Algumas Cenas Brasileiras. tese de mestrado apresentada ao Departamento de História da Unicamp, Campinas, 1982.

(26) Arruda - "Nosso partido, nossa tática, nossas tarefas atuais", Problemas nº 33, mar/abr.51, p. 32. Segundo ele, a FDLN só deverá ser organizada inicialmente por cima, mesmo em âmbito estadual ou municipal, em condições especiais, quando essa organização ajude efetivamente a acelerar o processo de sua organização por baixo "para não ocorrer" a tendência de substituir a frente única com as massas pela frente única por cima, com políticos das classes dominantes, demagogos que procuram entrar em contacto com as massas por intermédio do partido".

lo progresso do Brasil e anti-imperialismo. Pois, para ele, a contradição principal, neste momento, é aquela que separa "as forças da democracia e do progresso de um lado e a minoria reacionária e retrógrada de outro - o caminho que interessa às grandes massas trabalhadoras, quer dizer, à minoria esmagadora da nação, e o caminho dos latifundiários e grandes capitalistas que colocam seus interesses egoístas e imediatistas acima dos interesses nacionais, que se colocam, portanto, fora da nação, cujos interesses atraíam" (27). Sintetizando, poderíamos dizer que era a nação contra a anti-nação.

Mas não é só para a pequena burguesia e classe média que sua proposta aparece como radical - é para a própria massa operária e camponesa, e até para muitos dos seus militantes, que não entendem e muito menos concordam com esta proposta. (28)

Consideremos, por instantes, o momento político em que é lançado o 'Manifesto': em agosto de 50 estávamos perto de uma eleição presidencial e a disputa eleitoral entre os candidatos reanimava esperanças em um governo democrático, de justiça social e melhorias econômicas. Não esqueçamos que Getúlio foi eleito com 48,7% dos votos, enquanto a campanha pelo voto em branco dos comunistas não rendeu mais de 200 mil votos, o que é considerado uma vitória. (29)

É neste momento, quando a atenção de todos está concen-

(27) Prestes. "Forjar a mais ampla frente nacional em defesa da Paz, da Liberdade e contra a imperialismo", Problemas nº 19, p. 38, grifos meus.

(28) Todos os livros de memórias de militantes já citados, dão exemplos disto. Ao que parece, nem os dirigentes superiores do partido sabiam como encaminhar estas propostas, pois consultados sobre a formação dos comitês da FDLN, falavam em alugar uma sala e colocar uma placa na porta com o nome: "Comitê da FDLN", conforme Eloí Martins.

(29) Chilcotte, Ronald: op. cit., p. 106. Sobre a avaliação da campanha eleitoral pelos comunistas, veja-se o artigo de Aruda no nº 33 de Problemas, p. 40.

trada na disputa eleitoral, que o PCB lança seu 'Manifesto', propondo a tomada do poder...

O PCB, neste momento, não vislumbra matizes nem nuances na política nacional. Tudo é pintado com a cor preta da traição nacional. As eleições são praticamente desprezadas, pois o PCB não acredita que a via parlamentar resolverá os problemas nacionais, impressionados que estão com os exemplos revolucionários dos países asiáticos, especialmente da China (30). Em 1950, para o PCB, no Brasil, não se pode analisar um fato pela ótica nacional, mas sim pela ótica mundial do acirramento da luta entre os dois campos. Não passando os políticos burgueses de "instrumentos dos imperialistas norte-americanos na vida brasileira", não há, para o proletariado, nenhuma diferença entre eles. Chega-se à conclusão que a luta pela paz mundial é mais importante do que a luta pela sucessão presidencial. (31)

Isto nos remete novamente à confiabilidade da proposta do PCB: como acreditar na seriedade de uma proposta de revolução nacionalista que tem como centro de sua luta 'a defesa da paz mundial'? É óbvio que a ligação entre as duas, à primeira vista, aparece como um tanto esdrúxula e até causa estranheza. Para alguns, esta estranheza se dissipará - dando lugar ao estigma aplicado aos comunistas de "agentes de Moscou" - quando notam que a defesa da União Soviética é uma das tarefas fundamentais a que o partido se propõe na conjuntura: "É indispensável popularizar a palavra de ordem de fraternização com os povos da União Soviética, acentuando que, em caso de guerra com os povos soviéticos, os trabalhadores brasileiros não permitirão o abastecimento dos exércitos imperialistas com os nossos produtos e tudo farão em defesa da URSS", dirão eles e não hesitam em recorrer à chanta-

(30) Veja-se o artigo de Arruda: "Nosso partido, nossa tática, nossas tarefas atuais", Problemas nº 33, p. 40-41.

(31) Grabois - Editorial. Problemas nº 22, nov/49, p. 4.

gem: "em caso de guerra contra a URSS, não devemos poupar esforços para transformar a guerra imperialista em luta armada pela libertação de nosso povo". (32)

E, no entanto, a luta pela paz não era um 'objeto estranho' no corpo da política do 'Manifesto'. Ela não servia só para a defesa da URSS, mas, pela forma como era colocada, constituía-se realmente no ponto central a partir do qual decorria a própria possibilidade de vitória do movimento revolucionário no Brasil. Vejamos como isto se dava.

Grabois, um dos teóricos do assunto, entende que esta divisão do mundo em dois campos, ao dividir não só os países, mas a própria população destes países - "entre as forças do campo democrático e as forças do campo imperialista" - assume o papel de contradição básica no país. É isto que permite a proposta de frentes, a serem lideradas pelo proletariado, à burguesia e pequena burguesia; é disto que decorre a pouca importância dada à política nacional 'burguesa' no período. (33)

Transposta a contradição básica externa para o plano interno do país, eliminadas as demais contradições como secundárias, no momento é fácil aos comunistas transpor também a conjuntura externa favorável 'às forças democráticas' ao plano interno, como o fazem: "O programa de Prestes é levado às massas numa hora em que os progressos da frente democrática mundial determinam um reforçamento radical na correlação de forças em favor do campo da paz e da democracia, debilitam extremamente o campo imperialista o que contribui de maneira decisiva para o desmoronamento de todo o sistema colonial do imperialismo. Nessa conjuntura, quando a correlação de forças mostra-se favorável às

(32) Prestes. "Forjar a mais ampla frente nacional em defesa da Paz, da Liberdade e contra o imperialismo", Problemas nº 19, p. 77-78.

(33) Grabois, Problemas nº 22, p. 7.

forças democráticas, é que o programa da Frente Democrática de Libertação Nacional é apresentado pelo PCB a todos os setores da população interessados na libertação do país do jugo imperialista... Existem assim no momento, em face da situação nacional e internacional, condições objetivas para a rápida vitória do programa..." (34)

Assim, passa a ser a luta principal do país aquela que marca o enfrentamento, segundo a linha oficial soviética, entre os dois campos: a luta pela paz. Mas, sendo a luta pela paz o ponto de união entre o plano interno e o externo, chega-se, com Grabois, à seguinte conclusão: "...a melhor forma de contribuir para a manutenção da paz no mundo é tornarmos vitoriosa a luta pelo programa apresentado por Prestes em seu Manifesto de 19 de Agosto, porque a luta nacional libertadora é o meio mais eficaz de derrotar no país os imperialistas provocadores de guerra e de debilitar a sua retaguarda. Desse modo, a luta pelo programa da Frente Democrática de Libertação Nacional, plataforma da luta nacional libertadora no país, funde-se indissolúvelmente com o grande movimento mundial em defesa da paz. E, justamente por isso, por ser parte inseparável da luta pela paz, é que o movimento de libertação nacional em nosso país tem todas as condições de se fortalecer e se tornar invencível". (35)

b) A moderação, com o Programa do IV Congresso

É abril de 53. Sai o nº 45 de Problemas. A revista vem tarjada de luto pela morte do 'Grande Stalin' recentemente ocorrida. Na contracapa, uma foto do líder morto em seu caixão. No

(34) Grabois, M. - O Programa da Frente Democrática de Libertação Nacional, um poderoso instrumento de luta", Problemas nº 29, p. 26.

(35) Idem, pp.38-39.

interior da revista, uma série de artigos laudatórios e os discursos dos novos chefes soviéticos. Na capa interna, um retrato de Stalin em seu uniforme. Ao lado, no pé da primeira página, estão as erratas. Entre elas, a seguinte: "na página 75, linha 44, onde se lê Frente Democrática de Libertação Nacional, leia-se frente democrática de libertação nacional". Sinal dos tempos, a mesma frente que em 50 aparecia com todas as letras em maiúsculas no 'Manifesto de Agosto', agora passa a ser escrita como outra palavra qualquer, o que é representativo da pouca atenção que passara a ter no conjunto das atividades do partido.

O artigo em que está incluída a página 75 é muito importante. É o informe de Prestes ao pleno de abril de 53, onde ele sintetiza as últimas orientações de Stalin para os partidos comunistas. Orientações que vêm através de seu discurso no XIX Congresso do PC US e do seu livro "Problemas Econômicos do Socialismo na URSS". Nele, Stalin tenta provar que o socialismo já foi construído na URSS; agora a tarefa é, lá, construir o comunismo, e nas 'democracias populares' a construção do socialismo. O aparecimento de países socialistas, para ele, gerou a desagregação do mercado mundial, construindo-se dois mercados paralelos, o socialista e o capitalista. O primeiro não conhece crises e se expande continuamente, enquanto o segundo é assolado por crises periódicas e está em contração, tendo, como consequências, a diminuição de sua produção e a inevitabilidade das guerras entre os países capitalistas, pelo acirramento das contradições entre eles. Ao longo deste processo, de desenvolvimento contínuo dos países socialistas e de crises e guerras capitalistas, a vitória do socialismo é certa. A paciência torna-se a principal virtude dos revolucionários que devem tomar cuidado para não permitir que nenhuma guerra, seja revolucionária, seja imperialista, dirija o ódio do imperialismo em decadência contra

a URSS. "Garantizar la paz 'sólida y duradera' - inconcebible sin un compromiso 'solido y duradero' entre las dos superpotencias - tenia que ser el objetivo número uno de los partidos comunistas" (36). O importante não era fazer a revolução "lo importante era que los partidos comunistas agruparan en cada país a los partidarios de la paz - a fin de oponer un dique a toda veleidad belicosa antisoviética de la superpotência americana - y a todos los partidarios de la independencia nacional - a fin de contribuir a la profundización de las contradicciones entre las potencias capitalistas. Ambas tareas no debían ser dificultadas con el planteamiento de objetivos politico sociales internos incompatibles con los sectores patriotas, democráticos e pacifistas de las respectivas burguesias" (37). Como consequência deste pensamento, a última recomendação de Stalin aos partidos comunistas no XIX Congresso do PC US foi que levantassem bem alto a bandeira das liberdades democráticas e da independência nacional.

Em consonância com estas orientações - este é o período em que se aguça o intercâmbio entre os soviéticos e o PCB (38). Prestes assegura no Informe de abril de 53' que as lutas fundamentais do partido são: pela paz, pelas liberdades democráticas

(36) Claudin, op. cit., p. 543.

(37) Idem, Ibidem.

(38) Peralva - op. cit., p.30. Afirma que a partir de 49 estreitaram-se os contactos entre os dirigentes soviéticos e os membros do PC brasileiro. "O PCB se entregou de pés e mãos atados ao PCUS. O supremo dirigente dos comunistas brasileiros passou a ser Sivólobof. De dois em dois meses, no máximo de três em três, mas em certos períodos até uma ou duas vezes por mês, ia um alto dirigente do PCB transmitir um informe a Sivólobof. Levava livros, revistas, materiais estatísticos. Ficava por lá dez, quinze dias e regressava com novas ordens". Também diz que todos os documentos importantes do partido, iniciando com o 'Manifesto de Agosto' eram lidos e aprovados por Sivólobof antes de publicados. Esta "aprovação prévia" nos parece constituir um certo exágero, embora não neguemos que havia uma forte influência soviética na linha política do partido, como já analisamos anteriormente.

e por um governo democrático popular. Já vimos que a conotação que davam à luta pela paz era nitidamente revolucionária no 'Manifesto'. Ela não só era uma tarefa distinta, mas imbricava no âmago de todas as demais, pois a única forma de lutar conseqüentemente pela paz era lutar pela derrubada do governo e tomada do poder. Agora, a luta pela paz vai tomar o caráter de 'conservar o período de paz enquanto for possível', negando-se que ela tenha a intenção de derrubar o capitalismo. Luta-se pela paz para evitar os terríveis malefícios que ela causa à vida do povo e também para auxiliar a construção socialista nos países já libertos e na URSS. A luta pela paz, agora, é uma luta separada das demais e não deve ser levada, no seio do movimento pela paz, nenhuma outra bandeira, para não sectarizá-la.

A luta pelas liberdades democráticas é entendida no contexto da luta contra Vargas e, especialmente, como luta pela garantia das "conquistas populares registradas na Carta Constitucional de 46". (39)

Permeando estas lutas, encontra-se a luta anti-imperialista, agora concentrando-se o fogo no imperialismo americano, e a luta anti-feudal, pelo fim dos entraves econômicos ao desenvolvimento capitalista do país. Neste sentido, já se busca o apoio dos setores de burguesia nacional que possam ter contradições com o imperialismo e o latifúndio. Amplia-se, portanto, os componentes da frente democrática de libertação nacional, embora se continue a exigir a sua direção para o proletariado e seu partido. A tarefa da frente é a luta pela derrubada do governo de Vargas e instalação de um governo democrático-popular.

Esta virada à direita na orientação do partido se nota

(39) Prestes - "O XIX Congresso do PC da União Soviética e as tarefas de nosso Partido". Problemas nº 45, abr/53, p.70.

desde 51, e tem suas origens no fracasso de sua política no movimento de massas e numa entrevista de Stalin, onde ele entrevê a possibilidade de um período de coexistência pacífica entre os países capitalistas e socialistas.

Quando o 'Manifesto' completa um ano, a luta pela paz já ocupou todo o espaço das atividades partidárias reservadas às lutas mais amplas. São quatro as tarefas centrais que o partido define ainda em julho de 51: luta contra carestia e contra o imperialismo, a campanha da paz e o fortalecimento interno do partido. A construção da frente encontra-se submersa entre estas tarefas, rendendo-lhe o partido apenas referências rituais.(40)

1 - A Autocrítica

Obviamente, tantas modificações tornam necessária uma crítica às antigas posições. Ela vai ocorrer em dezembro de 53, quando do lançamento do Projeto de Programa para o IV Congresso. Seu autor é Prestes.

A crítica ao 'Manifesto', agora considerado fonte de posições sectárias e esquerdistas, é uma crítica teórica. Para Prestes "não tínhamos uma justa compreensão do caráter da revolução em nosso país na etapa atual. Se bem que não tivéssemos jamais deixado de reconhecer o caráter semi-colonial de nosso país, na verdade, ao formularmos o programa de Agosto, esquecemos a diferença entre as duas etapas da revolução nos países coloniais e dependentes" (41). Recorre a Stalin para provar que a revolução nos países coloniais e semi-coloniais é de caráter democrático-burguês, onde a burguesia tem um importante papel a cum-

(40) Amazonas, João. "Pela Paz, pela Libertação Nacional", Informe da Comissão executiva do PCB ao pleno do Comitê Nacional de julho de 51. Problemas nº 35, jul/ago.51.

(41) Prestes - "Sobre o programa do PCB"; Problemas nº 54, fev/54, p.33.

prir no bloco revolucionário.

Devido a este erro, incluíram no programa do 'Manifesto' pontos que iam contra os interesses burgueses, como a nacionalização dos bancos e grandes empresas industriais.

Outra consequência deste erro foi a não caracterização clara do estado e do governo que surgirá com a revolução. Em outras palavras, ao não estabelecer os limites entre uma revolução e outra, ao avançar em tarefas que seriam da revolução socialista, o 'Manifesto' também não deixara claro o caráter do novo estado: burguês ou proletário?

A partir da constatação deste erro teórico, a ele são debitados todos os demais erros e práticas esquerdistas e sectárias levadas a efeito naquela fase: "Tomamos assim, na prática, com o programa de 50, uma posição sectária e 'esquerdista' que se reflete noutras passagens daquele programa, na linha geral do partido e em sua atividade até o momento atual". (42)

Enquanto na autocrítica de 48 salvava-se a teoria, fazendo recair os erros da prática defeituosa nos indivíduos e suas 'ilusões', em suas 'origens pequeno-burguesas', nesta autocrítica inverte-se a situação: a teoria é considerada defeituosa e causa de todos os erros, até daqueles que não são, nem direta nem indiretamente, relacionados com a teoria etapista como é o caso do 'erro' de não concentrar o fogo apenas no imperialismo americano. Na autocrítica de 48, interessava ao partido salvar a teoria, pois ela vinha direto da fonte stalinista, e considerá-la errada seria levantar uma série de questões, entre as quais a da própria submissão do PCB à orientação soviética, em que não interessava tocar. Em 54, como a interpretação do partido é de que ocorreu um 'desvio' da teoria correta, interessa demons-

(42) Idem, p. 34.

trar seus efeitos perniciosos sobre a atividade do partido. (43)

Mesmo assim, a autocrítica acerta ao explicar porque a direção errou: "Mas na época, como se pode hoje verificar, pelos erros de que se ressentia o 'Manifesto de Agosto', era ainda por demais insuficiente a assimilação pelos quadros dirigentes do partido, da grande doutrina de Marx, Engels, Lenin e Stalin. Não soubemos então aplicar com acerto a teoria marxista leninista ao estudo da realidade brasileira e, por isso, baseávamos em boa parte nossa atividade em concepções subjetivas, que nos levavam ora ao empirismo, ao paralelismo mecânico com outros países, ou à repetição de fórmulas teóricas dentro das quais pretendíamos, muitas vezes, colocar à força a realidade objetiva". (44)

2 - O Programa do IV Congresso

Em seu informe ao Congresso, Prestes continua analisando a situação mundial como resultado de desenvolvimento de duas linhas, surgidas no após-guerra: o campo da paz e do socialismo e o campo do imperialismo e da guerra. Embora continuem sendo antagônicos, estes dois campos não são mais irreconciliáveis, como afirmava o 'Manifesto', podendo coexistir pacificamente. Enquanto se estreita o mundo capitalista, os EUA procuram assegurar sua dominação na América Latina, tencionando utilizar estes países como sua retaguarda, fornecedora de víveres e recursos minerais, bem como de soldados, para suas guerras. Para alcançar estes objetivos, intervêm diretamente nos assuntos internos dos

(43) Como posições errôneas, derivadas do programa, ele cita: abstencionismo eleitoral, abandono dos sindicatos e falta de persistência na luta pela organização sindical, maneira mecânica de colocar entre as massas a questão da tomada do poder, pretensa fraseologia revolucionária, palavras de ordem sem atender à realidade e à correlação de forças, atividade golpista entre os camponeses, abuso do apelo à greve.

(44) Idem, p. 37.

países latino-americanos "fazem e desfazem governos, pela força, visando sempre implantar o terror fascista, esmagar o movimento operário e patriótico, encarcerar os democratas, entregar o poder aos aventureiros e tiranos." (45)

O Brasil, por ser o país mais rico e populoso do continente, é muito visado pelos americanos, que nele penetram por todos os seus poros. Isto é acompanhado da militarização crescente do país, aumentando as despesas públicas com a compra de armas; a inflação prejudica o povo; os impostos absorvem mais de 30% da renda nacional; os lucros das empresas imperialistas são gigantescos. Tal como antes, os latifundiários e grandes capitalistas são apontados como causadores desta situação, pois sua dominação "entrava o desenvolvimento das forças produtivas, dificulta o crescimento do mercado interno, causa a estagnação da produção nacional, mantém a agricultura brasileira nas condições de atraso secular e de crescente decadência." (46)

A morte de Vargas é manifestação da interferência americana. O ascenso do movimento popular e operário, conjuntamente com a criação da Liga de Emancipação Nacional, o crescente prestígio do programa do partido e o conseqüente desprestígio de Vargas - tudo isso ia contra os interesses americanos, que então tramaram sua deposição e substituição pela 'ditadura americana' de Café Filho.

Mesmo com o impacto da morte de Vargas, a visão do PCB continua linear e unilateral. Tudo o que dizem do governo de Café Filho é o que já diziam do governo Vargas: "O Sr. Café Filho é um simples joguete nas mãos dos generais, brigadeiros e almirantes, que agora lideram a minoria de traidores da pátria e

(45) Prestes. "Informe de balanço do Comitê Central do PCB ao IV Congresso do PCB", Problemas nº 64, dez/53 a fev/54, p.50.

(46) Idem, p. 52.

realizam, sob o controle imediato da Embaixada norte-americana, a política de total colonização do Brasil pelos Estados Unidos. Seu governo não passa de uma ditadura de latifundiários e grandes capitalistas a serviço dos monopólios e dos incendiários de guerra norte-americanos. É um governo muito mais fraco do que o de Vargas, já que sua base política é excessivamente limitada, incomparavelmente menor do que aquela em que se apoiava Vargas" (47). Movidos por sua ótica externa à realidade nacional, eles só vêem a sujeição dos governantes ao imperialismo, mas não conseguem enxergar as nuances desta dominação, as reais diferenças entre um governante e outro, o que separa o governo Vargas do governo de Café Filho, além da maior influência norte-americana. Como, para eles, Vargas ou outro qualquer é a mesma coisa, apesar de preverem o golpe, continuam com a política anti-Vargas até o fim. Em 24 de agosto são surpreendidos pela extensão da reação popular contra o golpe, pela revolta causada pela morte de Vargas. O que mais surpreende porém, é que nem sequer tenham pensado em combater a ameaça de golpe, apesar de prevê-lo não tendo tomado nenhuma medida mais efetiva do que declarações na imprensa partidária de que "as massas saberão opor-se ao golpe nas ruas". Sua visão catastrófica da realidade, ao lado do otimismo exagerado no poder e na influência das 'forças revolucionárias', combinado com uma certa espontaneidade no conceber a atuação das massas, confluem para produzir a afirmação de que, se o povo for às ruas os generais fascistas perderão "porque os soldados e marinheiros são filhos do povo, acompanharão seus pais e irmãos e saberão o que fazer quando forem armados para participar do golpe liberticida" (48). A manchete da Imprensa Popular do dia 24 de agosto era contra Vargas e tudo indica que

(47) Idem, p. 53, grifos nossos.

(48) Entrevista de Prestes ao jornal Imprensa Popular, transcrita em Problemas nº 62, out/54, p.7.

os acontecimentos surpreenderam o partido, o que, aliás, é uma constante ao longo de sua história, até 64. Em Porto Alegre, a direção estava reunida, discutindo um documento anti-getulista recém lançado pelo Comitê Central, quando chegou a notícia de que os trabalhadores getulistas estavam destruindo a sede do jornal do partido, a Tribuna Gaúcha. Segundo Elói Martins: "no primeiro momento, o partido ficou sem saber o que fazer. Depois então é que foi procurando encaminhar a massa prá onde ela devia ir. Mas no princípio, ... no princípio a massa queria era a nossa cabeça, a cabeça do partido. Achava que o partido é que estava colocando o Getúlio em maus lençóis, obrigando-o a se suicidar". (49)

Prestes, em seu informe ao Congresso, procura desvincular a figura de Vargas das manifestações de protesto que se seguem: "Foi relativamente rápido o desprestígio de Vargas e foi rapidamente que as massas se levantaram contra o golpe de Estado de 24 de agosto. As massas lutaram corajosamente nas ruas, contra o imperialismo norte-americano, pelas liberdades democráticas, contra os politiquinhos da UDN, contra a ditadura terrorista. Manifestaram abertamente seu ódio patriótico aos imperialistas norte-americanos, atacando indignadas a Embaixada dos Estados Unidos no Rio de Janeiro, os consulados norte-americanos em diversas cidades, assim como grande número de empresas de monopólios norte-americanos". (50)

Não admitirão ter errado em relação à posição assumida contra Vargas. Pelo contrário, acreditam que sua atuação foi fundamental para o desprestígio deste e a justificam. Em artigo publicado em Problemas nº 67, Prestes justifica toda a atividade

(49) Entrevista de Elói Martins à autora.

(50) Prestes. "Informe de balanço do Comitê Central do PCB ao IV Congresso do PCB", Problemas nº 64, p. 54.

do partido, assinala que este posicionou-se corretamente frente à ameaça de golpe e, por fim, reivindica para o partido a 'tomada de consciência das massas' e a direção dos acontecimentos de 24 de agosto: "Ao ter notícia do golpe fascista e da morte de Vargas, as massas ganharam a rua e mostraram compreender e aceitar a interpretação dos acontecimentos feita pelo Partido Comunista... O PCB soube dirigir as ações das massas e as lutas espontâneas." (51)

É significativo que esta interpretação elogiosa e altamente deturpada do papel e da atuação do partido nos acontecimentos envolvendo a morte de Vargas não tenha sido apresentada no Congresso em novembro, só vindo à luz em maio de 55, num artigo que, pelas suas características, parece ter sido feito para divulgação externa ao Brasil das lutas e do papel do partido neste episódio. Fazendo uma rápida pesquisa nos demais artigos da direção na época, não encontramos nenhuma outra referência ao suposto papel conscientizador e dirigente do partido naquela ocasião. (52)

Talvez a melhor comprovação da resistência da direção em modificar seus esquemas de análise política seja dada pelo revelador detalhe que uma cuidadosa comparação entre o Projeto de programa e o Programa aprovado no Congresso traz: entre os dois documentos não existem diferenças significativas de conteúdo, nem na caracterização das revoluções, nem nas propostas e na análise da situação nacional. E, no entanto, entre eles existe praticamente todo o ano de 54, a tentativa de golpe, a morte de Vargas,

(51) Prestes. "O povo brasileiro luta contra a ditadura americana", Problemas nº 67, abr/55, p. 14.

(52) Por outro lado, todos os livros de militantes e ex-militantes consultados descrevem o Partido como sendo surpreendido e indo a reboque dos acontecimentos. Ver, por exemplo, Segatto, José, Breve História do PCB, Ciências Humanas, São Paulo, 1981, p. 69-70.

a reação popular, o pacto com os trabalhistas. Nada disto, no entanto, se reflete no Programa, que só tem duas modificações de conteúdo em relação ao Projeto: a primeira é o acréscimo de um ponto sobre a solidariedade aos países vítimas de agressões imperialistas (caso recente, então, da Guatemala), e o segundo é a supressão da parte que falava na anulação das dívidas dos camponeses com os bancos. Fora isto, as outras mudanças serão apenas de forma, supressão ou acréscimo de frases ou parágrafos, sem modificação de conteúdo. A única modificação causada pela morte de Vargas vai ser a troca da expressão "governo de Vargas" por "atual governo" ou "governo de latifundiários e grandes capitalistas".

Impermeável à mudança política, o programa também será impermeável à crítica das bases. É quase impossível imaginar que tal programa tivesse sido submetido realmente à discussão com milhares de comunistas espalhados por todo o país, sem que disto resultassem críticas; sugestões, novas idéias, enfim, sem que o enriquecimento da discussão tivesse resultado em modificações no conteúdo do programa. E, no entanto, ele vai ser aprovado por absoluta unanimidade.

O programa compõe-se de duas partes: uma breve análise sobre a situação nacional e as tarefas da frente ao tomar o poder. A primeira parte não oferece novidades: consiste na caracterização do país como explorado pelo imperialismo em conjunto com o latifúndio, sendo ambos causas do atraso da economia e da miséria do povo. O governo é representante destes interesses, os quais procuram se perpetuar no poder, e, para tanto, utilizam-se de todos os instrumentos disponíveis, pervertendo as instituições e desrespeitando a Constituição. Há necessidade de novo governo "governo democrático de libertação nacional, governo de coalizão, do qual participem a classe operária, os camponeses,

a intelectualidade, a pequena burguesia e a burguesia nacional". E não esquecem de tranquilizar os possíveis aliados: "O Partido Comunista luta pelo socialismo, mas está convencido de que, nas atuais condições econômicas, sociais, políticas do Brasil não é possível realizar transformações socialistas. É perfeitamente realizável, no entanto, a tarefa de substituir o atual governo, anti-popular e anti-nacional por um governo do povo, que liberte o Brasil do domínio do imperialismo norte-americano e dos seus sustentáculos internos, os latifundiários e grandes capitalistas". (53)

Entre as tarefas da frente, destacam-se, como principais, aquelas referentes ao imperialismo americano (anulação de tratados lesivos e dívidas com os EUA, confiscação de capitais em empresas pertencentes a monopólios americanos); aos camponeses: confiscação de terras dos latifundiários e sua entrega aos camponeses, abolição das 'formas semi-feudais de exploração', anulação das dívidas, garantia à propriedade dos camponeses ricos, etc. Na economia, propunha-se a defesa da indústria nacional e da liberdade de iniciativa, e tomavam-se medidas favorecedoras da industrialização com recurso ao capital estrangeiro não americano. Quanto ao movimento popular e operário, havia medidas pela melhoria do nível de vida (habitação, instrução primária, previdência e assistência médica a cargo do Estado), salário mínimo condizente com as necessidades humanas, garantia de livre organização e funcionamento das entidades sindicais, jornada efetiva de 8 horas. Quanto às tarefas democráticas, propunha-se a extensão do voto a analfabetos e soldados; fim à discriminação de sexo, raça e cor; liberdades democráticas, fim dos órgãos de repressão, criação de um exército popular, liberdade e represen-

(53) Programa do Partido Comunista do Brasil, Problemas nº 64, p. 34.

tação proporcional para os partidos políticos. O governo seria do bloco que fez a revolução, representado por um presidente eleito pelo povo, conselho de ministros e Congresso, extinto o Senado.

Mas Arruda, em seu informe ao Congresso, com o fim de dissipar dúvidas sobre o Programa, assim se manifestava sobre o caráter do novo Estado: "Objetivamos conquistar um Estado democrático popular cuja forma política será uma República Democrática Popular... A essência de classe desse estado será a ditadura da classe operária, dos camponeses, da intelectualidade e da pequeno burguesia, baseada na aliança entre operários e camponeses e dirigida pelo proletariado e seu Partido Comunista". (54)

Esta 'omissão' do verdadeiro caráter do Estado pós-revolucionário não ocorreu, logicamente por descuido. Acontece que o artigo de Arruda representa uma espécie de 'leitura' do programa com os olhos do partido. No esquema do PC, a condição de existência da Frente era a liderança do proletariado, pois só ele seria firme e conseqüente na luta contra o imperialismo e o latifúndio. Segundo a ótica do partido, estando implícita a liderança do proletariado, isto naturalmente resultaria na direção para o PCB. Eles não explicitam este fato porque isto poderia assustar as demais classes e setores convidados a participar da frente; preferem deixar que o desenrolar normal do processo revolucionário revele a natural inevitabilidade desta direção.

A questão de por que um partido se "esquece" de colocar no seu programa qual será o seu exato papel a cumprir na revolução só é corretamente respondida se pensarmos neste programa como o programa da frente e não do partido. O verdadeiro programa

(54) Arruda, D. "O programa do Partido Comunista do Brasil - bandeira de luta e da vitória", Problemas nº 64, p.130/131.

do PCB seria aquele apresentado por Prestes e Arruda em seus informes ao Congresso - enquanto definição de estratégias, táticas, tarefas e meios - enquanto o chamado "Programa da Salvação Nacional" seria uma peça de propaganda, algo para atrair setores de classe média, burguesia nacional, patriotas e povo em geral. Escaldados pela reação ao esquerdista 'Manifesto de Agosto' os comunistas procuram agora expressar sua proposta de maneira moderada e cautelosa, propagandeando as tarefas democrático-burguesas, dissipando dúvidas sobre as reais intenções do partido (daí a tentativa ingênua de tentar provar que não lutam pelo socialismo no momento, inserindo um parágrafo com este conteúdo no programa), procurando conseguir apoio e aliados. "Os comunistas" dirá Prestes, "precisam gozar da confiança de todo o povo, demonstrar na prática que o Partido Comunista é um partido de patriotas, de lutadores pela libertação nacional" (55). O caráter de propaganda do programa é continuamente reafirmado. Quando do lançamento do Projeto de Programa, eles destacam duas tarefas principais para o momento: ganhar o partido para o programa e levar o programa ao conhecimento das grandes massas. (56)

Entendê-lo como instrumento de propaganda e agitação, antes que tudo, é importante também para explicar sua permanência, sua imutabilidade frente à mudança de conjuntura e da própria prática do partido depois de 24 de agosto. Para o programa, como já vimos, isto não trouxe conseqüências, porque ele representa a síntese ideal, na ótica do partido, das tarefas a serem cumpridas por uma revolução anti-feudal e anti-imperialista num país semi-colonial, como era definido o Brasil. O "Programa de Salvação Nacional" como 'modelo', como obra de propaganda, não perde seu valor de uma conjuntura a outra.

(55) Prestes. Informe de balanço do Comitê Central do PCB ao IV Congresso do PCB, Problemas nº 64, p. 69.

(56) Prestes. "Sobre o programa do PCB", Problemas nº 54, p.37.

O mesmo, contudo, não se pode dizer da adequação de suas propostas às verdadeiras necessidades do processo revolucionário brasileiro. Caio Prado Jr., em seu livro A Revolução Brasileira, discute o programa do IV Congresso, vendo-o como expressão da teoria etapista que orientava a análise do partido. Após negar a existência de um modelo de desenvolvimento histórico pelo qual todas as sociedades históricas concretas tenham que passar em seu caminho para o socialismo, Caio vê o Brasil como inserido, desde sua formação colonial, na economia capitalista, subordinando-se a ela em seu desenvolvimento. O sistema de 'plantation' aqui desenvolvido, baseado em relações escravistas de produção, nada tinha em comum com relações feudais. Da mesma forma, aqui nunca existiu a figura do camponês, empresário da produção, mas que é coagido a entregar parte do que produz para o senhor feudal. As formas não assalariadas de remuneração/exploração do trabalhador rural tais como a terça, meia, barracão, etc., constituíram não restos feudais ainda existentes, mas sim formas capitalistas de relação entre o grande proprietário - dono das terras e dos meios de produção - e o trabalhador rural - dono da força de trabalho. Desta forma, as reivindicações principais para o campo não seriam as da reforma agrária com a confiscação de terra dos 'latifundiários' (estes últimos vistos por Caio como os empresários agrícolas) e sua distribuição aos 'camponeses', como propõe o PCB, mas sim as reivindicações de melhores condições de salário e de trabalho. A proposta de reforma agrária, tal como expressa no Programa, não só estaria equivocada como impediria uma maior dedicação do partido às verdadeiras reivindicações e problemas dos trabalhadores rurais, como ocorria. (57)

(57) Prado Jr., Caio - A Revolução Brasileira, Brasiliense, São Paulo, 1972, 4ª edição, especialmente capítulos 2, 3 e 4. Ainda segundo o autor, as reivindicações trabalhistas e uma legislação social específica para o campo, são descuidadas pelo Partido em suas lutas, apesar de ser esta a luta de maior importância e sensibilização da massa trabalhadora rural brasileira.

É também estudando o desenvolvimento histórico brasileiro que Caio chega à conclusão de que, no Brasil, a burguesia brasileira constituiu-se já em ligação com o imperialismo e não teria contradições antagônicas com este, não desenvolvendo, portanto, um projeto de desenvolvimento nacional autônomo. Da mesma forma, não constituiria uma classe à parte dos setores ligados à grande produção rural; está unida por fortes laços aos grandes proprietários, sendo comum o livre trânsito entre ambas esferas de atividade econômica (58). Portanto, dificilmente poderia se interessar por uma proposta como esta.

Por outro lado, o PCB desenvolve uma teoria do atraso da sociedade brasileira, devido à ação do imperialismo americano e à estagnação provocada pelos restos feudais na economia, que não encontra comprovação no crescimento econômico que o país teve durante o governo Vargas, acentuando-se depois com Juscelino (59). A teoria do atraso econômico era um dos componentes fundamentais para atrair elementos patriotas e nacionalistas à frente, pois só com a expulsão do imperialismo e liquidação do latifúndio considerava-se que o país teria condições de desenvolver-se.

As eventuais contradições internas do programa também correm por conta das influências sentidas pelo partido. Como entender, por exemplo, que pretendem confiscar todos os bens e capitais do imperialismo americano no Brasil e, ao mesmo tempo, procurem atrair capitais estrangeiros (outros que não o americano) para participar do processo de desenvolvimento da economia nacional? Obviamente, no momento em que tal confiscação ocorresse, não mais se conseguiria um tostão de investidores estrangei-

(58) Prado Jr., Caio. op. cit., pp. 99 e seguintes.

(59) A respeito do crescimento da economia e os rumos que tomou nos anos 50, veja-se, por exemplo, Oliveira, Francisco. A Economia da Dependência Imperfeita, Graal, RJ, 1977, e especialmente o cap. 3.

ros; por outro lado, por que estigmatizar uma nacionalidade de origem do capital como reacionária, exploradora e opressora, sem considerar as demais como estando em igual situação? Este fato só se explica enquanto resultado da subordinação do PCB aos desígnios soviéticos de explorar as contradições internas entre os países imperialistas.

Se não se adequava às necessidades da revolução brasileira, este programa também não atendia ao partido, às suas atividades, ao conjunto das forças internas. Primeiro porque, como vimos, era um programa de propaganda. Segundo, porque sua concepção da revolução, das tarefas a cumprir, situavam-se a meio caminho entre o que seria uma posição reformista e uma posição revolucionária. A ala direitista do partido não lhe perdoava a teimosia em manter o princípio da tomada do poder de forma violenta e a direção do processo revolucionário para o partido(60). Por outro lado, a ala esquerda não aceita a inclusão da burguesia como aliada, a luta apenas contra o imperialismo americano, os limites democrático-burgueses da revolução. Não satisfazendo nem a esquerda e nem à direita, como seria possível admitir que este programa conseguiria atravessar incólume todo o processo de discussão nas bases? Em 54, com as transformações na política do partido, quando finalmente, à custa de mil artifícios, o programa conseguiu ser aprovado no IV Congresso, ele não vai mais representar sequer o pensamento da direção partidária, cada vez mais orientada para as alianças de cúpula e os pactos eleitorais, numa política de aproximação com o poder e não de luta pela sua derrubada. O programa representa um momento de transição e de crise na história do partido. Transição de uma

(60) Estas críticas aparecem no Informe de Arruda ao Congresso, em nome da Comissão Executiva, onde ele as nomeia para posteriormente contestá-las. Ver Problemas nº 64, pp. 107 a 146. Os livros de Moisés Vinas e Dinarco Reis também oferecem o que seria uma crítica do Programa feita a partir da visão dominante depois de 58, dentro do Partido.

pretensamente revolucionária em teoria para uma orientação claramente reformista e populista. Crise quanto à direção, aos seus métodos à sua orientação e também crise de identidade e objetivos do partido. (61)

A transição para uma prática cupulista e conciliadora vai se dar rapidamente. Já a superação da crise vai demorar, pois o controle adquirido pelo 'núcleo dirigente' sobre o aparelho partidário era tamanho que só pôde ser rompido com a explosão de indignação comunista provocada pelas revelações de Krutschev no XX Congresso.

Concluindo, podemos dizer que ao nível das propostas, muitos são os pontos comuns entre o Programa do IV Congresso e o 'Manifesto de Agosto'. Em linhas gerais, diferem apenas quanto à aceitação plena da burguesia como participante do bloco revolucionário, a contenção da revolução em seus limites democrático-burgueses e a concentração da luta anti-imperialista contra o imperialismo norte-americano.

O Programa apresenta uma visão do Estado como elemento principal na reordenação da sociedade revolucionária, não só interferindo nas relações entre as classes, mas também intervindo na atividade econômica, coordenando e controlando o desenvolvimento nacional, investindo num projeto de industrialização intensiva, protegendo a indústria nativa, e sendo ele mesmo o

(61) Esta crise é tão profunda que terá inúmeros desdobramentos, dos quais a cisão de Agildo e a divisão posterior do partido em duas novas organizações serão apenas os episódios mais marcantes. A este respeito, é interessante notar que documentos oficiais do PC do B, partido formado pela fração stalinista em 62, considera o Programa do IV Congresso, "correto em seus elementos essenciais". Cfe. "Cinquenta Anos de Luta", in: A Linha Política Revolucionária do Partido Comunista do Brasil, Ed. Maria da Fonte, Lisboa, 1975, p. 50. Citado em Levy, Nelson. "O PC do B, continuidade e ruptura", in: Teoria & Política, nº 1, Brasil Debates, São Paulo, 1980, p. 58.

principal empresário, através das empresas estatais e do setor público da economia. A base econômica do governo no novo regime será dada pelas empresas estatais e o setor público, consideravelmente aumentado pela incorporação ao estado dos bens, capitais e empresas confiscadas ao imperialismo americano e aos grandes capitalistas que se unirem a ele. Porém, isto não implica, no Programa, numa socialização da economia ou do setor estatal, tendo antes a função de "assegurar o desenvolvimento independente da economia nacional e sujeitar ao interesse do povo o desenvolvimento do capitalismo".

Já o 'Manifesto' não apresenta um projeto econômico tão bem desenvolvido, mas as tarefas do Estado no plano econômico são ainda maiores, pois prevê-se a confiscação e nacionalização de todas as empresas, nacionais e estrangeiras "que desempenhem um papel relevante na economia".

Ambos estão imbuídos de uma ideologia nacionalista, presente com maior intensidade no 'Programa'. Esta ideologia chega ao partido através de sua própria composição, da origem pequeno-burguesa de seus dirigentes, da influência 'tenentista' presente no partido desde 30 e que, transformando-o de um partido de poucos quadros, em um partido com poder de atração sobre amplas massas em certos momentos, também modificou sua orientação frente à realidade. Para Martins Rodrigues, "a influência do nacionalismo significou a ênfase nas questões relacionadas com a soberania nacional, com o desenvolvimento econômico, a preferência pelas alternativas que privilegiavam as nacionalizações e o intervencionismo estatal, em detrimento das reivindicações vinculadas ao trabalho e à participação autônoma das classes operárias". Além disso, o PCB passou a orientar-se sempre no sentido de construir amplas frentes "poli-classistas" em detrimento da construção de "frentes únicas" das camadas populares contra as

classes altas.

Por outro lado, a própria teoria que informa sua política, ao definir que a revolução brasileira deve cumprir as tarefas que assinalou para si a burguesia européia do século XVIII e XIX, tarefas que giram em torno da construção da 'nação' burguesa, traz, fatalmente, elementos de uma ideologia nacionalista para dentro da proposta política do partido, elementos a cujo fascínio o partido não conseguiria resistir. Efetivamente, a proposta de frente do partido utiliza, como pólo aglutinador de interesses tão diversos quanto os da burguesia, pequena-burguesia, proletariado e camponato, justamente o elemento 'nacional', ou seja, os conflitos econômicos e ideológicos que tais classes tivessem com o imperialismo ou com as forças desejosas de manter atraso do país. A nação é o elemento aglutinador e, ao mesmo tempo, definidor da frente proposta: "Em torno da grande aliança de operários e camponeses cerrarão fileiras, portanto, todas as forças progressistas do Brasil, sem quaisquer diferenças de situação social, de filiação partidária, de crenças religiosas ou tendências filosóficas, todos os democratas e patriotas que desejam uma pátria livre e poderosa" (62). A contradição principal é definida como a que opõe o imperialismo americano contra "a maioria esmagadora da nação" e os "restos feudais" ao "povo brasileiro". Dessa forma, o apelo ao patriotismo, ao sentimento nacionalista, a uma proposta de desenvolvimento capitalista autônomo com forte auxílio estatal, tal como se encontra definida no Programa é um dos pilares de sustentação desta frente, é o que lhe dá consistência ideológica.

Os outros pilares são a reforma agrária, assegurando o apoio dos camponeses e o proletariado, que apoiará a revolução

(62) Martins Rodrigues, op. cit., p. 437.

porque esta, dando condições ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil, preparará também as condições para sua superação. A grande conquista, de cunho classista, prometida aos trabalhadores com esta revolução democrático-burguesa será "a conquista de uma legislação trabalhista avançada que a burguesia será obrigada a cumprir".

O PCB procura construir sua proposta política a partir de uma linguagem dicotômica, que reduz a realidade e as forças que nela atuam a dois pólos contrapostos: de um lado, as forças progressistas, de outro a minoria reacionária, que pretende eternizar o seu poder; de um lado os patriotas e nacionalistas, de outro o imperialismo; de um lado, a nação; de outro, a anti-nação. Ora, além de tal dicotomia ser falsa, porque não representa uma divisão que esta sociedade e estas classes considerassem como significativa, o conceito de nação mascara o caráter de classe desta sociedade. Por outro lado, as possíveis contradições envolvidas no binômio nação-anti-nação não tem o caráter de antagonismos radicais, somente solucionáveis pela via revolucionária. Em outras palavras, os acordos e alianças entre setores da 'nação' e da 'anti-nação' são perfeitamente possíveis, como mostrará a própria evolução política do país.

Os antagonismos mais radicais, os interesses em contradição essencial, estes estão justamente dentro do bloco das forças revolucionárias, tais como enunciadas pelo programa, e, para elas, o sentimento nacionalista deve cumprir o papel de poderoso solvente, suficientemente forte para diluir os antagonismos e interesses diversos das classes e setores que comporiam a frente.

CAPÍTULO IV

O PCB E O MOVIMENTO OPERÁRIO E POPULAR

Os limites deste trabalho - análise baseada na revista teórica do partido - tornam impossíveis tentar descrever o movimento operário, camponês e popular da época. Não só pela falta de dados sobre o assunto - são poucos os documentos sindicais ou artigos específicos sobre o movimento de massas contidos na revista, mas também porque estes poucos dados conseguidos refletirão, invariavelmente, a visão que o Partido Comunista do Brasil tinha do movimento e não a realidade de tal movimento. Além disso, estes documentos são pobres como medida de sua real importância, pois constituindo-se, em sua maioria, de documentos para análises de curto prazo, tendem, às vezes, a igualar em importância movimentos que, vistos em perspectiva histórica, aparecem com significados bem diferenciados. Além disto, sua própria ótica pode levá-los a privilegiar movimentos com um sentido político mais evidente frente a outros onde o caráter classista é o predominante, como vai ocorrer na sua avaliação das greves de 53 e 54. (1)

É desnecessário dizer que a ótica do partido tanto pode levar a visões demasiado otimistas do movimento e da atividade

(1) Ver, por exemplo, o informe de Marighella ao Ativo Nacional dos dirigentes e ativistas sindicais do PCB, em fevereiro de 55. Problemas nº 65, mar/55, pp. 18 a 44.

dos comunistas, como também a visões essencialmente negativas, em seus momentos de autocrítica. Mas, além destas, outra dificuldade se interpõe no caminho de uma pesquisa que pretenda se embasar em documentos oficiais do partido: a dificuldade em captar as pequenas, mas importantes modificações que as diretivas oficiais sofrem quando de sua aplicação à realidade. Já dissemos que a classe operária, como de resto os demais segmentos populares e também os militantes de base não têm canais por onde possam participar da elaboração da linha política do Partido; devido aos métodos impositivos que orientam sua prática interna. Contudo, os militantes de base, principais representantes do partido no trabalho de massas e efetivamente encarregados de pôr em prática sua política, sofrem também as influências de sua inserção no movimento real. Da mesma forma que influem sobre as massas, na tentativa de levá-las a seguir as orientações partidárias, estas, com a receptividade ou rejeição a suas propostas, influem sobre eles, condicionando em parte sua opinião e sua atuação dentro delas. No período do 'Manifesto', na medida em que ocorre esta rejeição, mesmo que de forma passiva, através da não participação, os organismos inferiores do partido tendem a privilegiar, dentro do conjunto das propostas partidárias, aquelas que tenham maior aceitação ou que já se constituem em práticas comuns ao partido. Por exemplo, pode-se contar nos dedos de uma só mão o número de Comitês da FDLN efetivamente criados no país, mesmo que o Comitê Central determinasse que só no Estado de São Paulo fossem criados cerca de 300 (2). Este é o caso, ao que parece, onde a falta de empenho em sua criação foi mais evidente, mesmo por parte dos Comitês Estaduais. Em contrapartida, numerosas foram as campanhas populares de cunho nacionalista e anti-imperialista levadas a efeito nestes anos sendo que muitas delas

(2) Vinhas, op. cit., p. 173, nota 1.

foram vitoriosas. Em outros aspectos, como na política sindical, tenta-se inicialmente concretizar as orientações partidárias, mas, a partir dos revezes sofridos, busca-se o retorno às formas tradicionais de atuação (3). Contudo, o espaço para este tipo de atuação que, até certo ponto, nega as diretivas oficiais é pequeno, muito pequeno. Nos documentos partidários, estes aspectos da resistência das bases aparecem como "erros", "falhas", "desvios" que, portanto, devem ser corrigidos. A longo prazo, porém, este será um dos fatores que vai obrigar a mudança da orientação política, a sindical já em 51/52 e a política geral em 54/55, formalizando-se a modificação em 58, com a "Declaração de Março".

Aqui, nos limitaremos a retratar a visão da direção partidária sobre o movimento de massas e quais suas propostas de atuação sobre o mesmo. Interessa-nos acompanhar, ao longo do período em que ela vigora, o desdobramento de suas propostas e as eventuais modificações e críticas à atividade desenvolvida.

Num estudo deste tipo - e sobre um período crítico de inserção do PCB no movimento real - podemos passar, devido aos perigos acima apontados, uma visão extremamente negativa da atuação do partido, entendendo sua participação nas lutas de massas como apenas uma sucessão de fracassos, o que não corresponde à verdade. Torna-se necessário lembrar - para que não se perca a necessária relação com o movimento vivo - que o PCB, pela sua atuação nas lutas populares, particularmente nas lutas anti-imperialistas e nacionalistas, foi um partido presente e influente no movimento de massas da década de 50. Também com relação

(3) Para Dinarco Reis, a proposta do 'Manifesto' não sensibilizou nem os próprios militantes. "O bom senso e a experiência política muito mais amadurecida dos militantes do partido, não permitiram que os erros se repetissem e as diretivas mais radicais e idealistas desse manifesto foram sendo relegadas ao esquecimento". Reis, op. cit., p. 88.

ã atividade sindical, a partir da correção de sua orientação, a situação evolui para assinalar aos comunistas um papel importante na mobilização operária dos anos seguintes.

Características Gerais

A nova orientação do trabalho de massas do partido, inaugurada com o Manifesto de Janeiro de 48, é marcada pelo radicalismo das propostas, pelo sectarismo no trabalho com outras correntes políticas, pelo voluntarismo das ações e pelo triunfalismo e otimismo exagerado na avaliação de suas forças e do movimento de massas. Essa sua política aventureira e irresponsável trará sérios prejuízos ao movimento de massas praticamente em todos os setores de atividades.

Para o PCB, o movimento popular e operário está em ascenso em 48. Os documentos partidários são unânimes em afirmar que o 'Manifesto de Janeiro' marcou uma virada na situação e que, a partir dele, as várias frentes de trabalho - paz, movimento sindical, movimentos populares, mulheres, movimento estudantil e camponeses passaram a apresentar uma reação significativa e positiva. Citam de 250.000 a 300.000 trabalhadores em greve em 48, em lutas que variam do aumento de salários ao abono de Natal (4). Há manifestações também no campo, com greves, lutas pela posse da terra, invasões de latifúndios, etc. Para Marighella, em sua resenha dos principais acontecimentos de 48, o ano fechou em alta e o de 49 promete ser melhor. (5)

Uma das idéias básicas neste momento é a de que as mas-

(4) Grabois, Maurício. "Mobilizar as Grandes Massas para Defender a Paz e Derrotar o Imperialismo e a Ditadura", Problemas nº 20, jan/fev. 50, p. 24. Iguais cifras estão em Telles, Jover. O movimento sindical no Brasil, Vitória, Rio de Janeiro, 1962, p.53.

(5) Marighella, Carlos. "Nossa Política", Problemas nº 16, jan. 49, p. 3 a 11.

sas querem lutar, só esperando a orientação do partido para lançar-se à luta. Por isso, algumas de suas propostas para este período 48/51 vão ter muitos traços espontaneístas. A direção mesmo reconhece, mais tarde, que, quando lançaram o Manifesto de Agosto, julgaram que a simples propaganda deste documento seria suficiente para levar as massas à luta. Conjugando este desejo das massas com a política de miséria e repressão do governo e com o avanço mundial das forças democráticas e socialistas, paralelamente ao reconhecido baixo nível de organização das massas no país, eles criam a figura da superioridade potencial: "Em nossa terra é evidente a superioridade potencial das forças que lutam contra a guerra e o imperialismo, mas, por se acharem ainda dispersas e desorganizadas, não oferecem a necessária resistência à reação". (6)

Sua atividade fundamental deve então dirigir-se para a organização destas forças, mas uma organização que, pela gravidade do momento que se atravessa, não vai prescindir da ação, sob o lema "Organizar para lutar e lutar para organizar". Partem da idéia de que só com a experiência prática advinda das lutas as massas adquirirão consciência de sua força, perderão suas ilusões na política burguesa e compreenderão a necessidade da luta pela libertação nacional, contra o imperialismo e pela paz.

As lutas privilegiadas devem ser aquelas "que possam determinar modificações políticas e sociais de envergadura, que marquem o início da libertação nacional do jugo imperialista e a liquidação das bases econômicas da reação". (7)

-
- (6) Resoluções do Pleno do Comitê Nacional de fevereiro de 51. "As tarefas atuais dos comunistas na luta pela paz e a independência nacional". Problemas nº 33, mar/abr.50, p.3.
- (7) Prestes e outros membros do Comitê Nacional - "Sobre os informes e resoluções da III Conferência do Bureau de Informações". Problemas nº 24, jan/fev. 50, p. 7.

Influenciados pelo exemplo dos países asiáticos (China, Viet-Nam, etc.) dirão que a luta armada se torna cada vez mais o principal instrumento de libertação nacional dos países coloniais e dependentes. Sua organização para a luta passa pela constituição de Comitês da Frente Democrática de Libertação Nacional nas fábricas, bairros, nos campos, etc. Procuram criar um espírito de luta, de resistência, de enfrentamento com a polícia. Advertem para que não se tema a luta aberta com a polícia e a reação. Especialmente no campo, onde a reação estatal é menor, deve-se incitar claramente os camponeses para que tomem as terras e as defendam de armas na mão. Na cidade, porém, é preciso um pouco mais de cuidado, organizando as massas em cima de reivindicações imediatas, devido ao maior controle do Estado e dos patrões. (8)

Os instrumentos privilegiados para a luta agora são bem diferentes dos utilizados durante o período de vida legal do partido: "Em vez de telegramas, abaixo-assinados e memoriais, precisamos apelar para formas de luta mais altas, para as ações e demonstrações de massas, para as greves de protesto, a fim de atingir nossos objetivos". (9)

A partir de 51/52, embora o tom geral de preparação para a luta insurrecional continue predominando, moderam-se os excessos radicais na atividade prática cotidiana. Agora, toma-se cuidado com a preparação dos movimentos e seus encaminhamentos; inicia-se, a nível sindical, uma aliança com os trabalhistas que, todavia, será formalizada somente após a morte de Vargas. Com a virada no trabalho sindical, há um descompasso entre seu trabalho no movimento operário e de massas em geral, que enfatiza a

-
- (8) Arruda, Diógenes. "Nosso Partido, nossa tática, nossas tarefas atuais". Problemas nº 33, mar/abr.51, pp.39-40.
 (9) Prestes, L.C. "Como enfrentar os problemas da revolução agrária anti-imperialista", Problemas nº 9, p. 41.

unidade e as alianças no interior do movimento e sua proposta política geral que mantêm-se em acirrada oposição à Vargas até o momento de sua morte (10). Em 54, é curiosa sua decisão de participar na campanha eleitoral e tentar a legalização do partido, ao mesmo tempo que propõem a imediata formação de uma frente para a derrubada do poder constituído, em seu Programa do IV Congresso.

Neste período, a luta pela paz vai aos poucos aumentando sua expressão e participação, como luta distinta e separada das demais no interior das propostas do partido, enquanto a formação da FDLN e seu exército passa a ser apenas uma referência sem reflexo no trabalho prático.

Dois pontos vão ser privilegiados nesta nova orientação: a unidade do movimento, como forma de conseguir a formação da frente única das forças revolucionárias, especialmente no terreno sindical (11), e a organização das massas, seja de forma classista (comissões de empresas, sindicatos, associações, comissões intersindicais), seja de caráter popular, através das várias organizações encarregadas da luta pela paz, petróleo, eleições, anti-imperialismo, etc. Um traço será comum a todas elas: a organização pela base, com caráter reivindicatório e sua unificação em grandes associações nacionais, com evidente caráter político.

-
- (10) Chilcote diz que o PCB e o PTB já teriam uma 'aliança tácita' no meio sindical desde 52 e que esta aliança tornar-se-ia mais ou menos oficial em 54, já antes da morte de Vargas. Cita como comprovação disto o fato do Manifesto de 19 de maio do partido em 54 não ter criticado Vargas nem o governo. Consultando sua fonte de referência (Problemas nº 57), no entanto, constatamos as críticas de sempre ao governo e a Vargas: "O governo Vargas não vacila... para impor à nação sua infame política de traição nacional..." (p.5); "Nos 3 anos do governo Vargas já foram assassinados pela polícia diversos trabalhadores..." (p.6); "O Sr. Getúlio Vargas subiu ao poder com a pretensão de conseguir enganar a classe operária... para melhor servir a seus amos americanos" (p.7).
- (11) A orientação é de unidade a qualquer preço. Veja-se o informe de Marighella, em Problemas nº 65.

1. Movimento Operário e Sindical

A periodização do movimento sindical do partido não acompanha a mesma trajetória de sua proposta política geral, havendo uma dessincronia de movimentos. Enquanto sua nova linha vai se delineando aos poucos, a partir de janeiro de 48, atingindo o ápice do radicalismo em 50 e mantendo-se em linhas gerais até 54, a linha sindical correspondente, já em 48, inicia com uma política extremamente radical e sectária, de enfrentamento, para ir moderando-se aos poucos, até ser modificada em bases mais realistas em 51/52.

De 48 a 51, as principais inovações com respeito ao trabalho no movimento sindical são o incentivo e fomento às greves e a utilização de 'métodos mais diretos de luta'; o repúdio à política sindical do governo - o que vem a desembocar no paralelismo sindical, e o sectarismo em relação às demais correntes existentes no movimento operário.

De 52 a 54, a orientação comunista será de volta aos sindicatos, a preocupação com um trabalho unitário dentro da classe, maior cuidado no preparo e desencadeamento de movimentos grevistas, o que vai levá-los a êxitos significativos, inclusive aumentando sua penetração nas grandes indústrias. (12)

a) Organização

O 'Manifesto de Janeiro' propõe a organização do movimento sindical "dentro das organizações já existentes, ou, no caso de isto ser impossível, por meio de novas organizações profissionais nos próprios locais de trabalho" (13). Formalmente,

(12) Prestes, L.C. "As eleições presidenciais de 55 e as tarefas de nosso partido". Informe ao Pleno do Comitê Central de março, Problemas nº 66, abril 55, p.33.

(13) Prestes. "Como enfrentar os problemas da revolução agrária e anti-imperialista", Problemas nº 9, p. 39.

portanto, não é descartada a participação dos sindicatos oficiais, mas certamente ela é relegada a um segundo plano, pois o princípio básico da organização do movimento operário, para o partido, são os organismos apoiados na fábrica ou local de trabalho, sejam estas associações profissionais paralelas ou simples comissões de salários, de greve, etc. Este princípio básico permanece, mesmo depois que o partido retoma o trabalho nos sindicatos oficiais, só que aí com o caráter de criar órgãos de apoio aos sindicatos nas fábricas, os Conselhos Sindicais. (14)

Já em 49, eles reconhecem que o trabalho de organização sindical 'por fora' dos sindicatos oficiais não foi propriamente coroado de êxito. Em breve autocrítica, Grabois afirma: "Durante este período, pouco fizemos para organizar sindicalmente a classe operária, não tendo surgido dos movimentos grevistas, com exceção de dois ou três casos, fortes organizações de caráter sindical apoiadas nas empresas". Os comunistas, propõe eles, devem combater e desmascarar a burocracia ministerialista e lutar pela liberdade sindical, mas sem abandonar os sindicatos. (15)

A época que lançam o 'Manifesto de Agosto', o Comitê Nacional volta a advertir sobre a necessidade de trabalhar nos sindicatos ministerialistas e recomenda a participação nas eleições convocadas pelo Ministério, com a finalidade de ajudar os trabalhadores a se organizarem nos locais de trabalho, desencadear suas lutas e desmascarar as manobras oficiais. A participação, porém, é condicionada a não apresentação do Atestado de ideologia, o que tornaria difícil ser efetivada, pois o movimento operário está em baixa no momento, existindo ainda a política

(14) Resolução do Comitê Nacional de julho de 52 - "Ampliar a organização e a unidade da classe operária". Problemas nº 42, set/out. 52, p. 16.

(15) Grabois - "Mobilizar Grandes Massas para defender a paz e derrotar a imperialismo e a ditadura". Problemas nº 20, p.29.

repressiva e intervencionista de Dutra com relação aos sindicatos. É uma proposta dúbida e contraditória, que reflete seguramente a luta interna que se travava no PCB para a modificação da linha sindical.

A autocrítica completa sobre o trabalho nos sindicatos e a organização de associações paralelas será feita em documento do Comitê Nacional de julho de 52, mas, desde um ano antes, eles baixam uma nova orientação visando à participação de fato nos sindicatos controlados pelo Ministério do Trabalho e pela defesa da unidade do movimento sindical. (16)

O documento, embora reconhecendo a justeza da crítica ao atrelamento sindical, por ser nocivo aos interesses operários, contrapõe: "os atuais sindicatos constituem, no entanto, a organização existente da classe operária e é partindo deles e através da luta e de um amplo trabalho de esclarecimento e educação das massas que ajudaremos a classe operária a melhor organizar suas fileiras e a conquistar um movimento sindical efetivamente seu, independente dos patrões e do governo". (17)

Criticam também o não aproveitamento do momento eleitoral para trabalhar os sindicalizados e apoiar os operários mais combativos para as eleições. Consideram terem sido sectários ao condicionar sua participação nas eleições à não apresentação do atestado de ideologia.

Enfim, resumem desta forma seu trabalho no movimento sindical da época: "Não lutávamos na verdade pela conquista dos sindicatos para a classe operária. Dizíamos que não devíamos

(16) Esta resolução não consta na revista, mas é citada em outros artigos, por exemplo em Problemas nº 35, João Amazonas: "Pela Paz, pela Libertação Nacional" informe da Comissão Executiva ao Pleno do CN de julho de 51, onde é prevista uma volta ao trabalho nos sindicatos oficiais.

(17) Resolução do Comitê Nacional de julho de 52, op.cit., p. 15.

perder nenhuma oportunidade para neles trabalhar, ma, ao mesmo tempo, chamávamos indistintamente de 'pelegos' e de agentes do Ministério do Trabalho a todos os que participavam nas direções dos sindicatos e dizíamos que nada os trabalhadores poderiam esperar de semelhante organizações ministerialistas. Isto levava, como efetivamente levou, ao abandono do trabalho nos sindicatos, sem que simultaneamente tivéssemos conseguido maior êxito na criação de associações profissionais, capazes de levar, como supúnhamos possível, à organização independente do proletariado".

(18)

A volta aos sindicatos não significa o abandono do trabalho de organização nas empresas, que agora deve se dar através dos Conselhos Sindicais, como órgãos auxiliares dos sindicatos, multiplicando suas forças e dificultando a repressão contra o movimento sindical.

A orientação do partido era pela concentração dos seus efetivos nas grandes empresas e concentrações industriais. Nacionalmente, propunham a concentração do trabalho em São Paulo e Rio, dedicando também certa atenção ao Rio Grande do Sul, Pernambuco e Minas.

A partir de 49, eles se propõem a reviver a Confederação dos Trabalhadores do Brasil, colocando como urgente a unificação do movimento operário a nível estadual e federal, através de associações profissionais por ramos industriais ou setores de produção, das Uniões Estaduais e da CTB.

Os comunistas não sō voltam a trabalhar nos sindicatos, como realizam esforços no sentido de sindicalizar as massas operárias. Como resultado deste trabalho, podem declarar no IV Con-

(18) Idem, p. 14.

gresso que sua atividade nos sindicatos "melhorou particularmente depois de 52" (19) aumentando o número de sindicatos, de operários sindicalizados e de Conselhos Sindicais permanentes em várias empresas.

Como resultado da Greve dos 300 mil em São Paulo - 1953 desenvolvem-se comissões intersindicais que, a partir daí, vão ter importância fundamental no movimento operário até 64. Para J.A.Moisés (20), é a partir da Comissão Intersindical de Greve que vai se desenvolver toda a estrutura sindical paralela do período populista, com a função de estimular o funcionamento da própria estrutura sindical ministerialista e dar vida ao pacto populista entre PCB e PTB.

"Os comunistas se unem a todos os que queiram dar um passo à frente (...) não para se colocar sob a direção daqueles com os quais se aliam, mas para melhor desempenhar o papel de organizadores e de ativos e decididos defensores das massas" (21) dirá Marighella em abril de 55. A unidade de ação, com todos os trabalhadores e com as direções sindicais, será ponto-chave para a atuação dos comunistas de 52 em diante. Devido aos limites de nossa pesquisa, não nos é permitido avaliar a afirmação de Marighella. Mas, ao que parece, havia vários militantes com dúvidas a respeito desta orientação, pois a todo momento aparecem críticas oficiais contra as 'posições sectárias' que não aceitam trabalhar nos sindicatos, ou com outras posições políticas. A partir de 52, esta luta contra o sectarismo estará sempre presente em todos os documentos sobre a vida partidária e movimentos de

(19) Brasil, Ely. "O programa do partido e a atividade dos comunistas na luta pela unidade e a organização da classe operária". Problemas nº 64, dez/54 a fev/55, pa. 266.

(20) Moisés, José Álvaro. Greve de massa e crise política, Polis, 1978, pp. 93/94.

(21) Marighella, Carlos. Informe ao ativo nacional de dirigentes e ativistas sindicais do PCB, fevereiro de 55, Problemas nº 65, p.27.

massa, o que indica que deve ter sido grande a resistência.

b) Greve

Desde janeiro de 48, o partido maximiza o uso da greve como instrumento de luta para a classe operária. A greve serviria para elevar a consciência política da classe, experimentá-la nas lutas e organizá-la. A tática a ser empregada é de levantar as "reivindicações mais sentidas das massas", levá-las à greve por estas reivindicações e, no decurso da própria luta, politizá-las, ampliando as perspectivas do movimento.

Em agosto de 50, a direção coloca a urgência da ampliação e intensificação dos movimentos grevistas, cuja função é nitidamente política: "São movimentos desta envergadura que poderão, realmente, colocar em mãos da classe operária a iniciativa dos acontecimentos políticos em nossa pátria, educá-la rapidamente e erguer cada vez mais vigorosamente a sua combatividade. Trata-se de passar ao maior número de ações concretas das massas operárias contra a política de fome, de guerra e de traição nacional da ditadura de Dutra, pela paz, a independência nacional e por um governo democrático popular" (22). Instala-se no interior do partido uma ânsia pela deflagração de greves, a qualquer preço: "Todos os comunistas devem trabalhar infatigavelmente para o desencadeamento e organização de mais e mais lutas grevistas, de ações de massas maiores e mais vigorosas" (23). No interior do movimento operário, tal orientação gerou uma verdadeira epidemia de greves, muitas delas completamente artificiais e impróprias para o momento, resultando na 'queima' de quadros e

(22) Resolução do Comitê Nacional de agosto de 50 - "As tarefas atuais dos comunistas para a organização, a unidade e as lutas da classe operária". Problemas nº 30, out/50, p.11.

(23) Idem, p.12. Na p. 10 afirmam: "É preciso organizar o desencadeamento de greves e mais greves, mostrando sempre à classe operária que a greve é a melhor arma na defesa de seus direitos..."

e perda de prestígio do partido entre os operários (24). O singular nisso tudo é que, embora já em 49 eles reconheçam que esta tática não está dando os resultados esperados, só em fins de 51 surgirá a primeira oposição oficial à esta tendência em documento de João Amazonas ao Pleno do CC. Nele, após criticar a falta de cuidado com a preservação de quadros, sentencia: "...precisamos acabar com o nervosismo muito generalizado entre nós de querer arrancar lutas por cima de tudo..." (25)

Ora, o que ocorre é que para viabilizar sua proposta de organização sindical livre das interferências governamentais, o partido precisava que o movimento operário alcançasse um nível de mobilização e conscientização tal que permitisse a existência e legitimação destes organismos. Já foi visto que, para os comunistas, a greve teria esta função. Mas, além disso, nas condições de intensa repressão do movimento sindical do governo Dutra, a greve também teria uma função organizativa - trazendo e conscientizando novos elementos para a luta, dando respaldo aos trabalhadores mais combativos, permitindo o surgimento das associações e comissões de trabalhadores dentro das empresas, ou

(24) Maranhão, em seu livro já citado, dedica o capítulo IV ao estudo das greves deste período. Uma análise sobre as conseqüências desta orientação para a prática do partido é feita por Vinhas, op. cit., p.95: "...os comunistas passam a estimular todo tipo de ação grevista, independentemente de hora e lugar. Procuram tomar conta das direções sindicais e quando não conseguem, partem para o 'racha'. É evidente que tal postura encontrava resistências e criava atritos de várias espécies. Pretextando que a estrutura sindical vigente era atrelada ao Ministério do Trabalho, os comunistas rompem com ela e se lançam à construção de 'sindicatos paralelos'. Na verdade, estes só conseguem reunir pequeno número de associados, a maioria comunistas. Os sucessivos fracassos dessa política levam à desorganização das bases operárias do PCB, seja porque seus militantes trabalhadores são demitidos das empresas, seja porque os novos sindicatos se esvaziam. A prática divisionista não afeta apenas a classe operária, mas se repete onde quer que os comunistas atuem."

(25) Amazonas, João. "Multiplicar as forças do partido, melhorar nossos métodos de trabalho". Problemas nº 34, mai/jun 51, p. 41.

legitimando-as e reforçando-as, no caso das já existentes. Ironicamente, contudo, o resultado de sua tática foi exatamente o contrário do que esperavam, implicando na perda de posições e trabalho dentro das empresas, contribuindo para o refluxo do movimento. (26)

Com a volta ao trabalho nos sindicatos, os comunistas voltam a dispor de maiores espaços para seu trabalho e de outros canais de comunicação e afirmação de sua liderança sobre a classe, que não aqueles oriundos de sua atividade nas empresas e nos movimentos grevistas.

Assim, a greve agora passa a ser planejada, pensada e pesada em todos os seus fatores. "É necessário ter em conta que toda luta exige um conhecimento exato de nossas próprias forças, de nossos aliados do momento, dos aliados a conquistar ou pelo menor a neutralizar, das forças do inimigo, de seus agentes, de suas manobras. Cumpre ter sempre em mente que toda luta tem um fim. Nem sempre se pode fazer uma greve de duração ilimitada e é preciso sempre levar em conta como vai terminar a greve, assegurando a vitória por menor que seja" (27). Este texto faz parte do Informe de Marighella ao ativo sindical de início de 55. E, neste informe, após considerar que com as greves de 53 e 54, o movimento grevista atingiu um novo nível, mais elevado, Marighella enfatiza a função política dos movimentos grevistas, como fica perfeitamente claro no trecho acima citado. A escolha do

(26) Em Ricardo Maranhão, op.cit., encontramos testemunhos de militantes sobre os efeitos desta orientação, como por exemplo: "...nessa forma de luta nós... perdemos valorosos quadros sindicais com essa loucura. Elementos de empresas fundamentais eram despedidos, nos liquidavam a organização lá dentro, todos eram presos, torturados, etc...", p. 104. Para Elói Martins, "a política do 'Manifesto' só serviu para massacrar o partido, para liquidar o partido na fábrica". (entrevista à autora).

(27) Marighella. Informe ao ativo nacional de dirigentes e ativistas sindicais do PCB. Problemas nº 65, fev/55, p. 35.

momento, dos aliados, da hora de encerrar a greve vão constituir-se numa das preocupações centrais da orientação do partido quanto às greves, levando, em momento posterior, a subordinação das greves às alianças políticas do partido. (28)

Em termos indicativos, de 48 a 51, as 'reivindicações mais sentidas' da classe e em torno das quais deveriam ser organizadas as lutas, são aquelas relacionadas a condições de trabalho e salário, previdência e saúde e liberdade sindical. A essas, mais tarde se somaria a luta contra a carestia, elo de ligação entre as lutas operárias e as lutas populares. É interessante observar a evolução da luta pela liberdade sindical: em 49, é colocada como luta fundamental para o movimento operário a luta contra o imposto sindical, pois sua função seria sustentar os pelegos e manter a repressão no movimento sindical "sustentando as intervenções nos sindicatos, suprimindo a liberdade e autonomia sindicais e sufocando, assim, o livre direito à organização da classe operária". (29)

O documento que oficializava a volta ao trabalho nos sindicatos oficiais não deixava de propor a luta pela liberdade sindical e enfatizar os prejuízos oriundos da subordinação dos sindicatos ao Ministério. Já o informe sindical ao IV Congresso propunha "a defesa dos direitos contidos na Constituição, a defesa da Legislação Trabalhista e do sagrado direito de greve, a luta por eleições livres nos sindicatos, pela liberdade sindical, pela defesa do Seguro e da Previdência Social" (30). Mari-

(28) Um exemplo desta subordinação está nas memórias de Joaquim Celso de Lima, sobre o trabalho entre os mineiros de carvão no Rio Grande do Sul e a orientação do partido de segurar a greve da categoria para não atrapalhar suas alianças políticas em 56/57. Lima, Joaquim Celso. Navegar é preciso: memórias de um operário comunista. Ed. Diniz, São Paulo, 1984, pp. 71 a 101.

(29) Marighella, Carlos. "Nossa Política". Problemas nº 16, p.9.

(30) Brasil, Ely. "O programa do Partido e a atividade dos comunistas na luta pela unidade e a organização da classe operária", op. cit. p. 232.

ghella, em 55, propõe que o imposto sindical "passe para os sindicatos e seja empregado em interesse dos trabalhadores". (31)

Não pretendemos aqui entrar na discussão sobre a melhor forma de se levar adiante a luta pela liberdade sindical. Mas concordamos com Weffort, quando considera o imposto sindical como "a condição fundamental da dependência dos sindicatos" ao Estado, pois é ele que justifica a fiscalização governamental sobre recursos oriundos do seu poder tributador, o que termina estendendo-se a toda atividade do sindicato. (32)

Por outro lado, a sua manutenção é considerada por juristas como "nefasta ao movimento sindical por criar disputas entre as entidades pelo recebimento de parcelas maiores do tributo e contribuir para manter a figura do pelego". (33)

Outro evidente indício da regressão do partido na luta pela liberdade sindical é a "defesa da legislação trabalhista", tal como colocada no Informe Sindical, pois esquece-se sua própria natureza de controle, sua inspiração fascista, em nome da defesa de alguns de seus pontos que interessam aos trabalhadores. Assim, a legislação mais se apresenta como uma conquista da classe, que se deve aperfeiçoar, através da inclusão da liberdade sindical e do direito de greve. Por outro lado, a proposta de controle do imposto pelos sindicatos é a volta do partido à antiga proposta do Movimento de Unificação dos Trabalhadores, em 1945.

(31) Marighella. Informe ao ativo nacional de dirigentes e ativistas sindicais do PCB. fev.55, Problemas nº 65, p.32.

(32) Weffort, F. "Origens do Sindicalismo Populista no Brasil", op. cit., p. 84.

(33) Lobo, Eugênio R. Haddock. "A organização sindical brasileira e os direitos do Homem". Encontros com a Civilização Brasileira, nº 13, julho de 1979, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, p. 69.

2. O Movimento no Campo

Em sua teoria, os camponeses são os aliados fundamentais da classe operária; assim, é natural que o partido se preocupe profundamente com esta frente de trabalho, ainda mais que ele se constituía num partido basicamente urbano. (34)

Para o período 48/50, o partido assinala "um ascenso nas lutas camponesas, sob a direção do nosso partido" (35). Ocorreram dezenas de greves entre trabalhadores de usinas e assalariados agrícolas por questões salariais. Houve lutas em alguns locais, destacando-se a luta armada de posseiros em Porecatú, com a duração de 9 meses. Noticiam também movimentos de protesto contra preços dos arrendamentos, invasões de latifúndios, etc. Em 51/52, com o agravamento da seca no nordeste, começam a acontecer casos de invasões e saques de cidades pelos retirantes. Durante estes anos, consideram que o sectarismo prejudicou muito o trabalho no campo, mas, após as correções de 52 no trabalho partidário, e após o IV Congresso, o trabalho no campo intensificou-se e diversificou-se. (36)

O trabalho dos comunistas, quanto à organização dos cam-

(34) Fernando Azevedo, em estudo sobre as Ligas Camponesas, conta que as primeiras ligas surgiram depois de 45, quando o Partido Comunista passa à legalidade e pode iniciar uma atuação no campo, até então impedida pela repressão. Estas ligas eram subordinadas politicamente ao partido, e "do ponto de vista organizacional, eram muito mais apêndices da estrutura unitária e centralizada do PCB do que uma entidade de massa ou um instrumento corporativo com vida própria". Expandindo-se e crescendo rapidamente durante o período de legalidade do partido, elas, contudo, tendem a desaparecer após a Cassação do registro do PCB, pela repressão dos grandes proprietários e seus jagunços. Azevedo, Fernando. As Ligas Camponesas. Paz e Terra, RJ, 1982, pp. 55/56.

(35) Santos, Oto. "O programa do partido, a questão agrária, a organização e a luta dos camponeses", informe sobre o trabalho no campo ao Congresso, Problemas nº 64, p. 248.

(36) Santos, Oto. "O programa do partido, a questão agrária, a organização e a luta dos camponeses", op. cit., p. 249. Exemplos desta diversificação e da aplicação prática desta nova orientação, estão em artigo de Marighella, em Problemas nº 71, pp. 50 a 59.

poneses, será no sentido de organizá-los em associações, Ligas, Irmandades, etc., levando-se em conta a própria situação de cada local (37). Já em 54, vão dedicar-se mais à formação de sindicatos rurais para trabalhadores assalariados, a grande massa mobilizável do campo. As primeiras tentativas de unificação do movimento, ainda em 49, são abafadas pela repressão policial (38). Em 53, conseguem realizar uma Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas e Camponeses, e, no ano seguinte, nova Conferência cria a ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, além de elaborar uma carta de direitos dos trabalhadores no campo. Houve também conferências no nordeste, de trabalhadores e flagelados. Para a organização sindical do campo, a ajuda dos sindicatos operários urbanos foi importantíssima (39) contribuindo para a convocação das Conferências, solidariedade mútua em suas lutas, etc.

Contudo, não deixam de existir debilidades, imensas massas não politizadas no campo. A maior parte destas debilidades é atribuída a 2 fatores: sectarismo e subestimação da frente de trabalho no campo.

Obviamente, ao longo destes 6 anos, a orientação para o trabalho no meio rural varia, seguindo as modificações da orientação política geral. São 4 os documentos mais especificamente

-
- (37) Segundo Azevedo, op. cit., p. 57, poucas foram as associações que sobreviveram à desarticulação ocorrida em 47 e se mantiveram durante o período 48-54.
- (38) Em 49 tentou realizar-se um Congresso camponês em Santo Anastácio, mas foi dissolvido a bala pela polícia (ver Gracbois, Problemas nº 20) e no ano seguinte, novamente foram frustradas as tentativas de sua realização em Capinópolis.
- (39) Santos, Oto. "O programa do partido, a questão agrária, a organização e a luta dos camponeses", Problemas nº 64, dá notícias de que foi com o apoio dos sindicatos urbanos, subscrevendo a convocatória do Congresso de Trabalhadores Rurais e ajudando materialmente na preparação e realização da Conferência. A II Conferência foi realizada no parque Ibirapuera e contou com o apoio do governo do estado de São Paulo.

ligados ao movimento no campo: o informe de Grabois, em 49, que nos dá uma visão do trabalho inicial; o documento de Arruda, em 51, influenciado por uma perspectiva de luta armada no campo; o informe sobre o trabalho no campo ao Congresso e o texto de Marighella de um ano depois. Nestes dois últimos, encontramos uma maior preocupação com a organização e estreitamento da aliança campo-cidade. (40)

O texto de Grabois reconhece o atraso em que se encontra o trabalho no campo, mas considera que a miséria, o regime semi-feudal e a política de Dutra criam condições para a radicalização das massas camponesas. Propõe que o partido destaque quadros para viver e trabalhar entre os camponeses, procurando entender suas aspirações básicas e levá-los à luta por elas. A reivindicação central do partido é a posse da terra, mas como "não devemos impor reivindicações que não são por eles ainda sentidas" (41) deve-se lutar inicialmente por reivindicações 'mais imediatas', como, por exemplo, melhores condições de trabalho e de contrato de arrendamento, abolição de vales e barracões, diminuição dos impostos e fretes, garantia de preços mínimos, crédito barato, etc. Para os assalariados agrícolas, as reivindicações são aquelas comuns à classe operária.

Com o 'Manifesto de Agosto', onde o partido se propõe a tomada do poder, torna-se necessário, segundo Arruda, "uma reviravolta em nosso trabalho prático, no sentido de ganhar, para a revolução e para uma estreita aliança com a classe trabalhadora,

(40) Grabois, Maurício. "Mobilizar as grandes massas para derrotar o imperialismo e a ditadura", Problemas nº 20; Arruda, Diôgenes: "Nosso Partido, nossa tática, nossas tarefas atuais", Problemas nº 33; Santos, Oto: "O programa do partido, a questão agrária, a organização e a luta dos camponeses", Problemas nº 64 e Marighella, Carlos: "O 1º aniversário do IV Congresso do Partido e as nossas experiências no trabalho de campo", Problemas nº 71.

(41) Grabois, Problemas nº 20, p. 39.

as massas de milhões de trabalhadores rurais e de camponeses" (42). Consoante com esta visão, as resoluções do Pleno do Comitê Nacional de fev. 51 decretam: "Nossa tarefa consiste em levantar e dirigir lutas camponesas em torno da reivindicação central de 'terra para os camponeses' em ligação com a luta pela abolição de todas as formas semi-feudais de exploração... juntamente com a luta contra a expulsão da terra, por menores taxas de arrendamento, e demais reivindicações diárias e imediatas...(43). Note-se que sequer mencionam lutas específicas de interesse dos assalariados agrícolas, englobadas nas genéricas "...e demais reivindicações diárias..."

Citando como exemplo a experiência chinesa e de outros países do sudeste asiático, Arruda propõe a luta aberta e armada no campo, pela posse da terra, justificando-a com o argumento de que, no campo, a reação estatal é geralmente mais fraca e a brutalidade dos opressores feudais desperta os camponeses para a luta. As organizações do partido entre os camponeses devem trabalhar para levá-los à luta, o que, nesta proposta, prescinde de um prévio trabalho de conscientização e acumulação de forças: "Precisamos mesmo dizer aos camponeses - mas dizer de verdade, através do trabalho direto e persistente das organizações do partido, e não simplesmente pela propaganda escrita... - que tomem as terras e que defendam os seus interesses de armas na mão. O camponês pode ser o mais atrasado e analfabeto, jamais ter ouvido falar de comunismo, mas quer a terra e cabe a nós convencê-lo que para ter a terra o que deve fazer é tomá-la. Incumbe a nós dizer-lhe: - tomar a terra pela força. É nessa ação que ele compreenderá coisas que até agora não podia compreender. Evidentemente, cabe aos operários e mais particularmente a nós comu-

(42) Arruda, Problemas nº 33, p. 37.

(43) Resoluções do Pleno do Comitê Nacional de fev. 51, Problemas nº 33, p. 7.

nistas, ensinar aos camponeses como lutar, ajudá-los e dirigi-los nessas lutas. O que é indispensável é que os camponeses, através da ação prática de nosso partido, vejam e sintam que é efetivamente a classe operária a única força capaz de dar-lhes a terra..." (44)

Esta posição é plenamente endossada pelo documento do Pleno do CN de 51, praticamente com as mesmas palavras.

A proposta de desencadear ações armadas no campo serve para dar o exemplo a outros camponeses e também para que o partido adquira experiência na condução de lutas revolucionárias de massas (45). Assim, o campo é usado como uma espécie de laboratório para a prática do partido.

A principal experiência de guerrilha será a de Porecatú, onde posseiros lutarão contra grileiros, resistindo durante nove meses, com a participação e apoio do partido. De 53 a 64 desenvolve-se uma interessantíssima experiência (não mencionada em Problemas) com a participação comunista no norte de Goiás, onde se estabelece a República de Tromba Formoso, definido como "estado popular e socialista", com Constituição, governo e exército próprio e que promoveu uma reforma agrária na região. (46)

Após 52, farão autocrítica desta orientação geral para o campo, pelo seu sectarismo, pelo privilegiamento apenas das 'formas de luta mais elevadas', especialmente luta armada, deixando de lado as pequenas reivindicações. Tanto o informe ao Congres-

(44) Arruda, Problemas nº 33, p. 39, grifos nossos.

(45) Isto se torna claro no seguimento mesmo do texto de Arruda, quando ele, após ter colocado para o campo a questão da luta armada, afirma que o partido deve adquirir "experiências vividas no fogo da luta" para poder guiar as massas no caminho revolucionário. p.41.

(46) Azevedo, op. cit., p. 57. Cita reportagem do Jornal da Tarde (11/07/71) de São Paulo sobre a República de Tromba-Formoso.

so, quanto o documento de Marighella atribuem importância fundamental à articulação entre o movimento operário e o movimento camponês, que principiava a se fazer sentir. A ajuda da classe operária é considerada imprescindível para organizar e mobilizar as grandes massas atrasadas do campo (47). O Informe sobre o trabalho no campo ao Congresso orienta no sentido de basear-se o trabalho entre os assalariados agrícolas, camponeses pobres e sem terras, mas sem esquecer o camponês rico. Procurar formar associações e sindicatos rurais, fortalecer a ULTAB e utilizar todas as formas de luta, até os abaixo-assinado, como o de apoio à reforma agrária.

A luta armada continua a fazer parte das expectativas de Prestes em relação ao campo (48), embora, significativamente, não seja sequer mencionado no informe ao Congresso.

3. A Campanha pela Paz

Esta é uma das frentes de trabalho considerada como das mais importantes pelo partido, que, entretanto, nunca conseguirá enraizá-la entre o movimento de massas, ficando esta tarefa sempre na dependência direta do esforço dos militantes do partido e flutuando ao sabor de sua orientação política. Se em 49 ela é considerada a luta fundamental, em 50 ela é posta em segundo plano pelo privilegiamento da formação da FDLN, prevista pelo 'Manifesto de Agosto'. Concentrando novamente as atenções e

(47) Veja-se o seguinte trecho do informe sobre o trabalho no campo, ao Congresso: "Na verdade, só é possível mobilizar e organizar as massas atrasadas e dispersas de assalariados agrícolas e camponeses, recorrendo a ajuda direta das organizações da classe operária, mobilizando-as e aos seus líderes para realizarem um amplo trabalho organizativo e de esclarecimento entre os assalariados agrícolas e camponeses". (p. 249).

(48) Em 54, Prestes ainda acha possível que, devido as condições especiais do campo, logo estourem movimentos armados, que o partido deve incentivar. Prestes: Discurso de encerramento do IV Congresso, Problemas nº 71, nov/dez.55, p.21

esforços do partido em fins de 51, será novamente relegada no trabalho prático em 54, com a agitação em torno do programa e dos acontecimentos da vida política nacional.

Como proposta fundamental dos soviéticos para o movimento comunista internacional do período da guerra fria, a luta pela paz ficará na dependência dos desígnios da diplomacia e da política externa soviética. Assim é que, se de 48 a 50 ela pode ser entendida por alguns PCs (como o brasileiro) como uma proposta de paz ofensiva, de luta contra o imperialismo guerreiro e opressor, a partir de 51, com a entrevista de Stalin (49) ela vai ser entendida como proposta de 'alargar ao máximo o período de paz', como uma proposta pacifista frente aos horrores da guerra.

Em decorrência deste novo entendimento da luta pela paz, ela perde aqui no Brasil seu caráter ofensivo e globalizante, para ser considerada uma luta específica, que deve ser levada de forma distinta e isolada das demais para não cair-se na sectarização e no isolamento.

Esta luta será sustentada através de grandes campanhas de coleta de assinaturas (Apelo de Varsóvia, de Estocolmo, Apelo do Conselho Mundial de paz). Paralelamente, também, os comunistas desenvolvem intensas mobilizações contra acordos e tratados entre o Brasil e os EUA (especialmente Acordo Militar) e contra o envio de soldados à Coréia, bases militares ianques no Brasil, etc.

No terreno organizativo, procurarão organizar Comitês pela Paz em todos os demais setores do trabalho, bem como Con-

(49) Em entrevista ao Pravda, Stalin prevê que a guerra não é inevitável, se os povos souberem lutar pela paz. Ver sua entrevista em Problemas nº 34, pp. 46 a 50.

gressos e Conferências pela Paz e, por fim, criarão o Movimento Brasileiro dos Partidários da Paz, pretendendo torná-lo um movimento amplo, aberto, preocupado exclusivamente com a garantia da paz mundial.

Serão criados Comitês pela Paz em quase todos os municípios importantes de cada estado, ao lado do Comitê Estadual. Graças a atividade destes organismos e o apoio do Partido, a luta pela paz alcançará destaque entre as campanhas populares do período.

4. As Outras Frentes de Trabalho

As demais frentes de trabalho do partido consistiam no movimento de jovens e feminino, na luta anti-imperialista, em defesa do petróleo, contra a carestia e, ao final do período, na participação nas eleições.

O movimento feminino já em 51 tinha conseguido fundar sua entidade unificadora nacional, a Federação Nacional de Mulheres, mas sempre careceu de maior expressão no período, talvez em virtude da própria orientação do partido para este setor. Na verdade, o PCB assinalava para o movimento feminino o papel de auxiliar do partido no desenvolvimento das grandes campanhas gerais. Assim é que, em 49, Grabois (50) define como principal luta para o movimento a luta pela paz. Posteriormente, as mulheres serão um dos sustentáculos principais da luta contra a carestia. Além disso, as organizações femininas eram instrumentalizadas pelo partido, transformando-se, às vezes, em simples or-

(50) Grabois, ao mesmo tempo critica a transformação de algumas organizações femininas em meros órgãos de fachada, cujo trabalho se resumia em promover conferências e palestras com comunistas, sobre petróleo, paz, etc. Segundo ele, o sectarismo provocou também o desaparecimento de organismos femininos, que se dedicavam a auxílio mútuo contra carestia (corte e costura, vendas de gêneros, etc.), Grabois, Problemas nº 20, p. 31 e 32.

ganismos de fachada para promover seus interesses partidários.
(51)

Idêntica sorte está reservado ao movimento específico para a juventude. Este movimento localizava-se principalmente entre os jovens de classe média e estudantes. O movimento estudantil será ativo no período, patrocinando inúmeras greves e fazendo parte das campanhas e manifestações de protesto contra o imperialismo, pela defesa do petróleo, e pela paz. Esta última também será considerada sua principal tarefa. Sua organização se dará através da União da Juventude Comunista (UJC) e da UNE (União Nacional de Estudantes).

A campanha de defesa do petróleo foi um dos movimentos de massas mais destacados durante estes anos, com repercussão nacional e acentuado caráter nacionalista e anti-imperialista. Congregando várias classes e setores, contando com organizações de massas nas capitais dos estados e nos municípios mais importantes, esta campanha é considerada pelos comunistas como "o ponto de partida para a construção da frente nacional contra o imperialismo". (52)

A campanha se desenvolve através de manifestações, conferências, protestos, realização de Convenções e evolui até a formação de um Centro em defesa do Petróleo. É vitoriosa com a

(51) Nos documentos do Congresso, vai ser comum a crítica contra a subestimação do trabalho feminino pelos próprios militantes do partido, a negativa até de mulheres comunistas em participar do movimento feminino. Ver, especialmente, Problemas nº 64, intervenção de Iracema Ribeiro ao Congresso, pp. 263 a 269. Outra de suas denúncias, depois endossada por alguns membros do CC, é sobre a mentalidade machista dos próprios militantes do PC. Uma interpretação na mesma linha, das relações entre o partido e o movimento de mulheres, pode ser visto em entrevista de Zuleika Alembert, do atual Comitê Central do partido, a Miriam Abramovay e Elisabeth Souza Lobo, publicada no jornal EM TEMPO nº 89, 8 a 14/11/79, p. 11.

(52) Grabois, Problemas nº 20, p. 43.

formação da Petrobrás em 53, graças aos esforços concentrados de comunistas e trabalhistas.

Quanto às lutas populares, concentraram-se, na maioria, em lutas anti-imperialistas (contra empresas estrangeiras, contra missões americanas, contra o envolvimento na guerra da Coreia, contra o Acordo Militar Brasil-EUA) e na luta contra a carestia, pela anistia a presos e perseguidos políticos, pela democracia e independência nacional.

Foi neste tipo de lutas - populares e nacionalistas - que o PCB conheceu seus maiores triunfos durante aqueles anos, mobilizando expressivos contingentes sociais e alcançando significativas vitórias. (53)

A tática do PCB com relação a estes movimento foi a mesma: formar organismos de base que se enraizem nos bairros, fábricas, campos, etc., e levem à luta pelas pequenas reivindicações. No cume destes organismos, implanta-se uma organização unificadora a nível nacional, de caráter poli-classista (especialmente com a participação de setores médios) com forte influência comunista. Tal é o caso do Movimento da Panela Vazia (MPV) da Liga de Emancipação Nacional (LEN), do Movimento Brasileiro dos Partidários da Paz (MBPP) e, em inícios de 55, do Movimento Nacional Popular Trabalhista (MNPT). Estes organismos, (exceto o MBPP) seriam utilizados posteriormente para suas ambições elei-

(53) Para Vinhas, op. cit., p. 96, são estas campanhas especialmente a luta pela paz e a do petróleo - que permitem ao partido manter "algumas franjas de sua política ligadas à realidade do país" e o impedem de "desaparecer como força política efetiva" no período do Manifesto de Agosto. Paulo Cavalcanti descreve a atuação de um parlamentar comunista durante estes anos e sua participação nestas campanhas e lutas populares. Cavalcanti, Paulo - O caso eu conto como o caso foi - Da coluna Prestes à queda de Arraes. Memórias. Ed. Guararapes, Recife, 1980, 3a. edição.

torais. (54)

A questão eleitoral, praticamente negligenciada em 50, vai ser novamente retomada em 54, quando o partido se propõe a reconquistar sua legalidade e participar da campanha eleitoral. Entusiasmados com as perspectivas que a aliança com os petebistas abriam para a atuação parlamentar, o partido aposta fundo nas eleições de 54 e na eleição presidencial de 55, onde apóia Juscelino. (55)

(54) Ver, por exemplo, a intervenção de Marighella ao IV Congresso sobre eleições, onde ele defende a idéia que os comitês eleitorais se "revistam da forma" de comitês da Panela Vazia, levantem algumas reivindicações específicas e, por fim, retirem candidatos e elaborem programas com a participação do Comitê. Também cita o fato de um candidato do PTB ter-se eleito em 54 baseando seu programa na Carta de Emancipação Nacional e formando núcleos da Liga pelo Interior. Marighella, Carlos. "O programa do partido, as experiências das eleições de 3 de outubro e as nossas tarefas para a campanha eleitoral de 55", p. 212 e 214, Problemas nº 64.

(55) Veja-se a extensão de sua importância no seguinte trecho do informe de Arruda a reunião do Pleno do Presidium em fev/55: "Como patriotas e democratas mais consequentes, devemos lançar todas as forças de nosso partido na campanha eleitoral... Qualquer tendência abstencionista, a menor manifestação de desinteresse pela campanha eleitoral traduzem o pior sectarismo e a total incompreensão do programa do partido, constituem um crime contra a classe operária, contra o povo e os supremos interesses da nação. A campanha eleitoral é, nas circunstâncias atuais, o elo principal a que devemos nos agarrar para impulsionar as atividades do partido em todos os terrenos". Problemas nº 65, p. 12.

CAPÍTULO V

O PARTIDO E SEUS MILITANTES: AS ESTRUTURAS INTERNAS

a - O Militante e o Dirigente

... "os debates continuaram em torno de outras questões, mas durante alguns momentos eu fiquei alheio a tudo. Compreendia de súbito, conforme a realidade iria demonstrar, que não havia elementos novos, não havia condições novas, que favorecessem a legalização do PCB. Talvez o objetivo deles fosse apenas fazer cessar os ataques contra a Direção, inventar um falso motivo de entusiasmo. Mas, o assunto morreu. Outro tema estava em discussão já. Os camaradas aparteavam, contra aparteavam e eu, absorto, imaginando comunistas a "arrancar" greves nas fábricas com palavras-de-ordem pela legalidade do PCB e depois vários operários sendo demitidos e passando fome por causa desta aventura de alguns dirigentes nossos: pensava nos jovens estudantes a realizarem comícios-relâmpago e serem presos e espancados pela Polícia por causa de uma agitação inútil..."(1)

Este trecho de Peralva retrata sua estupefação, sua indignação quando descobre a forma incoseqüente e irresponsável como a direção propõe campanhas, sem embasamento, sem dados con-

(1) Peralva, Osvaldo - op. cit. p.222/223.

cretos e precisos sobre o assunto. Estas suas decisões, para serem postas em prática, vão precisar do trabalho dos militantes do partido, especialmente de suas organizações de base e, muitas vezes, podem implicar em mudanças na vida destes colaboradores dedicados, seja pela perda do emprego, prisão, ou até mesmo morte, em certos casos.

Ao mesmo tempo que tomam cuidados até excessivos com os dirigentes, mantidos em segurança e na clandestinidade (Prestes é o maior exemplo, tendo passado 9 anos em clandestinidade absoluta), os quadros médios e de base são expostos, de forma muitas vezes totalmente irresponsável, à ação da polícia e à repressão dos patrões. Na verdade, existe no interior do partido, entre seus quadros dirigentes, uma prática - não-oficial, mas efetiva - de descaso com o militante de base, de falta de cuidado com a preservação de quadro no movimento de massas, de menosprezo com a segurança do militante e o resguardo de sua vida pessoal e profissional (2). Resultado, em parte, da política geral do partido - especialmente com a orientação ofensiva e radical do 'Manifesto': 'desencadear mais e mais greves', iniciar a luta armada no campo, etc. - esta é uma característica marcante das relações entre direção e bases no período de 48 a 54, sem que isto implique em negar sua existência anterior ou sua persistência após esta data.

Esta prática não é privilégio da direção máxima, mas contamina todo o partido. Em documento que procura combater esta tendência, Amazonas (Problemas n. 34)) relata o caso exemplar

(2) Para Elói Martins, a política do 'Manifesto' "foi uma tempestade no que restou do Partido", servindo "para atirar aqueles elementos mais combativos nas garras da reação, enfrentar a polícia. Então houve muitas mortes, muitas pressões, daqueles elementos mais combativos, não daqueles que ficavam em cima, mas daqueles que ficavam em baixo e iam enfrentar a polícia. Aqui no Rio Grande do Sul então, foi uma barbaridade de gente que morreu..." - entrevista à autora.

de um militante enviado a um Congresso internacional como delegado e que, na volta, é obrigado por seus superiores a prestar contas de sua delegação aos colegas no portão de entrada da fábrica, sob os olhos da guarda e dos patrões. Despedido, recorre ao partido em dificuldades financeiras e este o manda 'se virar' sozinho. Em outros organismos, os dirigentes insistiam para que os militantes vendessem o jornal do partido no próprio local de trabalho, e não nos bairros operários, o que era considerado 'oportunismo' (3). Pela falta de quadros, o Partido sempre era obrigado a 'pôr no fogo' qualquer militante, mesmo novato, o que impedia a consolidação de seu trabalho na fábrica, a implantação do militante e a afirmação de sua liderança frente aos colegas e, no limite, comprometia o próprio trabalho de base no movimento operário.

Ao mesmo tempo que diz combater os erros mais gritantes de tal prática, a direção dá o exemplo: em editorial do nº 32, propõe, entre outras medidas, a ida de operários com suas famílias, em comissão, ao Congresso e à Imprensa, como forma de protestar contra o processo movido a Prestes, em 51. Não é preciso ser profeta para adivinhar quais as conseqüências, para os operários, de sua participação em tais comissões, naquele contexto (4).

Mas as bases também tinham seus mecanismos de auto-defesa, embora precários, como parecem demonstrar as 'incompreensões' totais ou parciais da política do partido, a recusa em pôr em prática determinadas orientações (havia candidatos do partido, por exemplo, que, em 50, se recusaram a atacar Vargas em seus comi-

(3) Amazonas, João - "Multiplicar as forças do partido, melhorar nossos métodos de trabalho". Informe ao Pleno de fev. de 51. Problemas nº 34. Estes fatos são facilmente comprováveis nos testemunhos de militantes do período.

(4) Gonçalves, Altamiro: - "O proletariado e a defesa de Prestes". Problemas nº 32, jan/fev. 51, p. 5.

cios), a resistência velada em encaminhar decisões partidárias quando estas extrapolassem as fronteiras do trabalho cotidiano e normal de militância. No limite, chegava-se à saída do partido - simples abandono da limitância, sem crítica, às vezes sem comunicação, totalmente informal e individual - meio pelo qual o PCB perdeu milhares de militantes, especialmente de 47 a 50, alguns até altos dirigentes partidários, como Milton Cayres de Brito, membro do Comitê Central e do Comitê Estadual de São Paulo(5).

É fácil entender o que ocorria com o partido, recém saído de um período de grande prestígio, em que sua atividade era legal, e sua orientação moderada e conciliadora o preservava de maiores choques com outras forças sociais e com o aparelho repressivo da sociedade. De repente, este partido começa a ser reprimido, sua atividade é considerada ilegal, seus partidários são presos, perseguidos, e a polícia impede seu funcionamento, batendo, prendendo, até matando. Pela lógica do comportamento moderado do partido no período de 'abertura' devia-se esperar que na 'fechadura' ele se preocupasse com o trabalho de resistência à repressão, de resguardo de suas posições no movimento de massas e de preservação dos quadros. Pois bem, é justo neste momento que o partido adota tática completamente diferente, de luta aberta, de ofensiva contra o governo, e ordena a seus militantes um comportamento ativo de enfrentamento, através da tirada de greves, participação em manifestações de protesto, passeatas, etc.

(5) Basbaum - Uma vida em seis tempos. 210/211. Basbaum diz que ele saiu desiludido com a política do partido e com os dirigentes. Arruda (Problemas nº 39 - "Reforçar a vigilância revolucionária, tarefa vital do partido" 61) diz que Cayres de Brito deixou a militância por covardia ante a repressão policial. Este tipo de abandono puro e simples da militância, visto não haver sequer explicação dos motivos, em nada contribui para o crescimento ou incentivo do processo de discussão interna, permitindo ambas interpretações.

Esta política só poderia enfrentar enormes resistências entre seus militantes, tanto por parte daqueles, a grande maioria, sem formação marxista, que haviam entrado no partido movidos pela mística do 'Cavaleiro da Esperança' e sob o impacto da atuação na guerra; quanto por parte daqueles que já possuíam experiência anterior em trabalho de massas e não concordavam com os métodos impostos pela direção. Os primeiros, rapidamente desiludidos, caem fora já diante dos primeiros golpes da reação. Os outros, em sua maioria tentam continuar, buscando adaptar-se e sobreviver aos novos ventos desfavoráveis.

Quanto à direção, esta registrava estes fenômenos internos como 'desvios direitistas' de formas variadas: passividade, oportunismo, tendências reformistas, incompreensão da linha política. As causas eram atribuídas, mais uma vez, à 'influência pequeno-burguesa' e, também, à falta de nível político-ideológico dos militantes. Daí as 'soluções' que encontra: 'bolchevizar' o partido, privilegiando o recrutamento de operários e selecionando elementos proletários para as direções intermediárias (pois é possível que os operários errem, uma ou duas vezes por inexperiência, admitiam, mas seu instinto de classe os fará acertar enfim) e com a criação de escolas e cursos para elevar o nível ideológico dos militantes, das bases à direção. Paralelamente, tomam-se medidas para a expulsão das fileiras daqueles elementos que se recusam a pôr em prática a política - que eles não discutiram - tomada por uma direção - que eles não elegeram.

O partido passou, assim, de 200 mil membros em 47, antes da cassação, a 20 mil apenas depois do 'Manifesto' (6).

(6) Vinhas, Moisés - Op. cit., p.130. Esta cifra coincide com a apresentada por Rodrigues, Leôncio Martins: op. cit. p. 413, nota 128, que tira este dado de Leandro Konder: A Democracia e o Comunistas no Brasil. Rio, Graal, p. 93.

Mas o descaso com o militante não se restringia a não buscar sua preservação frente à repressão. Ia mais longe e tomava formas bem diferenciadas. Excessivas eram as tarefas postas sobre seus ombros, pouca ou até prejudicial a assistência que recebia para o desempenho de suas funções. Os dirigentes buviam pouco e mandavam muito' e a discussão política na célula (ou organismo de base, como será chamada após 54) era pouca ou inexistente. Vejamos um pouco das memórias de um operário comunista :

"Naqueles tempos passados, as tarefas eram tantas e os controles também. À OB em que militava, chegavam jornais em quantidade muito superior às forças de que se dispunha para a venda. Para imaginar o absurdo, onde havia 3 militantes chegava-se a receber uma quantidade de setecentos jornais aos domingos,... E isso, quase sempre ao meio-dia de domingo... Mesmo que o companheiro entrasse numa empresa para trabalhar e esta empresa fosse importante, recebia tarefas para colocar jornais imediatamente, tanto jornais sindicais como os do Partido. Não adiantava muito o militante alegar a impossibilidade de tal façanha, mostrando que os operários não gostavam de receber material de pessoas que ainda não dispunham de sua confiança, além de que o militante operário se expõe a todo e qualquer elemento de reação..." (7).

Sobre as relações com os dirigentes: "Em muito prejudicou a má seleção dos assistentes, que deveriam dar conhecimento da situação das organizações de base, demonstrando capacidade de trabalho. Em alguns casos cometiam verdadeira dissolução nos organismos. Pouco ou nada adiantava a crítica de baixo para cima, pois elas seriam sempre encaradas como comodismos de nossa parte" (8).

(7) Lima, Joaquim Celso de- "Navegar é Preciso", ed. Diniz, S. Paulo, 1984, p. 134/135.

(8) Lima - op. cit. p. 49.

"Quando recebi do partido a tarefa de ir trabalhar nas minas como operário revolucionário, me foi prometida uma discussão da importância que teria para o partido meu desempenho no setor... Até hoje estou esperando pela discussão, a qual seria tanto política quanto informativa. A assistência que recebia, longe estava de ser confortadora para o meu melhor desempenho. Os companheiros que para lá iam, estavam sempre com muita pressa e quase sempre desinformados do que realmente eram as minas ... Quando era anunciada a presença de algum assistente...a frequência era total. Nas reuniões normais, somente os 'pés-de-boi' apareciam. Mas os assistentes não se tocavam de que aquela frequência se referia à sua presença... Assim, quero entender que nunca as informações que subiam para as direções eram aquelas que expressassem toda a realidade, mesmo que fosse a dura verdade" (9).

É interessante notar que todos os fatos relatados por ele sucederam não no início do período analisado, mas por volta de 54, onde, a julgar pelos sucessivos documentos da direção sobre o assunto, as relações e o tratamento dispensado às bases já era um pouco melhor.

Mas voltemos a Amazonas, em 51: "as direções, e em particular os órgãos superiores de direção pouco ouvem as bases e, em geral não conhecem sua opinião nem o verdadeiro sentimento das massas sobre toda uma série de problemas. Muitas vezes utilizamos métodos de imposição de tarefas, decretando de cima para baixo... métodos que determinam a própria falta de iniciativa dos organismos de base..." (10).

(9) Lima- op. cit. pp. 90/91.

(10) Amazonas, João - informe ao pleno de fevereiro de 51. Problemas nº 34, p. 36.

Era de estranhar que se esperasse das bases espírito de iniciativa, tratando-se da forma já analisada, não estimulando a discussão em seu interior, acumulando tarefas sobre seus ombros, exagerando a quantidade de reuniões partidárias, transformando-os em tarefeiros a serem constantemente surpreendidos pela mudanças na orientação do partido. Novamente, damos a palavra a Joaquim Celso: "Quando da morte de Getúlio Vargas, nos encontrávamos em franca luta contra os trabalhistas. De repente, houve uma tarefa expressa para a mudança de comportamento diante daquela massa: recomendaram-nos a ligação nas bases de todas as organizações religiosas, qualquer que fosse sua crença, muito especialmente a nova tática com os trabalhistas. Isso causou um verdadeiro terremoto entre os militantes de base. Poucos se dispuseram a cumprir de imediato..."(11). E justamente as maiores críticas quanto à 'falta de iniciativa das bases' vão se dar pelas suas posições frente aos acontecimentos de 24 de agosto de 54. A direção, para não reconhecer que sua política em relação a Vargas estava errada, preferiu fazer de conta que tudo estava dentro da sua previsão e que a culpa era dos demais organismos do Partido, os quais não souberam compreender e interpretar corretamente os acontecimentos(12).

Mas voltemos mais uma vez à política com os militantes de base. Eram tão grandes as exigências que sobre eles pesavam que muito poucos assumiam verdadeiramente o trabalho do parti-

(11) Lima, op. cit. pp.48-49.

(12) Reis, Dinarco - op. cit. p. 84: "Quando as decisões ou a linha de ação traçada resultavam em êxito, este era atribuído à 'sábia' capacidade da direção: quando, porém, as resoluções não se cumpriam ou fracassavam a responsabilidade era debitada ao Partido, que não as havia assimilado devidamente ou não soubera aplicá-las, ou, também, às massas, não suficientemente politizadas... "As principais vítimas desses desajustes, eram quase sempre, os quadros e as Direções intermediárias

do. Em 55, Amazonas estima que apenas 10% dos efetivos do partido sejam ativistas (13), o que é muito pouco em relação às necessidades partidárias. A maior parte dos militantes afastava-se da vida partidária pelo número demasiado de exigências que ameaçavam sufocá-los. Vejamos o testemunho de um dirigente de base: "Não era à toa que o partido vinha perdendo excelentes quadros, todos estourados logo no início da militância por causa da obsessão de Gino. Ele lhes impunha tarefas penosas, às vezes impossíveis, envolvendo-os numa incessante atividade partidária como se a última batalha pela revolução estivesse sendo travada. Eram subtraídos ao convívio do lar, à roda de amigos e até à realidade cotidiana, e transformados em instrumentos de uma revolução que só acontecia na cabeça de Gino. No começo, resistiam, amparados no idealismo que os trouxera ao Partido. De repente, caíam na realidade: a revolução estava longe e a vida não se resumia só na azáfama partidária. Então debandavam, disfarçadamente, rareando a presença às reuniões da célula, pretextando doenças, viagens urgentes e outras desculpas" (14).

Se fosse possível fazer uma pesquisa com estes ativistas do partido, certamente se chegaria à conclusão de que, com poucas exceções, eles se deixaram absorver tão completamente pelas tarefas partidárias que nem sequer possuíam vida pessoal, casa, família. Os personagens do livro de Félix não possuem e, quando tentam iniciar uma vida privada, o partido interfere (15).

(13) Amazonas, João - "Reforcemos as organizações de base do nosso partido" - intervenção especial feita em nome do Presidium ao Pleno ampliário do Comitê Central do PCB de janeiro de 56. Problemas nº 72, jan/fev. 56. pp. 71 a 83.

(14) Nunes, A.C. Félix - "PC Linha Leste" ed. Livramento, S. Paulo, 1980. p. 44.

(15) Veja-se, por exemplo, no livro de Félix Nunes, o capítulo "Comportamento inquisitorial" (pp. 71 a 73) onde relata como foi interrompido seu namoro com uma companheira, pela direção do partido. Na p. 45, relata fato semelhante, acontecido com outra militante, que terminou por deixar o partido.

Joaquim só vai casar-se quando fica temporariamente afastado de suas atividades políticas, fracassando, porém, seu casamento quando retoma sua militância. Gregório Bezerra passa todos seus anos de clandestinidade afastado da família (16).

Na verdade, onde arranjar tempo para a vida particular em tal esquema partidário, acrescido ainda das freqüentes e excessivas reuniões? Novamente Joaquim: "As reuniões quase diárias, venda de jornal todos os domingos, um labro sem fim, estafante. Vi centenas de companheiros entrarem e saírem pelo excesso de tarefas... Eu ficava atônito com tantas reuniões, quase todas justificadas em palavras, mas a verdade é que tomava todo o tempo dos trabalhos concretos. Sábados e domingos era uma loucura. Reunião sábado à noite; domingo, venda de jornais pela manhã e reunião de tarde, e, à noite, sempre havia um motivo para as famosas reuniões dominicais, que coroavam as da semana"(17).

Situação interna do partido

Como já dissemos, o partido perde numerosos elementos com a cassação de registro e, depois, dos mandatos. Também tem que passar por um período de reestruturação e adaptação à vida clandestina. Para Basbaum, o partido esteve praticamente desestruturado em São Paulo, por essa época, existindo apenas o Comitê Estadual e alguns organismos regionais, além de Círculos de Amigos, órgãos com a função apenas de arrecadar dinheiro(18). Isso, no entanto, não é confirmado por nenhum outro autor, refletindo

(16) Sobre Joaquim ver seu livro já citado p.170. Sobre Gregório, ver Memórias segunda parte - 1946-1969. Civilização Brasileira, Rio, 1979.

(17) Lima - op. cit. p. 44.

(18) Basbaum, Leôncio - "Uma vida...", p. 218.

talvez mais uma interpretação pessoal de Basbaum que considera o partido neste momento como uma gigantesca máquina arrecadadora de dinheiro.

Mas a situação do partido era realmente crítica em 51. Sua estrutura funcionava apenas precariamente: "As células existentes são, na sua maioria, de bairro. Nas empresas, onde está concentrada a classe operária, não é satisfatório o número de nossas células e, em muitos casos, existem apenas ligações. Há ainda certos municípios industriais, onde o Partido goza de largo prestígio, mas onde não temos células de empresa estruturadas. No campo, poucos organismos de base funcionam entre os assalariados agrícolas e camponeses, mesmo tratando-se de regiões onde o prestígio do partido é grande.

"O partido não está realizando suas tarefas fundamentalmente através de seus organismos de base, não está atuando suficientemente nas empresas e junto às massas. O que atua em geral são as direções intermediárias - os Comitês Distritais nas grandes cidades e os Comitês Municipais no interior - apoiados em grupos de ativistas. Ou, o que é pior, quando tarefas importantes e urgentes são levantadas, como por exemplo, a campanha eleitoral, o que existe de organizado é em grande parte posto praticamente de lado e o Partido atua através de grupos de ativistas. O partido ainda vive em função de campanhas e não há atividade permanente nas células" (19).

A política de quadros segue critérios injustos, de favorecimento de amigos e aliados, ou de promoção daqueles que têm maior facilidade de expressão, embora hajam quadros mais antigos e fiéis. Há casos de perseguição a quadros que se indispõem com seus dirigentes. As células são subestimadas, o nível de dis-

(19) Amazonas, J. informe ao Pleno de fevereiro de 51. Problemas nº 34, p. 35.

cussão dentro do partido é muito pequeno, em 51 nem 50% das células haviam discutido o último informe da direção após 4 meses. O nível ideológico do partido é muito baixo, das bases à direção, sendo que as bases confundem-se com a massa.

Em 55, o panorama do partido, visto pelo mesmo autor, já é outro: o partido recrutou milhares de novos membros, consolidou sua estrutura, afirmou as células como órgãos essenciais do partido, está presente nas principais indústrias do país e elevou o nível de seus militantes através dos vários cursos e escolas existentes. Contudo, ainda apresenta velhas debilidades, como o descaso com o militante de base, a excessiva centralização (que tem, como outra face da moeda, a falta de iniciativa das bases) o burocratismo, o não-controle do trabalho desenvolvido, etc(20).

O resultado dos cursos e escolas partidárias fica aquém do esperado. Em primeiro lugar, pela baixa qualificação dos professores, tanto em teoria quanto em didática. Segundo, pelo material dos cursos e pela inexistência de hábitos de estudo entre os participantes (21).

b - Os mecanismos de controle interno

..."Por que o partido se transformou nessa máquina de

(20) Amazonas, J. - intervenção ao Pleno de janeiro de 56. Problemas

(21) os cursos desenvolvidos eram muito pobres em termos de literatura. Em 55, propõe-se um curso de 3 dias sobre Programa e Estatuto do Partido para novos militantes ou antigos, que ainda não tenham feito nenhum curso. O material dos cursos eram livros de Stálin - História do PC (b) da URSS, folheto "O Partido", sua biografia e, mais tarde, serão indicadas suas Obras Completas. De texto não stalinista, apenas o Manifesto do Partido Comunista é indicado, junto com os textos citados anteriormente (menos as Obras Completas) como bibliografia para um curso médio (7 dias).

forjar unanimidades contra a opinião destas mesmas unanimidades?"

Agildo Barata, 1957(22)

É nossa intenção, neste ponto, buscar a resposta para esta pergunta que Agildo se fez há quase 30 anos. Interessa-nos saber como sua estrutura e seu funcionamento interno permitem à direção controlar tão fortemente toda a vida partidária. Um pouco disto já vimos em capítulos anteriores, mas de modo desorganizado. Vamos agora analisar os vários elementos que compõem os mecanismos internos da manutenção do poder da direção.

Discutiremos aqui dois tipos de mecanismos: os político-administrativos e os ideológicos.

O primeiro inclui aqueles relativos à própria estrutura do partido, seus princípios básicos de organização, seus estatutos; inclui também os pretensos 'vícios' ou 'degenerações' deste modelo, tais como o burocratismo, a centralização exagerada, os critérios de seleção injustos, até o menosprezo as bases, a falta de canais de discussão, etc.

Quanto aos segundos, examinaremos aqueles mecanismos mais sutis de dominação ideológica, tais como o culto a personalidade, a 'crítica e auto-crítica', o desenvolvimento de um 'espírito de partido' e traços de personalidade e comportamento mais comuns numa seita que num partido pretensamente baseado no marxismo-leninismo. É lógico que esta divisão é um tanto arbitrária, pois todos estes fatores interrelacionam-se, concorrendo para o resultado final.

Iniciaremos analisando os mecanismos administrativos, o primeiro entre eles sendo o Estatuto e os princípios de organi-

(22) Barata, Agildo - Vida de um Revolucionário-Memórias. Alfa Omega, São Paulo, 1978, 2ª edição, p. 362.

zação que o informam.

1 - Os mecanismos político-administrativos:

Sobre os Estatutos

O projeto de Estatutos é apresentado em janeiro de 54, sendo aclamado no IV Congresso, em novembro, com pouquíssimas modificações. Havia, em sua composição, forte influência dos princípios orientadores dos Estatutos do PC US, aprovados no XIX Congresso (23).

A principal modificação é a introdução do princípio da direção coletiva, entendida como funcionamento regular dos organismos do partido e a discussão e tomada de decisões. Este princípio, apenas implícito no Projeto, foi explicitado no art.13 do novo Estatuto.

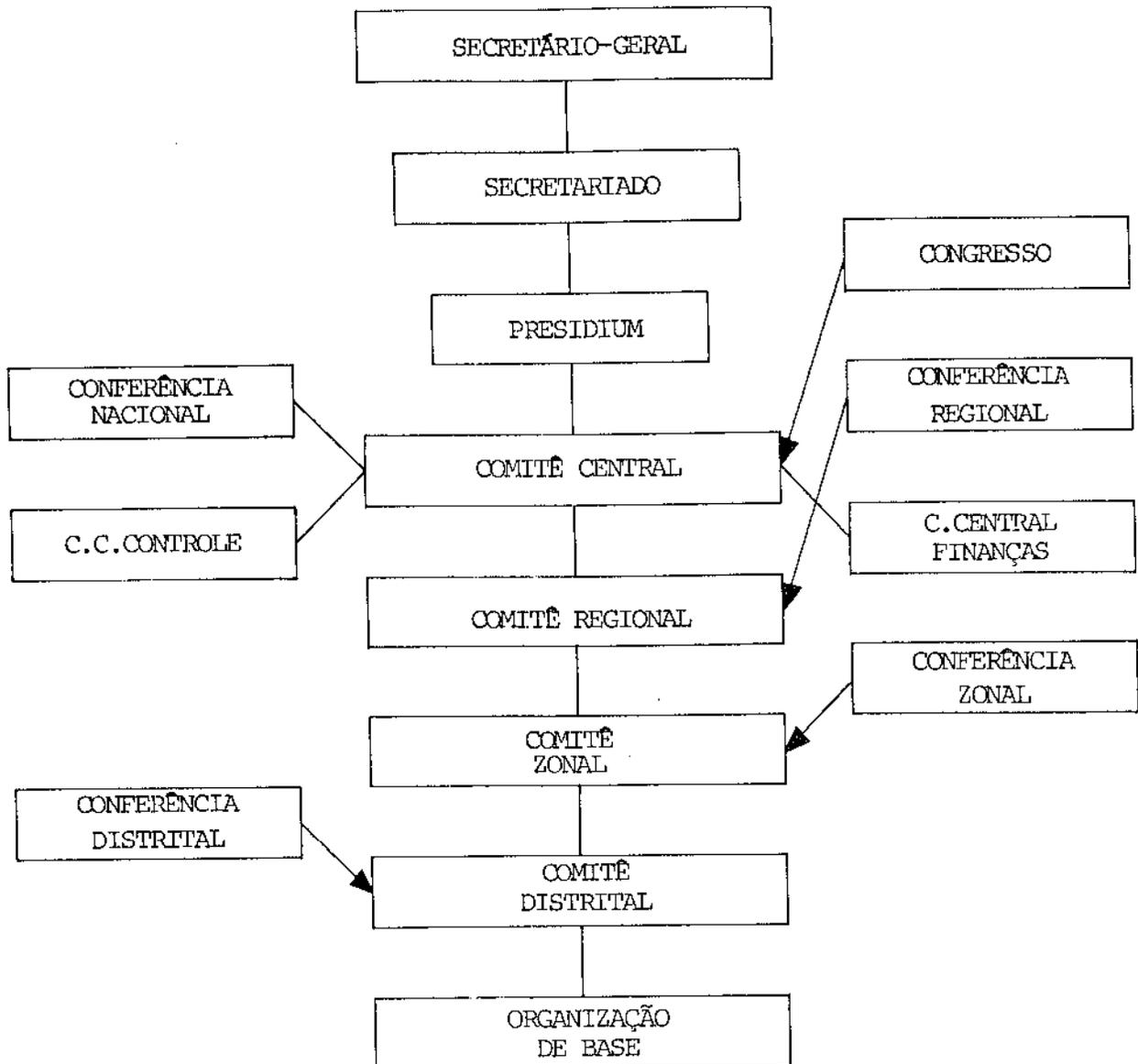
Houve modificações na nomenclatura em relação ao antigo Estatuto. Substituiu-se Comitê Nacional por Comitê Central, Comissão Executiva por Presidium e célula por organização de base.

As modificações na estrutura foram mais importantes: alterou-se a antiga estrutura, que respeitava as divisões administrativas do país, por outra, que melhor atendia às exigências políticas do trabalho do partido. Suprime-se um escalão dos organismos intermediários, na tentativa de aproximar a cúpula das bases (veja esquema na página seguinte).

(23) Confronte-se, por exemplo, o artigo de Nikita Krutchev "As modificações nos estatutos do PC (b) da URSS", pp.16 a 33. Problemas nº 44, com os Estatutos aprovados no IV Congresso do PCB e com o próprio informe de Amazonas a o Congresso sobre Estatutos. Problemas nº 64, pp. 171 a 193.

ESTRUTURA ORGANIZATIVA

PCB - 1954



Criam-se, ainda, dois novos órgãos, controlados pelo Comitê Central: a Comissão Central de Finanças e a Comissão Central de Controle. Esta última tem a função de investigar e vigiar a vida dos quadros de direção, examinar acusações contra eles dirigidas e verificar questões de caráter disciplinar que lhe sejam submetidas pelo Comitê Central (24).

O artigo 12 institui o centralismo democrático como princípio norteador da estrutura orgânica do partido, entendendo-o como a eleição de todos os organismos dirigentes do partido pelas bases, a prestação de contas periódicas dos dirigentes às bases, a disciplina rigorosa, com a submissão da minoria, e o caráter obrigatório das decisões dos organismos superiores para os inferiores. O modelo final de organização adotado é, conforme os princípios leninistas, altamente centralizador e concentrador de poderes no órgão superior, o Comitê Central (25). É uma estrutura hierárquica, com rígido controle dos órgãos inferiores pelos superiores, sendo que ao último reservam-se o direito de intervir nos órgãos subordinados (art. 48), e confirmar ou não as direções eleitas (art. 18).

(24) Um organismo dessa espécie já havia sido sugerido por Arruda, no episódio da luta contra Crispim. Ver Problemas nº 39 - "Reforçar a vigilância revolucionária, tarefa vital do Partido". p. 66.

(25) O modelo leninista de partido foi estruturado visando à formação de um partido bem diferente do burocrático e stalinista Partido Comunista do Brasil dos anos 50. Lenin referia-se a um partido de quadros com militantes extremamente qualificados, tanto teórica quanto praticamente, experimentados nas lutas políticas e que necessitavam trabalhar em condições de intensa repressão. Ver a este respeito Claudin, op. cit, especialmente capítulos 2 e 3 da primeira parte. Claudin, contudo, não deixa de notar "... pero esa concepción como lo vio con clarividencia Rosa Luxemburgo - llevaba consigo la tendencia al autoritarismo, a la dictadura del jefe, a la uniformización burocrática, a lo que, en una palabra, puede resumirse en el concepto de 'monolitismo'", (Claudin, op. cit. p. 87).

O Comitê Central é o órgão todo poderoso do Partido(26). Suas tarefas próprias já são amplas: aplicar as resoluções do Congresso e dirigir toda atividade do partido; zelar pela observância do programa e do estatuto; distribuir as forças do partido e cuidar das finanças; fixar o número de membros dos organismos dirigentes do partido; eleger seu Presidium e seu secretariado. São, ainda, tarefas suas controlar a imprensa partidária; criar as seções que julgar necessárias, nomeando e controlando seus membros; designar a Comissão Central do Controle e a Comissão Central de Finanças.

Um dos princípios do centralismo democrático, que dizem observar nos Estatutos, é a eleição, de baixo para cima, de todos os organismos dirigentes. Entretanto, este mesmo Estatuto outorga ao CC o direito de alterar estas direções subordinadas de várias formas: pela confirmação dos secretários eleitos dos comitês regionais; pela designação de membros para estes organismos em "ocasiões excepcionais" (art. 18); pela fixação do número de dirigentes dos órgãos partidários (art. 28); pela criação de Direções Políticas Especiais para atuarem em áreas importantes politicamente e onde o partido é débil; ou, ainda, enviar organizadores do Comitê Central, diretamente vinculados a ele, para es-

(26) O artigo 12 das condições de admissão dos partidos na Internacional Comunista dizia: "Los partidos pertenecientes a la Internacional Comunista deben ser organizados sobre el principio de la centralización democrática. En una época como la actual, de guerra civil encarnizada, el Partido comunista sólo podrá desempeñar su papel si es organizado del modo más centralizado posible, si es mantenida una disciplina de hierro quasi militar y si su organismo central está munido de amplios poderes, ejerce una autoridad inquestionable y cuenta con la confianza de los militantes". Los cuatro primeros congresos de la Internacional Comunista - primera parte. Cuadernos de Pasado y Presente, nº 43, ed. PYP, México, 1977, p. 113.
Na atribuição de tão grandes poderes ao Comitê Central e na montagem de uma estrutura tão rígida o PCB seguia as velhas determinações da extinta III Internacional. Em seu

tas mesmas áreas (art. 32) (27). Entre as medidas punitivas que podem ser aplicadas a toda uma organização do partido estão a repressão, reorganização parcial de seu organismo dirigente, ou sua dissolução total (art. 48). Estas medidas são tomadas pelo organismo diretamente superior, resguardado o direito de apelação.

O único órgão que tem poder sobre o Comitê Central é o Congresso, que, no entanto, é convocado por ele (de outra forma, só pode ser convocado por pedido de organizações do partido cujos efetivos representem 2/3 do total de militantes). A Conferência Nacional tem suas decisões submetidas à ratificação da direção, embora possa substituir até 1/5 dos membros efetivos do Comitê Central.

Além disso, o Comitê Central tem condições de modificar sua própria composição, seja excluindo do seu seio ou do partido alguns de seus membros, seja cooptando elementos para seu organismo. Desse modo, pode-se presumir que a estrutura interna do PCB permite, ao grupo que detém a maioria no CC, o controle de todo o partido. Sem esquecer que o Pleno do CC se reúne de 6 em 6 meses e que o partido é dirigido, neste intervalo, pelo Presidium (antiga Comissão Executiva) e pelo Secretariado, obviamente representantes daquela maioria.

Esta estrutura organizacional, ao colocar nas mãos do Comitê Central poderes suficientes para sufocar qualquer posição

livro já citado, Claudin descreve os prejuízos para o movimento comunista internacional após a 1ª guerra, causados por tal modelo organizacional e a forma como foi utilizado pelos dirigentes soviéticos.

- (27) Amazonas, em seu informe ao Congresso sobre o Estatuto, entende, contudo, que o CC tem o direito de enviar organizadores a todas as regiões de grande importância política (e não apenas àquelas onde o partido é débil) para atuarem nas empresas fundamentais. Segundo Amazonas isto "possibilita ao CC ligar-se direta e permanentemente com os núcleos, fundamentais da classe operária, transmitir-lhes seu pensamento". Problemas nº 64, p. 186.

divergente no interior do Partido, certamente não permite a existência de correntes ou tendências minoritárias consolidadas em suas fileiras, o que faz com que qualquer discussão se transforme em dissidência ou seja rapidamente abandonada, pela submissão à política oficial do partido(28).

Se a minoria realmente desejar se fazer ouvir, certamente terá que recorrer a outros canais que não as vias normais de encaminhamento de discussões dentro do partido (29). A comunicação interna horizontal é proibida e vista como indisciplina grave. Os canais internos do partido só permitem a comunicação vertical, o que dificulta sobremaneira a possibilidade de expressão e representação desta minoria. Se é assegurado a todo militante o direito de participar, em reuniões e na imprensa, da discussão sobre os problemas do partido; se tem o direito de apresentar sugestões, propostas e observações aos organismos partidários aos quais esteja ligado ou subordinado, também lhe é exigido que, após a resolução tomada, ele a cumpra, ressaltando-se o direito de apelação. Assim, a minoria permitida é apenas aquela eventual, passageira, não caracterizada formalmente (30).

(28) A própria história do PCB e de partidos dele derivados, como o PC do B está cheia de exemplos de cisões, de divergências, que sempre terminam com a expulsão ou saída voluntária dos dissidentes do partido, provando que este tipo de estrutura impossibilita a existência de correntes, ou tendências contrárias à orientação oficial em seu interior. Deixamos claro que, por estrutura aqui não falamos no leninismo que vigorou no partido bolchevique enquanto Lenin era vivo e sim de sua versão stalinista.

(29) Em 67, quando de sua estada em Havana, Marighella responde a um questionário da revista Pensamiento Crítico sobre suas divergências com o PCB. Nele, conta que, ao se lançar à luta dentro do partido contra as idéias da direção, teve que publicar seus documentos sem autorização "porque se os tivesse submetido à apreciação da comissão executiva, não teriam permitido sua publicação". Transcrito no Jornal Em Tempo nº 89, de 8 a 14 de novembro de 1979, p.12.

(30) Nesse período, temos dois exemplos diferentes a comprovar isto. O dissidente Crispim tentou 'correr por fora' dos canais normais de discussão, mantendo contactos pessoais com outros militantes e introduzindo clandestinamente documentos seus nas bases do partido, numa tentativa de contrapor-

Barata diz que "... Nos Partidos Comunistas, as 'manifestações coletivas' do Conde de Lippe receberam outro apelido: denominam-se grupismo ou fracionismo e são vigorosamente combatidas. O grupismo é combatido com a expulsão sumária dos militantes ou do organismo que o tenta ou manifesta. As ponderações pessoais são tachadas de manifestações de um 'individualismo pequeno burguês' estranho aos interesses da classe operária" (31).

A discussão sobre a orientação política do Partido só pode ocorrer quando sua necessidade for sentida pelo Comitê Central ou pela maioria dos organismos do Partido, e a própria forma de organização desta discussão tem o propósito de impedir a propagação das idéias da minoria, o que pode ser deduzido do texto do artigo 22: "A revisão ou discussão da política geral do partido em âmbito nacional deve ser organizada de modo a não permitir tentativas de uma minoria de impor sua vontade à maioria do partido, ou tentativas de constituir grupos fracionistas para romper a unidade do partido, ou ainda tentativas de cisão que possam minar a força e a capacidade de luta do partido". Mais adiante, continua "somente deste modo é possível garantir o Partido contra elementos anti-partidários e impedir que a democracia interna seja utilizada em prejuízo do partido e da classe operária" (32).

se ao grupo dirigente. Foi expulso. Já Fernando de Lacerda, durante a discussão do IV Congresso, utilizou-se dos métodos legais, de direitos estatutários, para divulgar suas idéias divergentes quanto à política e direção do partido, sua atitude frente à URSS. Contra ele, foram levantadas antigas acusações, sobre fatos passados, e, a pretexto do perigo que poderia representar sua participação no Congresso, devido às suas 'atividades suspeitas', ele foi excluído do CC, sendo pedida sua expulsão do partido. Em relação a ele, os direitos estabelecidos nos artigos 4 e 10 do Estatuto de nada valeram.

(31) Barata, A. op. cit., p. 367.

(32) Estatutos do Partido Comunista do Brasil. Problemas nº 64, pp. 151 a 170. Claudin, (op. cit., pp. 90-91) afirma que os stalinistas procuram controlar os conflitos internos dentro do partido de forma burocrática, administrativa. Pa-

Pelo texto do próprio artigo, fica claro que a concepção aí expressa de uma minoria, de idéias divergentes dentro do partido, não é a compreensão de um fato comum, saudável, louvável até, na medida em que indica o grau de crescimento ideológico e de politização dos militantes. Ao contrário, a divergência, quando não submissa, quando não reduzida à humilhação do militante através da crítica e auto-crítica; quando consubstanciada em corrente de opiniões diversas da oficial, é considerada maléfica, anti-partidária, prejudicial ao partido.

Sobre os 'vícios' do 'modelo' organizacional

Vimos que a concepção de partido expressa no Estatuto é extremamente autoritária; pouco tem de democrática, e instrumentaliza o grupo que mantém, ou venha a conquistar o poder no Comitê Central, com mecanismos suficientes para abafar toda oposição, tornando-se maioria e mantendo-se como tal em todos os organismos. Se, na teoria, os poderes eram muitos, na prática a situação se agrava, fosse pelas deturpações produzidas no modelo, fosse por fatores acidentais, como, por exemplo, a ilegalidade do partido e a clandestinidade de sua atuação, o que favorece o enrigecimento dos seus canais internos de discussão e comunicação em nome das questões de segurança.

A deturpação do modelo de organização, contudo, não era uma degeneração involuntária, imposta pelas circunstâncias repressivas; nem era, tampouco, característica daquela direção, como até hoje tenta-se afirmar (exemplo disso é a denominação de

ra tanto, convertem a unidade do partido em mito, em bem supremo e não estimulam o debate, a pretexto de evitar divergências que podem terminar em divisões.

"arrudismo" dada às práticas arbitrárias e autoritárias levadas a efeito naquela época). Como já frisamos, constituem-se, antes, em práticas comuns a partidos stalinistas e, em maior ou menor grau, a muitos outros partidos que adotam o leninismo como teoria de organização.

No caso do PCB, estes 'vícios' eram práticas, conscientemente estimuladas pela direção, como mecanismos de fortalecimento do seu poder pessoal, como já foi visto no capítulo II. Contudo, em alguns momentos, a utilização exagerada destes mecanismos levava, por fim, a situações de perda de eficiência do partido em suas atividades práticas, e, como tal, necessitava ser combatido, como se vê no documento de Amazonas em 51. No documento há queixas, por exemplo, de que a centralização do poder era tão exagerada no partido, que as reuniões dos organismos partidários "são apenas formais, incumbindo os secretários de todo o trabalho de direção"(33). O outro lado desta centralização exagerada é a falta de iniciativa política das bases, que torna todos os organismos dependentes da orientação do Comitê Central. Isto é altamente negativo quando acontecimentos imprevistos exigem uma pronta resposta do partido, como em agosto de 54, ou novembro de 55, no episódio que envolve o general Lott e Café Filho(34). Acostumados a esperar sempre pelas orientações superiores, as instâncias partidárias certamente não deviam primar pela agilidade na tomada de decisões que envolviam mudanças nas regras estabelecidas para orientação política(35).

(33) Problemas nº 34, p. 36.

(34) Café Filho licencia-se, assumindo Carlos Luz, como parte de um plano para afastar o ministro da Guerra, general Lott e impedir a posse de Juscelino. O plano fracassa porque Lott, ao invés de se demitir, dá um golpe preventivo demitindo o presidente Carlos Luz. Depois, o Congresso declara Café Filho impedido, vindo assumir a presidência Nereu Ramos até a posse de Juscelino.

(35) Segundo Antonio Pinheiro Machado Neto, advogado e ex-deputado estadual eleito pela legenda do PCB, em 1947, dentro

Por outro lado, esta centralização e a própria falta de iniciativa das bases é favorável à direção, pois, assim, ela não encontra contestações à sua prática de tomar decisões políticas (muitas delas importantíssimas) sem consulta nem aos organismos superiores do partido. (36)

Prestes, quando modificou a linha partidária em janeiro de 48, nem sequer consultou a totalidade da Comissão Executiva. Até abril de 49, a crítica à política de 'união nacional' não descera da Comissão Executiva para o restante do partido. (37)

O 'Manifesto de Agosto', ao ser divulgado, causou perplexidade e espanto entre os comunistas gaúchos, e muitos se perguntaram como poderiam sair às ruas sem serem presos, depois da divulgação deste documento (38). Mas para outros, além de surpresa, trouxe sérios problemas, como um processo por sedição, contra Prestes e alguns membros do Comitê Central. Otávio Brandão afirma que isto lhe valeu 8 anos de clandestinidade e 12 respondendo a processo, embora só tomasse conhecimento do 'Manifesto' após sua publicação. (39)

do partido não se estimulava a discussão, a última palavra era do partido e vinha através da imprensa partidária. Os comunistas ficavam sempre na dependência das determinações da direção, dependência essa que era encorajada pela própria direção. Entrevista a autora em 08/03/85 - P. Alegre.

(36) Reis, Dinarco - op.cit., p. 84: "As decisões políticas, elaboradas pelo secretário-geral em seu gabinete, chegavam (ou não chegavam) ao conhecimento dos membros do Comitê Central geralmente depois de publicadas, e sua fundamentação era apresentada pelos membros da Comissão Executiva ou do Secretariado, quando isso acontecia, segundo seus pontos de vista e interpretações pessoais".

(37) Prestes, L.C. - "Forjar a mais ampla frente nacional em defesa da Paz e contra o imperialismo", Problemas nº 19, p.67.

(38) Pinheiro Machado Neto - entrevista a autora em 08/03/85.

(39) Otávio Brandão - em entrevista a autora em 28/04/79. Rio de Janeiro.

Da mesma forma, a ausência de melhor nível teórico dos militantes é uma das melhores garantias da direção contra ameaças a seu poder. O menosprezo às bases é outra característica inerente à uma direção que não pretende incentivar a discussão política em seu meio(40). Temos provas suficientes de que a direção não enviava praticamente documentos para a discussão nas bases e sim apenas para assimilação e ação. Em outras palavras, os documentos que descem para as bases, quando descem, são documentos já aprovados pelo Comitê Central e que, portanto, descem não com o propósito de serem discutidos e, talvez recusados, mas sim para embasar a atuação dos militantes, para que estes compreendam como devem atuar de acordo com as diretrizes partidárias. O Projeto de Programa é um bom exemplo. Após a aprovação do projeto, Arruda ressalta a importância fundamental do Programa para as atividades comunistas e conclui: "hoje é dever primordial dos comunistas assimilar as idéias inteiramente novas e as teses formuladas no programa. Só assim será possível transformar o programa em realidade viva"(41). Note-se que até então o projeto não tinha sido visto pelas bases, somente agora, nos debates preparatórios ao Congresso, é que elas terão a oportunidade de se manifestar a seu respeito. Mas, enquanto o Congresso não ocorre, já é este programa que deve ser o orientador das atividades do Partido. Também são tomadas medidas para sua rápida difusão entre toda a população. A palavra de ordem é "ganhar todo o partido para o programa". Obviamente, este não é

(40) A respeito das relações entre o controle do poder e a elaboração do saber marxista dentro dos partidos leninistas, veja-se Sorj, Bernardo - "História e Crise da Produção da Verdade no Marxismo" in Novos Estudos Cebrap, Vol.2, nº 3, novembro de 1983, S. Paulo, pp. 25 a 34.

(41) Problemas nº 54 - editorial p. 2. É um relato da reunião do CC.

não é um programa para ser discutido e sim para ser cumprido, aprovado. As reuniões de discussão nas bases comprovam mais uma vez este fato. Basbaum conta das inúmeras manobras feitas pela direção, na célula de que participava, para conseguir a aprovação do programa(42). Vinhas lembra que Arruda chegou a dizer numa reunião plenária, precatória ao Congresso, que não tiraria nem uma vírgula do programa, pois este teria sido visto por Stalin(43).

Do centralismo democrático como proposta capaz de conciliar as necessidades de discussão com o imperativo da segurança, nada havia, exceto o nome do princípio inscrito no artigo 12 dos Estatutos. Predominavam as práticas autoritárias, os procedimentos arbitrários que, às vezes, iam mais além do que já lhes era permitido estatutariamente. Por exemplo, do Congresso são previamente aliçados, por meios variados, mas sempre anti-estatutários, todos aqueles que poderiam fazer críticas à direção e sua política, como era o caso de F. Lacerda, expulso do CC, proibido de candidatar-se a membro do órgão máximo do Congresso e dele participar. Ou Gregório Bezerra, impedido por Arruda - a quem fazia sérias críticas, de participar do Congresso, apesar de ter sido eleito delegado pela base(44). Mesmo o Congresso, peça básica no esquema do centralismo democrático, era uma exceção na vida normal do partido, pois há 25 anos não se realizava. Tirando os anos de maior repressão e desestruturação do partido, já haviam transcorridos 11 anos desde a Conferência da Mantiqueira, e o saldo de reuniões deliberativas do partido a nível geral, ex-

(42) Basbaum: "Uma vida ..." p.221-222. Entre as manobras estão: 1 - fazer reuniões de célula não existente, aprovar o programa e eleger um delegado; 2 - afirmar nas reuniões que o programa havia sido elaborado por 400 economistas de gabarito; 3 - afirmar que este havia sido aprovado por Moscou, tanto era verdade que havia sido publicado na revista Problemas da Paz e do socialismo, orientada pelo PC soviético.

(43) Vinhas: op. cit., p. 134 e 174 nota 1.

(44) Bezerra, Gregório - op. cit. vol.II, p. 117, 118.

ceto do CC, restringia-se a duas Conferências e uma tentativa de organização do Congresso, todos até 47. Portanto, haviam se passado 7 anos sem nenhuma reunião ampla e representativa do conjunto do partido.

Obviamente, a repressão era um fator limitante para a realização do Congresso. Certamente, foi a decretação da ilegalidade do Partido que impediu sua realização em 47. Mas, quando eles finalmente convocaram o Congresso, continuavam na ilegalidade e, segundo sua visão, sob um governo cruel, sanguinário e repressivo, como caracterizavam Vargas ainda em maio de 54, após a convocação do Congresso(45). Se, para eles, a conjuntura não mudara em 7 anos, não pode se utilizar a repressão como argumento para inviabilizar a convocação do Congresso no período anterior a 54, após, digamos, sua adaptação à clandestinidade. E, no entanto, tal não foi feito. Os próprios motivos pelos quais ele foi convocado afinal ainda não estão muito claros, mas uma pista, sem dúvida, está na cisão de Crispim. Crispim, entre outras coisas, reivindicara a realização do Congresso. Em sua saída, ele levou muitos militantes em São Paulo e sabe-se que andou fazendo um trabalho junto às bases do partido, com 'derrame' de documentos seus com críticas à direção. Talvez, portanto, a convocação do Congresso atendesse à necessidade de responder indiretamente às suas críticas e, também, consolidar a união do Partido ao redor da Comissão Executiva, ameaçado também pelas críticas de Lacerda.

Os cuidados de que é cercado o Congresso são características de quem se sentia ameaçado com a possível contestação do seu poder(46).

(45) Ver, por exemplo, a convocatória do partido ao 1º de maio de 1954 em Problemas nº 58, pp. 1 e 2.

(46) Dinarco, Reis - op. cit., nos dá mais detalhes sobre estes

Ainda há algo a dizer sobre a repressão. Sem dúvida, a repressão e a ilegalidade do partido são dois fatores limitativos de sua atividade, de sua influência, e refletem-se na própria definição e orientação política do partido. Mas, ao nível interno, a repressão oferece um instrumento auxiliar aos interesses de consolidação de poder do 'núcleo dirigente'. Inicialmente, porque torna necessários maiores cuidados com a segurança e serve de justificativa para medidas tendentes a restringir a participação e discussão no partido. Depois, porque permite o cultivo de uma certa mística em relação ao dirigente que está sendo obrigado a esconder-se para não ser preso, e cujo prestígio varia em função do interesse da polícia em prendê-lo e do grau de clandestinidade a que se submete. Alguns dirigentes intermediários da época são extremamente críticos em relação à necessidade da clandestinidade rigorosa em que viviam alguns membros dirigentes (47). Por último, mas não menos importante, a clandestinidade absoluta de Prestes permitiu o controle do partido pelos demais secretários, estando Arruda à frente. Foi a partir do momento em que Prestes 'desapareceu', que Arruda assumiu por inteiro o posto de número 2 do partido, até então disputado juntamente com Pomar. A perseguição que moveu a este, conseguindo quebrar sua força no Comitê Central e afastá-lo da direção, enviando-o para o sul, é uma amostra dos poderes extras de que passou

cuidados: além da escolha de delegados, havia uma comissão constituída para censurar previamente as intervenções dos delegados no plenário, havia preocupação de evitar manifestações de opiniões diversas. "Em realidade, o grupo dirigente monopolizou os trabalhos do Congresso em evidente violação do centralismo democrático, que não permite ao Comitê Central interferir nos trabalhos do Congresso..." p.p. 94/95.

- (47) Vinhas considera a clandestinidade exagerada dos dirigentes fruto de suas concepções políticas do período e não da situação real. Assinala ainda que Vargas liberalizou um pouco mais a sociedade política em seu segundo governo e que os jornais e revistas do partido continuaram a ser publicados normalmente, sem interrupção. O Partidão p. 129.

a dispor após a clandestinidade do dirigente máximo(48).

Prestes, por seu turno, ainda deve uma explicação à história, dos motivos porque aceitou ficar 9 anos separado do seu partido, comunicando-se apenas com dois ou três escolhidos. Aceitar, como alguns pretendem, que ele tenha sido enganado durante tanto tempo, fazendo recair toda a culpa dos erros naquela fase ao 'núcleo dirigente' é passar um atestado de ingenuidade política incompatível com sua figura de líder de um partido com tantas responsabilidades políticas quanto o PCB(49).

Prestes sequer participou do Congresso, por razões de segurança. Mas isto não impediu que o Congresso se desenvolvesse com uma certa pompa, estando o local previamente adornado para o evento e com a realização de um banquete de encerramento.

Barata, declara - "Hoje estou convencido de que o 'núcleo dirigente' gastava muito que o necessário, exagerando e, medidas de segurança contra a perseguição policial. Este exagero de clandestinidade obedecia a um critério psicológico de autovalorização a que se entregavam alguns dirigentes do núcleo, que, dessa forma, aumentavam sua importância aos olhos dos camaradas de base e dos simpatizantes. Certos indivíduos como Grabois, Pomar, Amazonas e outros precisavam deste suporte de importância e embora a reação não lhes desse a importância que precisavam e queriam ostentar, eles se entregavam a uma ... aparatosa e dispendiosa clandestinidade" - "Vida de um revolucionário", p. 351 (grifos do autor). Dinarco Reis apresenta vários exemplos da atividade normal do partido e que se mantiveram mesmo durante o governo Dutra, para mostrar que a clandestinidade em que o partido atuava era exagerada. Reis, op. cit., p. 82.

- (48) Citado por Osvaldo Peralva, op. cit., pp. 204/205 e Luis Maklouf Carvalho "Pesquisa Biográfica" in Pedro Pomar, Ed. Brasil Debates, 1980. p. 57.
- (49) Há muitas versões sobre a clandestinidade de Prestes. Peralva afirma que nos últimos anos ele era praticamente prisioneiro do 'Núcleo dirigente'. Peralva- op. cit., p. 256. Esta versão dificilmente se sustenta, pois o responsável pela sua segurança era Giocondo Dias, que não participava do 'núcleo' e que, inclusive, durante as discussões internas do partido em 56, levou outros membros da direção para conversar com Prestes, ainda na clandestinidade, cfe. Dinarco Reis, op. cit., pp. 106 e 108.

Se tão intensa fosse a repressão que justificasse a seu maior chefe se privar do contacto com o partido, justamente num momento importante com o Congresso, então, dentro da lógica interna deste raciocínio, não se justificaria tal banquete, cuja preparação e transporte de mercadorias certamente envolveria muita gente e denotaria, além do necessário uma movimentação extra. Torna-se claro que as razões de segurança, nesse caso, serviam como pretexto para evitar uma maior participação de Prestes e do conjunto do partido, no próprio Congresso.

O burocratismo, caracterizado aqui tanto pelo inchaço do aparelho partidário, que leva a uma maior especialização de funções, quanto pelo estabelecimento de normas reguladoras de sua atividade interna, especialmente da comunicação entre seus vários organismos pode ser entendido como um 'mal necessário' no contexto que estamos examinando, de favorecer o controle do partido pela sua cúpula. Ele afasta os dirigentes superiores dos militantes e dificulta a comunicação entre eles pela intermediação das várias instâncias decisórias e também pelas normas rígidas de funcionamento interno. Por outro lado, há todo um modelo organizacional que tem de ser cumprido por todos os organismos inferiores, não importando com quantos elementos contem para isto(50). Este fato, mais o excesso de tarefas, a sucessão de planos e planilhas, o controle do partido e as críticas ao não cumprimento das tarefas e planos trazem o militante num constante 'sufoco', transformando-o num simples tarefeiro a correr atrás das constantes e excessivas exigências superiores. Este constante exigir a mais do que o militante tem condições de realizar termina por fazê-lo sentir-se culpado, humilhado, por não se en-

(50) "As organizações de base tinham sempre seus fichários completos para funcionar: secretário de organização, de agitação e propaganda, o seu primeiro secretário, e não faltava, também, o tesoureiro. Ora, como se fazia funcionar um ne-

contrar à altura das necessidades do partido em momento tão importante (como são invariavelmente caracterizados todos eles). Inferiorizadas, por este e outros mecanismos, é difícil que as bases pensem, por sua vez, em criticar os organismos superiores. O excesso de tarefas atuará também como elemento limitante da discussão teórica e política na base. Afinal, discutir demanda tempo e este já é extremamente curto para os militantes submetidos a tal roda viva, além do que, os documentos partidários são extensíssimos.

Quanto à política de seleção de quadros e o burocratismo, a atitude da direção (como de resto em relação a toda a estrutura), é ambivalente: ao mesmo tempo que os condena no discurso, estimula, de fato a existência de toda uma burocracia partidária, que, além de sua aliada explícita, servirá também como bode expiatório para muitos dos erros políticos da direção (51), como foi o caso do dia 24 de agosto, onde a atitude de surpresa e expectativa com que vários organismos partidários receberam os acontecimentos foi posta na conta da excessiva burocracia reinante e não da equivocada orientação do partido sobre Vargas.

Da mesma forma, ao mesmo tempo em que a direção condena a prática de promoção de quadros com base em interesses particulares ou simpatias, ela continua sendo empregada com real vigor.

gôcio desse, tão complicado, em meio a operários que só recentemente estavam entrando para a luta? E se isso não bastasse, como já disse, as organizações tinham só mirrados companheiros... À força, a assistência persuadia os companheiros a completar com aqueles que, uma vez convidados a participar de uma ou duas reuniões, se retiravam depois e nunca mais conseguíamos recolocar no partido... O pior é que, nas prestações de contas, as críticas eram sempre na base daquele controle que estava anotado, lá no caderninho do assistente". Lima, J. C. - op. cit., p. 45.

(51) Esta prática da direção é confirmada por Dinarco Reis -op. cit., p. 84.

A política obreirista, de promoção de quadros operários, às vezes sem maiores qualificações para o posto, também contribuía para a formação daquele clima de menosprezo às bases, para as ordens arrogantes, contraditórias e até absurdas que às vezes eram dadas. Estes quadros, assim promovidos, dificilmente tinham conhecimento suficiente das asperezas e dificuldades do trabalho nas bases (52). Seus compromissos eram com a cúpula e não com os organismos inferiores. Eles vão atuar rigorosamente em sincronia com os órgãos imediatamente superiores, transmitindo, por sua vez suas exigências aos inferiores. Aos chamados assistentes é que cabe fazer com que os organismos de base se comportem da forma esperada, isto é, passivamente frente às tarefas e orientações vindas de cima, e de forma ativa no interior do movimento de massas levando adiante às orientações do partido. Se por um lado este posicionamento passivo a que os militantes são levados é necessário para a preservação do poder da cúpula dirigente, traz porém o grave inconveniente de reduzir a capacidade de reação do partido frente às transformações político-sociais, pois justamente põe a participação nas discussões e na elaboração política daquele elemento que está em contacto direto com o movimento social e que, embora talvez não possa, na maioria dos casos, teorizar sobre ele, ao menos conhece sua realidade, sem fantasias.

Estes quadros intermediários, se profissionalizados, são dependentes economicamente da direção. Alguns, que tornaram-se militantes muito jovens sequer sabem fazer outra coisa na vida que não ser funcionários do partido. Se criticarem dirigentes ou se indisporem contra eles, estão arriscados a ser expulsos, ou perder seu cargo (53). Ambas as hipóteses implicam em perder seu

(52) A partir de 45 ocorreram as chamadas "promoções audaciosas", que consistiam em promover novatos diretamente aos cargos de direção. Muitos sequer haviam participado de uma organização de base. Cfe. Dinarco Reis, op.cit., p. 74.

(53) Marighella, com sua longa experiência de profissional e di-

emprego. Portanto, desenvolvem uma mentalidade extremamente conservadora, resignam-se, em alguns casos chegando as raias do servilismo. Peralva descreve suas reações ao documento secreto de Krutchev: "Uma pequena parte, ante tamanho impacto como o do 'relatório secreto' desperta para o mundo real... Mas, tem medo deste mundo real de que se afastou há tanto tempo. Se era operário,... recorda-se da dureza da vida na fábrica e a compara com a vida que leva no mundo fictício do aparelho... Se já chegou a dirigente superior, alcançando um nível de vida de pequeno-burguês, com automóvel à disposição para cumprir certas tarefas, casa bem montada, salário garantido,... tudo isto o inibe, fá-lo vacilar e prefere continuar como está" (54).

2 - A dominação ideológica:

a) A 'crítica e autocrítica':

Segundo os comunistas, a crítica e a autocrítica são as grandes armas de que dispõem para não se afastarem do caminho revolucionário. E, sem dúvida, os comunistas da década de 40 e 50 usaram e abusaram delas. Autocrítica eles fazem a todo o momento, durante este período, sem resultado aparente, pois os 'desvios' que eles criticam num momento voltam a repetir-se em outros. Segundo Basbaum, que presenciou um momento de autocrítica da direção, as autocríticas para eles são banais e meramente pró-forma(55). Peralva conta da existência de sessões autocríticas que funcionavam como uma verdadeira catarse para os indivíduos

rigente do partido, dirá em 68: "Os chamados funcionários do partido são sempre homens sujeitos a perder a ajuda de custo do CC ou de qualquer outro órgão dirigente, se manifestam posições contrárias à direção". "Pronunciamento do agrupamento comunista de São Paulo", 1968, in Escritos de Carlos Marighella, ed. Livramento, S. Paulo, 1979, p.132.

(54) Peralva - op. cit. p. 249.

(55) Basbaum - Uma vida em seis tempos, p. 189.

envolvidos, numa espécie de auto-flagelação intelectual(56).

Obviamente, há territórios impenetráveis e sagrados, aos quais não se admite nenhuma incursão crítica e, muito menos, contestatória. Não criticam (nem aceitam críticas) a teoria, sempre certa; nem a fidelidade à URSS e nem aos princípios organizativos do partido, que são intocáveis(57). A direção, contudo, pode receber alguma críticas, desde que impessoais e, de preferência, feitas por seus próprios membros(58). A crítica, então, vai ocupar-se principalmente das direções subalternas das bases e da linha política, num claro sentido de imposição das idéias da direção.

Mas a 'crítica e autocrítica' são importantes para nós num duplo aspecto. Primeiramente, porque é nestes momentos autocríticos que o partido se despe de sua visão triunfalista da realidade e de sua própria atuação e, assim, podemos vislumbrar sua inserção real no movimento de massas e os problemas que afetam sua estrutura, o que, de outra forma, poderia nos escapar. Em segundo lugar, porque o próprio discurso autocrítico é uma forma de atuação e interação do partido sobre si mesmo, e como tal, deve ser estudado. No capítulo III, já vimos qual a autocrítica da direção aos erros de sua política anterior. Neste ca-

(56) Peralva - op.cit., p. 42.

(57) Na sua famosa "carta-rolha", documento que, a pretexto de disciplinar o debate interno no partido em 56, na verdade o elimina, Prestes ressalta 3 "questões de princípios", que devem ser respeitadas e resguardadas no debate: 1º o internacionalismo proletário; 2º a defesa do marxismo-leninismo e 3º a defesa do partido e dos seus princípios. Carta de L.C. Prestes ao C.C. do PCB sobre o debate político (novembro de 1956) - Carone, Edgar - O PCB - 1943 a 1964, Difel, S. Paulo, 1982, pp. 154 a 160.

(58) Qualquer crítica a um membro da direção, por parte dos subordinados, sempre era entendida como tentativa fracionista e a-partidária. Contudo, ante os rumos que tomava o debate interno em 56, esta será o único tipo de crítica admitida por Prestes em sua "carta-rolha": a crítica aos dirigentes e seus métodos e atitudes.

so a autocrítica é uma forma de, aparentemente, humilhar a direção, ao mesmo tempo que serve para reforçar sua dominação sobre o conjunto do partido.

Além disso, tal como suas propostas modificam-se no decorrer do tempo, assim também suas autocríticas vão sofrer revisões, ao sabor da evolução política interna do partido. Por exemplo, em 58, após as reviravoltas ocorridas com o impacto do relatório de Krustchev no partido, com a substituição do 'núcleo dirigente' por uma nova direção e, principalmente, com a definição de uma nova orientação política, que buscava formas não violentas de concretizar a revolução no Brasil, a autocrítica sobre o período do 'Manifesto' vai buscar a causa dos erros e desvios ocorridos no período não nas 'origens pequeno-burguesas' ou na 'influência tenentista', como havia sido voz corrente anteriormente, mas sim no subjetivismo, que os levara a uma "compreensão esquerdista do processo revolucionário". O subjetivismo é caracterizado como o dogmatismo em teoria e a adaptação mecânica de fórmulas gerais e experiências de outros países para o Brasil(59).

Todas as autocríticas, porém, terão um elemento comum: a preocupação em resguardar a teoria da responsabilidade dos erros cometidos e a omissão a qualquer referência à subordinação aos interesses soviéticos. Veja exemplos abaixo:

"Evidentemente, não soubemos aplicar os ensinamentos essenciais do marxismo-leninismo nas difíceis e complexas condições da guerra contra o nazismo e do pós-guerra" (Problemas nº 19, p.72 - sobre a orientação política de 45 a 47). "Mas, na época, ... era por demais insuficiente a assimilação pelos quadros dirigentes do Partido da grande doutrina de Marx, Engels, Lenin e Stálin. Não soubemos então aplicar com acerto a teoria marxis-

(59) Ver "É indispensável a crítica e a autocrítica de nossa atividade para compreender e aplicar uma nova política" (29/03/85 - Carone, Edgar - op. cit. p.196 a 202.

ta-leninista ao estudo da realidade brasileira..." (Problemas nº 54, p.36 - Sobre o 'Manifesto', em 53).

"Não soubemos, em suma, aplicar corretamente os princípios universais do marxismo-leninismo às particularidades específicas do desenvolvimento histórico-brasileiro" (Carone, O PCB, vol. II, p. 197 - sobre a política do 'Manifesto' em 58).

Bernardo Sorj considera que o rito da autocrítica cumpre uma dupla função: "cognitivamente, a autocrítica permite culpar o indivíduo/grupo/liderança pelos erros, absolvendo a teoria - por definição sempre correta -; existencialmente, permite reunificar o coletivo, reafirmando a unidade e a fé nos objetivos finais" (60).

A crítica é o instrumento do coletivo do partido contra o indivíduo, e tende a escapar do terreno político ou das atividades partidárias para investir até contra a vida privada destes indivíduos. Como a representação deste coletivo é feita através dos quadros dirigentes, segue-se que a crítica é uma prerrogativa sua, embora não exclusiva. A crítica de qualquer dirigente é aceita, na maior parte das vezes, sem contestação, pois ele representa, frente aos subordinados, os interesses maiores do partido. Quanto à crítica das bases, vejamos o testemunho, tanto mais insuspeito de Barata porque ele próprio já fez parte dos quadros dirigentes: "Quando alguém diverge é imediatamente admoestado: 'Você é o único que discorda'. Ou: 'Quer o camarada enxergar mais e melhor que a direção?' E o audacioso indagador ou curioso tem de encolher-se e reduzir-se à sua insignificância individual contra o peso da opinião maciça de toda a organização e, de boa-fé chega a conformar-se: se sou só eu que discorda, quem

(60) Sorj, Bernardo - op. cit., p.30. Claudin também considera a autocrítica como a busca de um "bode expiatório" para os erros cometidos. Claudin, op.cit. pp. 485-486.

deve estar errado sou eu..."(61).

A autocrítica constitui-se, para a direção, num instrumento fundamental para o controle ideológico do partido, pois, além das punições assinaladas, visa a humilhação do militante e a impedir a existência de outras posições que não as oficiais no interior do partido. No PCB ela não se restringia apenas à autocrítica política, mas envolvia também a crítica das atividades todas do militante. Peralva narra o que acontecia nas assembleias da escola de que participou em Moscou, com uma turma de alunos brasileiros: "Quando se anunciava a convocação de uma assembleia, havia pânico no coletivo, pois, no intervalo entre uma e outra, todos havíamos cometido deslizes, erros, equívocos. E como vivíamos juntos, jogávamos juntos, andávamos juntos, qualquer coisa que um fizesse logo se tornaria do conhecimento de vários outros. Era na assembleia que tinham pleno curso o sadismo e o masoquismo dos camaradas, através das críticas geralmente feitas pelos dirigentes e da autocrítica exigida aos dirigidos. A vítima aí era criticada em todos os tons, do ridículo ao patético, pela totalidade ou quase totalidade do Coletivo. Devasavam-lhe a vida, apontavam-lhe os defeitos, punham-no em situação vexatória"(62).

A função da humilhação do militante serve para apequená-lo, fazê-lo reconhecer seus erros frente à sabedoria da direção. Em outro momento, Peralva descreve como os militantes eram freqüentemente obrigados a escrever autocríticas sobre suas atividades e depois estas eram usadas pela direção, para, a pretexto de aparentar conhecimento sobre os militantes, humilhá-los (63).

(61) Barata, Agildo - op.cit. p.366.

(62) Peralva, op. cit. p.42.

(63) Peralva, op. cit. p.13.

Quanto à autocrítica de posições políticas - o que é ela senão a confirmação de que num partido deste tipo não pode existir outra corrente de pensamento senão a oficial? Quando ela lhe é exigida, o militante só tem duas alternativas: fazê-la ou sair do partido. Se preferir continuar no partido, considerando que pode inverter esta sua posição minoritária mais tarde, ele cai em posições contraditórias, pois, fazendo a autocrítica, abre mão de suas posições em público, reconhece estar errado e, ao mesmo tempo, reconhece como correta a posição oficial do partido sobre o assunto. Se mais tarde, ele voltar a defender as antigas posições, ou posições parecidas, logo será acusado de ter mentido anteriormente, de não ter firmeza em suas convicções, de ser falso com o partido e, portanto, de ser um elemento altamente suspeito.

Embora tenha muitos traços em comum com a prática católica da confissão de pecados, pois em ambos a 'expição dos pecados' propiciada pela confissão na Igreja, ou pela autocrítica no partido, serve para reintegrar o indivíduo na comunidade em que se insere (64), a autocrítica difere da confissão em dois pontos fundamentais. Em primeiro lugar, ela é pública e não um segredo entre confessor e confessado, como na Igreja. Em algumas ocasiões, esta autocrítica deve ser feita não verbalmente, mas por escrito, para deixar provas. Em segundo lugar, enquanto na confissão o pecado é apagado, na autocrítica não, o erro anterior pode ser novamente lembrado e utilizado contra o infrator, ao sabor das conveniências políticas, como aconteceu com Fernando de Lacerda em 1954, quando o Comitê Central novamente utilizou contra ele sua posição 'liquidacionista' de 1943, para combater suas posições críticas à direção em 54. Este mesmo procedimento foi empregado contra Crispin em 52.

(64) Esta também é a interpretação de Sorj, Bernardo - op.cit. p. 29.

b) O culto à personalidade:

A função do culto à personalidade é despertar simpatias, ganhar votos, recrutar quadros, isto em relação à sociedade. Internamente, ele serve para legitimar posições, justificar medidas, abrandar as conseqüências dos erros para a direção, através da invocação do líder supremo, herói popular, martirizado pela repressão, perseguido pela polícia, mas sempre em seu posto, a guiar com sua sabedoria os passos do partido. A clandestinidade reforça sua figura de mártir, de herói, o que é, até certo ponto, cultivado pelo próprio Prestes e outros membros da direção. São significativos os vários momentos em que ele próprio alude a sua situação de perseguido político, enquanto a direção busca utilizar seu prestígio, por exemplo, para fazer finanças para o partido (65).

Além disso, ele passa a personificar o próprio ideal de transformação da sociedade para aquelas camadas e setores de menor conhecimento teórico e nível político, dentro e fora do partido. Joaquim Celso, por exemplo, se surpreende com o foguetório em comemoração ao aniversário de Prestes nas minas de carvão gaúchas. Homenagem espontânea e individual de operários, cujo nível de consciência, em muitos casos, não os levava nem à mili-

(65) Em suas memórias, Basbaum dá vários exemplos de como se fazia esta utilização para finanças. Prestes assim se refere à sua situação em Problemas nº 20: "O Povo Brasileiro... arrancou-me do cárcere e o povo do Rio de Janeiro fez-me em seguida o senador mais votado da capital do país. Apesar disso, sou neste momento e mais uma vez um perseguido político, contra mim são forjados novos e monstruosos processos criminais... Vejo-me por isso na contingência de manter-me oculto e fora do alcance da infame ditadura policial e militarista que hoje oprime o Brasil. Só assim posso continuar junto ao meu povo e participar ativamente de sua luta..." p. 21. Veja-se também como ele considera sua situação em agosto de 54: (sobre o pedido de Fernando de Lacerda para que Prestes participasse pessoalmente das discussões do CC que envolviam sua atuação). "Sua insistência, aliás, em tal exigência, quando a polícia de Vargas e os serviços secretos dos governantes dos Estados Uni-

tância partidária, mas que, todo ano, se incumbiam de saudar o aniversário de seu líder(66). Prestes é o sinal visível das transformações aspiradas, é o guia para a terra prometida do socialismo, é a fonte onde os militantes com pouca bagagem teórica para apoiar seu árduo trabalho, vão buscar sua energia, sua crença no ideal. A identificação de Prestes com o movimento de massas é levado a níveis extremos: em alguns momentos, por exemplo, chega-se a afirmar que, se Prestes fosse preso "todo o movimento operário, até aquele que gira em torno de pequenas reivindicações seria violentamente reprimido"(67).

Neste esquema, Stálin é a referência maior, personificando a vitória da revolução e a construção do socialismo na URSS, ao mesmo tempo em que era o guardião e mestre da doutrina marxista-leninista. Stálin e, após sua morte, os dirigentes soviéticos, servirão de justificação última para legitimar a orientação política do PCB. No IV Congresso, freqüentemente se recorrerá ao apoio externo para justificar o Programa: "É nosso dever reconhecer que sô tivemos forças para elaborar um documento da envergadura do Programa porque o nosso partido integra incondicionalmente o movimento comunista internacional e se mantém ilimitadamente fiel ao seu inspirador e guia, o glorioso Partido Comunista da União Soviética..." e se dirá que ele foi considerado "obra de marxismo criador" pelo Bureau de Informações(68). Informalmente, serão feitas insinuações de que foi "visto por Stálin", escrito em Moscou, etc.

Não falta a este culto um certo elemento de religiosidade, quase como a crença num ser superior a guiar os passos dos

dos tudo fazem para saber onde realmente me encontro, constitui uma "ingenuidade digna de nota e bastante suspeita" (Problemas nº 61, p. 19).

(66) Lima, J.C. - op. cit. p. 119.

(67) Gonçalves, A. - editorial de Problemas nº 32, p.4.

(68) Arruda, Diógenes- "O Programa do Partido Comunista do Brasil-bandeira de luta e da vitória", Problemas nº 64, p. 108.

insignificantes e obscuros militantes em sua luta contra o mal representado pelo imperialismo e o latifúndio, pela repressão. "Foi com o nome de Stálin nos lábios que os nossos mártires e heróis conseguiram enfrentar com serenidade e firmeza a morte e todas as torturas" dirá Prestes em 53, quando da morte do líder soviético, numa expressão que traz imediatamente à nossa memória a saga dos cristãos nas catacumbas romanas e não o pensamento científico do século XIX e XX(69).

Semprun vê o culto à personalidade como uma forma de manter "una cohesión religiosa a los fieles militantes"(70) e assinala que o culto ao dirigente máximo nacional do partido, em cada país, ao lado do culto à Stálin, foi a regra geral em todos eles.

c) A liturgia:

Este título é roubado de um artigo de Manuel Vasquez Montalban, onde ele se propõe a entender o comportamento ritualizado dos militantes de partidos comunistas. "Cuando el historiador juzgue el bien o el mal derivado de la conducta general de los partidos comunistas, se equivocará si establece conclusiones a partir de los hechos o de las personalidades o superestructuras del partido. Sólo el conocimiento del ritual, de la liturgia interna es capaz de darnos la clave de tan larga supervivencia de inercias e vacilaciones". Esta liturgia é que dá, segundo o autor, condições ao partido de sobreviver e consoli-

(69) Prestes, L.C. - "O XIX Congresso do Partido Comunista da União Soviética e as tarefas de nosso partido"...Problemas nº 45, p. 56.

(70) Semprun, Jorge: "Gente de una factura aparte - la concepción staliniana del partido", pp. 36 a 39, in "El Viejo Topo Extra/4" Iniciativas Editoriales SA, Barcelona, 1976.p. 37.

dar-se em períodos de intensa repressão, tornando-se, entretanto, obsoleto e restritivo em momentos de liberalização da sociedade - o que não implica em que seja abandonado(71). A reunião da célula, para ele, é comparável a realização de uma missa, com todo um ritual próprio e condizente com a situação, que implicava em atitudes, comportamento, linguagem e até o tom da voz, sem falar em 'atos' integrantes da 'missa', como um intróito informal, a discussão, uma pequena piada, etc.

Mas a padronização do comportamento vai mais longe, implicando, por exemplo, na escolha correta da vestimenta e tudo o mais. "Se sabíamos como debíamos de ser y por lo tanto como éramos. Como debíamos vestirnos, hablar y 'estar' en el mundo entre los otros. Incluso sabíamos qué coche debíamos comprarnos en el caso de que pudiéramos comprarnos un coche..." (72).

Assegurando a estabilidade interna do partido e mantendo a moral dos militantes, estas práticas servem também para dificultar as possibilidades de ocorrência de mudanças em seu interior, pois todo comportamento não padronizado, não codificado é visto como heresia e, como tal, combatido(73). Neste ambiente, o espírito de seita, a-crítico, de fé nas verdades reveladas, de intolerância para com outro tipo de pensamento, ou com quem divirja internamente, prolifera, servindo, entre outras coisas, para o reforço espiritual do militante(74).

(71) Montalban, Manuel Vasquez: "Liturgia y militancia", pp. 59 a 62 in "El Viejo Topo Extra/4". Iniciativas Editoriales, Barcelona, 1976. p. 61.

(72) Montalban: op. cit. p. 60.

(73) Uma análise do partido considerando-o como uma organização totalitária, que busca promover a constante integração de seus membros através da indiferenciação interna, apresentando vários traços comuns a uma sociedade secreta, a uma seita, está em "O juramento de lealdade e fidelidade" de Berenice de Oliveira Cavalcanti (mimeo).

(74) Daí porque quem saía do partido era imediatamente acusado de policial, agente do imperialismo, etc. No espírito re-

d) O 'espírito de partido':

Ele consiste na postura submissa do militante frente ao partido, em sua anulação como indivíduo pensante e com vontade própria, frente às exigências partidárias. Semprun destaca que Stálin codificou o leninismo de forma ao mesmo tempo pragmática e fetichizada, aproveitando-se do clima místico que envolvia a sociedade russa após a morte de Lenin(75). O leninismo à moda staliniana baseia-se numa sucessão de dogmas, entre os quais o primeiro e fundamental é imediata identidade entre os interesses do partido, da classe operária e da revolução. Estes dogmas foram introjetados por todos os revolucionários, mesmo os críticos a Stálin, convertendo-se numa armadilha mortal contra todos os dissidentes: "En cada comunista la convicción de ser un revolucionario marxista se entreteja con concepciones y comportamientos totalmente extraños al marxismo. Si la divisa de Marx, reflexada en toda su obra era 'De omnibus dubitandum', la de sus epígonos, al cabo de un siglo se resumia en la fe del carbonero: 'El partido tiene siempre razón', y si alguna vez se equivoca' es preferible equivocarse con el partido que tener razón contra él'(76). Os interesses superiores do partido tudo justificam, mesmo os procedimentos não de acordo com a filosofia e a ética de combatentes marxistas. Em outras palavras, mesmo aqueles que antes do relatório de Krutchev sentiam que algo estava errado no partido tendiam a nele permanecer, sempre mantendo a esperança de que, por fim, o partido superasse seus problemas. "Fora do partido não há salvação "era a divisa destes militantes que, pro-

ligioso, quem deixa de ter fé é porque foi tomado pelas forças do mal. No espírito stalinista, é porque sempre foi um instrumento do inimigo infiltrado nas fileiras do partido.

(75) Semprun - op. cit. p. 37.

(76) Claudin - op. cit. p. 485.

vavelmente, concordariam com a afirmação de que "não há comunista fora do partido; não há comunista sem pertencer a uma organização do partido e nela trabalhar; não há comunista sem se subordinar incondicionalmente aos princípios do partido.

e) A Concepção do partido como 'bloco monolítico':

... havia o problema da unidade monolítica...ninguém podia votar contra. Quem votava contra tava mal. É lógico que se todo mundo sabe que tem que manter a unidade, mesmo que não esteja entendendo, não tem ... todo mundo votou a favor ... (Sobre o IV Congresso) (77).

A concepção do partido como partido uno, monolítico, onde não havia lugar para divergências, pois representava os interesses, também únicos, da classe operária, uno tanto na ação quanto no pensamento, foi outro elemento fundamental para inibir as críticas à orientação política oficial. Esta concepção, de matriz stalinista, é claramente expressa em documento partidário de 52:

"A existência do partido é incompatível com a existência de grupos ou frações. Expressando os interesses homogêneos da classe operária e baseado nos princípios harmônicos do marxismo-leninismo-stalinismo, o Partido não pode ser um ajuntamento casual e amorfo de diferentes grupos, frações, etc., mas uma organização de combate unida, ligada pela disciplina consciente, igualmente obrigatória para todos os seus membros, uma organização única e coesa que atua segundo um plano único e uma direção única. Jamais podem existir duas correntes, duas linhas políti-

(77) Arruda, D. - "Reforçar a vigilância revolucionária, tarefa vital do Partido". Problemas nº 39, mar/abr 52, p. 57.

cas e dois centros dirigentes no Partido revolucionário do proletariado. Seria o mesmo que admitir como justa a ruptura da unidade de pensamento e de ação no Partido; seria o mesmo que permitir a desagregação, a decomposição do Partido. É justamente por isso que qualquer tentativa para minar a disciplina e a unidade do Partido, qualquer intento fracionista favorece aos inimigos do Partido e da classe operária" (78).

Assim, em nome dos altos interesses da classe operária e das lutas concretas e fundamentais em que se empenha o partido é necessário "que a mais leve dissonância seja pressentida, combatida e eliminada", pois "nenhum sucesso pode ser conseguido nesta luta encarniçada sem a mais elevada unidade de vontade e ação, sem que o partido atue em uníssono, como um só homem" (79).

Para Claudin, que analisa este fenômeno como constituinte geral dos partidos comunistas ligados à Internacional Comunista desde 1930, a unidade do partido é convertida em mito, em bem supremo, com o que se procura evitar qualquer discussão que leve a divergências, pois ela poderia levar à cisão. Assim "No basta que la minoría acate la ley de la mayoría. Hace falta que no haya minoría. Si por azar aparecen discrepantes no es suficiente con que acepten la opinión de la mayoría (que una vez puesto en marcha este mecanismo es siempre eco devoto de la dirección), es necesario que piensem como la mayoría. Así se logra la perfección monolítica. Toda divergencia desaparece no sólo como acto sino como pensamiento" (80).

É um tipo de pensamento assim orientado que permite entender porque as pessoas votam a favor de uma proposta, mesmo

(78) Arruda, Diógenes- "Reforçar a vigilância revolucionária, ta refa vital do Partido", Problemas nº 39, p. 58.

(79) Idem, p. 68.

(80) Claudin, op. cit. pp. 90-91.

considerando-a errônea e porque as discussões, dentro do partido eram sempre formais, segundo o testemunho dos entrevistados.

Mas a idéia do Partido como 'bloco monolítico' não se sustenta só na necessidade de união para o combate, mas sim para fazer frente ao inimigo insidioso que tenta destruir o partido de todos os modos, desde os meios violentos até 'os mais sutis' representados pela infiltração de agentes do inimigo em suas fileiras e pela contaminação, mesmo de honrados e honestos militantes, com os restos da ideologia burguesa, presentes na sociedade em que atuam. Como a divergência quebra a necessária unidade do partido, segue-se que, quando ela acontece, ou trata-se de um equívoco de um militante bem intencionado e que deve ser esclarecido rapidamente (note-se que consideram que mesmo no caso que o militante tenha razão ele deve abrir mão de sua opinião em prol da linha oficial para não quebrar a unidade⁽⁸¹⁾) ou então se trata de mais uma tentativa do inimigo de semear a confusão nas fileiras do partido. Segue-se, portanto, que toda divergência que permaneça é caracterizada como tentativa fracionista e todo fracionismo, obviamente, só interessa aos inimigos da classe e, portanto, os indivíduos que os promovem são traidores, vendidos ao inimigo, 'infiltrados'.

Esta presença do 'inimigo infiltrado' não é posta em termos teóricos, mas sim ganha dimensões concretas, é um dado presente a ser continuamente lembrado aos militantes, através dos exemplos nacionais, que se sucedem (Silo Meireles, Crispim,

(81) "A persistência de um camarada em seus pontos de vista, não pode, portanto, por um só instante, ser separada da obediência incondicional que deve ao seu organismo partidário, à maioria e aos órgãos superiores do Partido. Mesmo admitindo que a maioria esteja equivocada e que suas opiniões são as mais corretas, e dever de todo o membro do Partido é colocar a unidade do Partido acima de tudo, submetendo-se às decisões da maioria e aplicando honrada e fielmente essas decisões, continuando ao mesmo tempo a lutar disciplinada e firmemente para que sejam corrigidos os equívocos". Arruda, Problemas nº 39, p. 69.

Fernando de Lacerda) e os exemplos internacionais: estamos na época das lutas contra 'Tito e seu bando de assassinos e espiões', estamos na época dos processos de dirigentes comunistas na Europa Oriental, estamos na época da luta contra a arte e a cultura burguesa.

f) O ser 'pequeno-burguês':

"As palavras de Gino doeram nos ouvidos de Gentil. Mais uma vez ele sentiu o desejo de recusa, de dizer que aquela orientação estava errada e, portanto, ele não iria cumprí-la. Mas se conteve, em nome da disciplina partidária. Deixaria para criticá-lo na próxima reunião do Comitê, agora precisava obedecer. Não queria dar motivo para Gino chamá-lo de insubordinado, atribuir-lhe desvios ideológicos, comportamento pequeno-burguês, etc" (82).

O rótulo de 'pequeno-burguês' não era propriamente um mecanismo e sim um instrumento do discurso comunista, a ser utilizado contra quem não tivesse, dentro do partido, a atitude exigida e esperada em cada momento pelos seus superiores. Utilizando desta forma, a expressão 'pequeno-burguês' perdia seu caráter representativo de determinada classe social para assumir uma clara conotação política. É sintomático que só no momento em que a pessoa diverge é que lhe é lembrada sua 'origem pequeno-burguesa'.

Por outro lado, há 'pequeno-burgueses' e 'pequeno-burgueses' no entendimento da direção:

"Sem dúvida alguma, como mostra nossa própria experiência, muitos elementos de origem-pequeno-burguesa que, por seu es-

(82) Arruda - Problemas nº 39, p. 51.

pírito combativo e suas inclinações revolucionárias vêm ao Partido, superam seu individualismo, suas incompreensões e oscilações, subordinam, voluntária e conscientemente toda sua vida, seus desejos e interesses à vida, aos desejos e interesses do Partido revolucionário do proletariado. Reeduam-se, fazem esforços sinceros para elevar-se à compreensão dos pontos de vista proletários de classe, procuram assimilar e aplicar corretamente a doutrina marxista-leninista-stalinista. Podem tornar-se por isso bons militantes e dirigentes do Partido, lutadores proletários abnegados e conseqüentes, consagrados de corpo e alma à causa do Partido, da classe operária e do povo".

"Há entretanto, outra parte de elementos pequeno-burgueses, membros do Partido, que não procura assimilar sincera e corretamente o marxismo-leninismo-stalinismo, não faz esforços para se elevar aos pontos de vista e métodos de trabalho proletários; resiste, de uma ou de outra maneira, em libertar-se de suas origens e concepções sociais, continua aferrada obstinadamente à ideologia da classe social a que pertence e conserva suas ligações de classe estranhas ao proletariado. Nestas condições, tais elementos não poderão jamais chegar a ser lutadores proletários, a compreender o papel e a importância do Partido. São esses em geral, os portadores, dentro do Partido, do espírito de vacilação e oportunismo, do espírito de desmoralização e incerteza; são estes os elementos que vacilam permanentemente entre a exaltação e o abatimento" (83).

Vê-se como é amplo o espectro do que é um "ser pequeno-burguês". E, por estranha coincidência, inclui justamente aqueles que têm dúvidas sobre a orientação ou os métodos do partido. Mas até elementos operários podem ser considerados contaminados

(83) Arruda - Problemas nº 39, p. 51.

por influências pequeno-burguesas caso não realizem tudo que deles se espera, como acontece com o personagem Gentil, do livro de Félix Nunes. Aos olhos do Partido, o 'ser pequeno-burguês' compensa todos os vícios, em contraposição ao ser operário', força de onde provêm todas as virtudes.

Conclusão

"Nesta hora, Problemas é o nosso instrumento ideológico na marcha da Revolução Brasileira. O inimigo atira contra nós os destroços de sua ideologia morta. A luta se trava num momento culminante. Intelectuais a serviço do inimigo repudiam a cultura, esmagam a sua consciência ao peso dos empregos e das gorjetas e acreditam que nos podem fulminar com seus escritos brilhantes e confundir os nossos quadros. Eles perderam o rumo na tempestade e pensam que podem abafar a tormenta com seus cantos de sereia dentro dos camarotes fechados. Aqui fora os marinheiros estão firmes, a bússola funciona bem, o barco pode jogar muito mas há um comando. Temos certeza de que saberemos chegar ao grande porto. Que importa que alguns velhos e incômodos passageiros se atirem ao mar por desespero e por pânico ou sejam levados pelo temporal?

"Muitos desses passageiros irão aliviar a carga e facilitar os nossos movimentos. O desmascaramento de um Silo Meireles na ação política ou de um Gilberto Freyre no campo ideológico, serviu para libertar muitos companheiros e muitos intelectuais de concepções, de influências estranhas e caducas e conduzi-los à frente de nossa luta ideológica". (84)

(84) Jurandir, Dalcídio - O que representa Problemas? Problemas nº 14, out/48, p. 41.

O trecho acima pertence a um intelectual militante e é muito ilustrativo do clima ideológico que vigorava no interior do PCB naqueles anos.

O partido / navio a navegar em águas turbulentas rumo à revolução ainda tem que enfrentar o inimigo no plano intelectual, aqui representado pela sua ideologia (já antecipadamente desprezada, pois está em frangalhos e "morta) e pelos intelectuais "a serviço do inimigo". Os marinheiros / militantes mantem-se firmes em seus postos, pois sabem que estão no rumo certo (a bússola / teoria funciona bem) e as adversidades não vencerão o partido pois "há um comando" e inevitavelmente se chegará ao "grande porto". Os marinheiros estão calmos, mas alguns "velhos e incômodos passageiros", em desespero se atiram ao mar, ou, por vacilantes, são levados pelo temporal. Note-se que entre estes "passageiros incômodos" estão antigos militantes que criticavam a atuação da nova direção, como Silo Meireles. A saída destes elementos é vista de forma positiva, pois "aliviam a carga e facilitam os movimentos", sinônimo para atuar sem críticas. Significativa é a separação que se faz entre estas vozes dissonantes ("passageiros") e os militantes ("marinheiros"). Um passageiro é um estranho que um navio abriga temporariamente, enquanto um marinheiro é parte integrante do navio, é quem o cuida, quem zela para que a viagem chegue a bom termo. Ao negar-se a condição de "marinheiro" para Silo Meireles, está-se implicitamente afirmando que ele na verdade nunca faz parte integral do partido, que ele sempre foi, dentro do conjunto dos militantes, um ser estranho, infiltrado, que "incomoda" e necessita ser "desmascarado" para "libertar muitos companheiros e muitos intelectuais de influências estranhas e caducas", enfim que ele representa um intelectual "a serviço do inimigo".

Haverá necessidade de outra simbologia além desta para

que se compreenda os termos em que se colocava a militância naqueles anos? O militante era um ser profundamente integrado no conjunto do partido, possuidor de uma fé cega na doutrina e na direção, unido aos seus iguais e hostil a todos que pudessem levantar dúvidas ou questionamentos sobre a doutrina ou prática partidária. O texto deixa claro dois pontos básicos para o militante comunista daqueles anos: a sensação de pertinência, de elemento constituinte e constituidor do partido e a sensação de irmandade entre o conjunto dos militantes, que promove, ao mesmo tempo, a exclusão de todos os demais.

Consideramos que para alguém assumir e manter, por longos anos, uma atitude de militância num partido político de esquerda, a sua posição deve estar solidamente lastreada em conhecimentos teóricos, que sustentem sua atuação ao longo de uma prática quotidiana que, às vezes, não apresenta claramente suas ligações com os fins últimos a alcançar, e que pode sofrer percalços, representando sacrifícios para o militante. Contudo, para que isto seja verdadeiro, deve haver a discussão e o debate constantes dentro do partido, sobre a prática e os efeitos de sua proposta política, como forma de reforçar a posição política dos militantes e dar-lhes a segurança necessária para continuar a atuar.

Ora, já vimos que no PCB este conhecimento teórico embasador da atuação e esta livre discussão sobre a prática e a atividade partidária eram deficientes agravando-se pelo fato que a definição de sua orientação política era feita em instâncias que excluía o conjunto do partido e levavam em conta outros parâmetros que não principalmente aqueles balizadores da luta de classes dentro da sociedade brasileira. Assim, tornava-se necessário recorrer a outros elementos reforçadores da militância, pois só o ideal e as aspirações de transformação social,

talvez não conseguisse mantê-la. Afinal, a luta é dura, os comunistas, no caso brasileiro, são praticamente excluídos do restante da sociedade, quando não reprimidos fisicamente e a militância trará inúmeros transtornos para sua vida particular. Muitos desses militantes sequer constituirão famílias, envoltos na intensa labuta partidária e nas lutas sociais.

Nestas condições, o partido precisa não só dar as diretrizes para o trabalho partidário, mas também reforçar a moral e a fé dos seus militantes, dar-lhes a sensação de pertinência a algo maior, superior a si próprios e a seus mesquinhos interesses individuais, a sensação de estarem contribuindo para a construção do socialismo e um futuro melhor para toda a humanidade. Esta sensação de pertinência era dada pelo próprio partido, ao mesmo tempo símbolo e instrumento capaz de levar as transformações almejadas. Além disso, num partido forçado a atuar em circunstâncias tão adversas como o PCB nos anos 50, e cuja ideologia e prática impedem que os militantes mantenham uma atitude de integração frente à sociedade, não é de admirar que seus membros se fechem cada vez mais ao redor do partido, constituindo-se numa irmandade unida não só por laços ideológicos ou de trabalho, mas também de amizade e companheirismo. Assim, há um mútuo reforçamento interno entre os militantes, o que suaviza as asperezas da militância e permite manter a coesão e unidade internas.

Mesmo entre alguns daqueles que abandonaram o partido, nota-se uma certa nostalgia dessa vivência coletiva, dessa pertinência a algo superior. Barata, por exemplo, apesar do modo traumático como deixou o partido, das críticas feitas a dinâmica interna deste, reconhece que foi nele que passou seus melhores anos (85).

(85) Barata, Agildo - op. cit. p. 345.

Os mecanismos anteriormente estudados foram utilizados no interior do Partido Comunista do Brasil, constituindo-o na "máquina de forjar unanimidade", segundo expressão de Agildo Barata. Isto foi resultado em parte de uma direção auto-imposta, que conseguiu ascender nos postos partidários devido às circunstâncias particulares que cercaram o partido na década de 40 e que se manteve na direção por quase toda a década de 50 graças, principalmente a ajuda dos mecanismos aqui estudados e de sua centralizada e autoritária estrutura organizativa.

Embora não queiramos aqui avançar em conclusões sobre o período posterior, tudo leva a crer que estes mecanismos e esta estrutura dispunham de suficientes potencialidades para garantir-lhes o exercício do poder ainda por muito tempo, se não tivessem sido golpeados justamente em um dos seus componentes ideológicos principais: o culto à personalidade, com a revelação dos chamados 'crimes de Stálin'. Este fato, provocando intensa comoção no movimento comunista mundial, foi agravado no Brasil justamente pelo caráter extremamente autoritário e prepotente da direção e pelos equívocos da orientação política por ela implementada, o que terminou desencadeando grave crise no interior do partido. Esta crise, de reflexos perturbadores sobre sua atuação por longos anos, será resolvida superficialmente em 58 com a imposição de nova linha política e nova direção. Mas ainda vai cobrar seu tributo até 1962, com a cisão do partido em duas organizações distintas.

BIBLIOGRAFIA

- Alembert, Zuleika - entrevista concedida a Elisabeth Souza Lobo e Miriam Abramovay, publicada no jornal EM TEMPO nº 89, de 8/14/11/79, p.11.
- Alem, Silvio Frank - Os Trabalhadores e a "Redemocratização": Dissertação de Mestrado em História do Brasil, apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 1981.
- Almeida Jr., Antonio Mendes de - "Do declínio do Estado Novo ao Suicídio de Getúlio Vargas". in: Fausto, Bôris (dir.) - História Geral da Civilização Brasileira, volume 10, O Brasil Republicano, Sociedade e Política (1930-1964), Difel, São Paulo, 1983, 2a. edição.
- Almeida, Maria Herminia Tavares de et Martins, Carlos Estevam - Modus in Rebus. Partido e classes na queda do Estado Novo. São Paulo, mimeo, 1973.
- Amado, Jorge - Homens e coisas do Partido Comunista. Ed. Horizonte, Rio de Janeiro, 1946.
- Andrade, Régis S.C. - Movimento Trabalhista e Sindicatos sob o nacional-populismo no Brasil. Cebrap, São Paulo, 1974 (mimeo).
- Avenas, Denise et Brossat, Alain - "Militancia y revolucion - la crisis de un modelo". El viejo Topo nº 7, abril 1977, Barcelona pp. 4 a 8.
- Ayats, Miguel A Barroso - "La cuestion de Stalin", in: El Viejo Topo nº 7, Barcelona, abril 1977. pp.30 a 33.
- Azevedo, Fernando Antonio - As Ligas Camponesas. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1982.
- Barata, Agildo - Vida de um revolucionário (memórias). Alfa-Omega, São Paulo, 1978, 2a. edição.
- Basbaum, Leôncio - História Sincera da República (1930-1960), 3º volume, Alfa-Omega, São Paulo, 1968, 3a. edição.
- _____ - Uma vida em seis tempos (memórias). Alfa-Omega, São Paulo, 1978, 2a. edição.
- Bazarian, Jacob - "Por uma aliança das esquerdas", in: Socialismo e Democracia nº 6, abril/junho 1985, pp. 7 a 22, ed. Alfa-Omega.
- Benevides, Maria Victória - "A UDN e o udenismo", Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1981.

- Bezerra, Gregório - Memórias, 2 volumes. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1979.
- Boito, Armando - O golpe de 1954. A burguesia contra o populismo. Brasiliense, São Paulo, 1982.
- Brandão, Octávio - Combates e Batalhas (memórias), 19 volume. Alfa-Omega, São Paulo, 1978.
- Carone, Edgar - O PCB (1943-1964), vol. 2, Difel, São Paulo, 1982.
- Carvalho, Luis Maklouf et alii - Pedro Pomar. Brasil Debates, São Paulo, 1980.
- Cavalcanti, Berenice de Oliveira - O juramento de lealdade e fidelidade. Trabalho apresentado ao 8º Encontro Anual da ANPOCS, Grupo de Trabalho: Partidos e Movimentos de Esquerda, 1984, São Paulo.
- Cavalcanti, Paulo - O caso eu conto como o caso foi - da coluna Prestes à queda de Arraes (memórias). Ed. Guararapes, Recife, 1980, 3a. edição.
- Claudin, Fernando - La crisis del movimiento comunista - de la Komintern al Kominform - Ed. Ruedo Ibérico, Barcelona, 1977.
- _____ - "Las razones de una divergencia". El viejo topo nº 17, fev. 1978, Barcelona, pp. 28 a 32.
- Chauí, Marilena et Franco, Maria Sylvia C. - Ideologia e Mobilização Social. Cedec/Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1978.
- Chaves Neto, Elias - Minha vida e as lutas de meu tempo. Alfa-Omega, São Paulo, 1977.
- Chilcote, Ronald H. - Partido Comunista Brasileiro - Conflito e integração - 1922-1972. Graal, Rio de Janeiro, 1982.
- Colectivo Leninismo - Algunas reflexiones sobre la llamada 'crisis de la militancia', El Viejo Topo nº 22 julio 1978, Barcelona, pp. 26 a 28.
- Cordeiro, Cristiano - "Depoimento a Ricardo Noblat", in: Memória e História nº 2, revista do Arquivo Histórico do Movimento Operário Brasileiro, Ed. Ciências Humanas, São Paulo, 1982, pp. 81 a 88.
- Cuatro primeros Congresos de la Internacional Comunista (Los) - primera parte. Ed. Pasado y Presente, México, 1977, 2a. edição.
- Decca, Edgar S. De - 1930 O silêncio dos vencidos. Brasiliense, São Paulo, 1981.
- Deutscher, Isaac - Hereges y renegados. Ed. Ariel, Barcelona, 1970.
- _____ - Ironias da História. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1977.
- _____ - "Mitos da Guerra Fria", in: Horowitz, David (org) - Revolução e Repressão, Zahar, Rio de Janeiro, 1969.
- _____ - Stalin - A história de uma tirania, 2º vol. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1970.

- Deutscher, Isaac - Rússia depois de Stalin. Ed. Martinez Roca, Barcelona, 1972.
- Djilas, Milovan - Conversações com Stalin. Globo, POA, 1964.
- Garcia, Marco Aurélio - "Le Parti communiste chilien et les alliances de classes", in: Critiques de l'économie Politique nº 27, abril-jun/1977, Paris, pp. 41 a 61.
- Horowitz, David (org) - Revolução e Repressão, Zahar, Rio, 1969.
- Ianni, Otávio - Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970), Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1971.
- Koval, Boris - História do proletariado brasileiro 1957 a 1967. Alfa-Omega, São Paulo, 1982.
- Kriegel, Annie e Perrot, Michele - Le socialisme français et le pouvoir. Ed. EDI, Paris, 1966.
- Lenin, Wladimir - Que Fazer? Ed. Estampa, Lisboa, 1973.
- Levy, Nelson - "O PC do B, continuidade e ruptura", in: Teoria e Política, nº 1, Brasil Debates, São Paulo, 1980, pp.22 a 59.
- Lima, Joaquim Celso de - Navegar é preciso. Ed. Diniz, São Paulo, 1984.
- Linhares, Hermínio - Contribuição à história das lutas operárias no Brasil. Alfa-Omega, São Paulo, 1977.
- Lobo, Eugênio Roberto Haddock - "A organização sindical brasileira e os direitos do Homem", in: Encontros com a Civilização Brasileira, nº 13, julho/79, Rio de Janeiro, pp.65 a 76.
- Malina, Salomão - "Problemas Histórico-políticos do PCB" - entrevista concedida a Revista Temas de Ciências Humanas nº 10, São Paulo, 1981, pp. 35 a 69.
- Mandel, Ernest - La teoria leninista de la organizacion. Ed. Del Siglo, Buenos Aires, 1972.
- Maranhão, Ricardo - Sindicatos e Democratização. Brasiliense, São Paulo, 1979.
- Marighella, Carlos - Escritos de Carlos Marighella, Ed. Livramento, São Paulo, 1979.
- _____ - Resposta a questionário da revista Pensamiento crítico, de Cuba. Transcrito no Jornal Em Tempo nº 89, de 8 a 14 de novembro de 1979, p. 12.
- Moisés, José Álvaro - Greve de Massa e crise política (estudo da greve dos 300 mil em São Paulo - 1953/54). Polis, São Paulo, 1978.
- Munakata, Kazumi - Algumas Cenas Brasileiras. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1982.
- Munhoz, Fábio Antonio - "Sindicalismo e democracia populista: a greve de 57", in: Cadernos Cedec 2.

- Nunes, Antonio Carlos Fóliz - PC linha leste. Ed. Livramento, São Paulo, 1980.
- Ohlweiler, Otto Alcides - Materialismo histórico e crise contemporânea. Mercado Aberto, POA, 1984.
- Oliveira, Francisco - A economia da dependência imperfeita. Graal, Rio de Janeiro, 1977.
- PCB em São Paulo (0): documentos 1974-1981. Ciências Humanas, São Paulo, 1981.
- Peralva, Osvaldo - O Retrato. Globo, POA, 1962.
- Pereira, Astrogildo - Ensaio Histórico e políticos. Alfa-Omega, São Paulo, 1979.
- Prado Jr, Caio - A Revolução Brasileira. Brasiliense, São Paulo, 1972, 4a. edição.
- Prestes, Luis Carlos - "Confissões de um guerreiro", entrevista concedida a Ricardo Gontijo. Playboy nº 114, jan/85, São Paulo.
- _____ - O PCB e a luta pela paz e pela democracia. Horizonte, Rio de Janeiro, 1945.
- Reis, Dinarco - A luta de classes no Brasil e o PCB. Ed. Novos Rumos, São Paulo, s.d.
- Rodrigues, Leôncio Martins - "O PCB: os dirigentes e a organização", in: Fausto, Bóris - História Geral da Civilização Brasileira, vol. 10, O Brasil Republicano, Sociedade e Política (1930-1964). Difel, São Paulo, 1983, 2a. edição, pp. 361 a 443.
- _____ - Trabalhadores, sindicatos e industrialização. Brasiliense, São Paulo, 1974.
- Segatto, José - Breve História do PCB. Ciências Humanas, São Paulo, 1981.
- VI Congreso de la Internacional Comunista. Primera parte: tesis, manifiestos y resoluciones. Ed. Pasado y Presente, México, 1977.
- Spindel, Arnaldo - O Partido Comunista na gênese do Populismo. Símbolo, São Paulo, 1980.
- Sodré, Nelson Werneck - "Contribuição a história do PCB. 3. A crise." in: Temas de Ciências Humanas, nº 10, São Paulo, 1981.
- Sorj, Bernardo - "História e crise da produção da verdade no marxismo", in: Novos Estudos Cebrap, nov/83, vol. 2, nº 3, pp. 25 a 34.
- Telles, Jover - O movimento sindical no Brasil. Vitória, Rio de Janeiro, 1962.
- Toledo, Caio Navarro de - ISEB: fábrica de ideologias. Ática, São Paulo, 1977.

Viana, Luis Werneck - Liberalismo e sindicato no Brasil. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1976.

Vinhas, Moisés - O Partidão - a luta por um partido de massas (1972-1974). Hucitec, São Paulo, 1982.

Viejo Tono Extra/4 (E1) - número especial "los partidos, la izquierda y la militancia: su pasado, su presente, su futuro y sus limites". Artigos de vários autores. Ed. Iniciativas Editoriales, Barcelona, 1976.

Weffort, Francisco - Dejemo-nos de farsas inúteis: História crítica ou História ideológica?, São Paulo, mimeo, 1973.

- "Democracia e Movimento Operário: algumas questões para a história do período 1945/1964", in: Revista de Cultura contemporânea, Cedec/Paz e Terra nº 1, julho de 1978 (primeira parte) nº 2 e janeiro de 79 (segunda parte).

- "Democracia e Movimento Operário: algumas questões para a história do período 1945/1964", in: Revista de Cultura e Política, Cedec, São Paulo, nº 1, agosto de 1979 (terceira parte).

- "Origens do Sindicalismo Populista no Brasil (a conjuntura do após-guerra)", in: Estudos Cebrap nº 4, abril-maio-junho 1973, Cebrap, São Paulo, pp. 65 a 106.

- O populismo na política brasileira. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1978.

- Por que democracia? Brasiliense, São Paulo, 1984, 2a. edição.

PERIÓDICOS CONSULTADOS

Cadernos de Nosso Tempo - nº 1 e 2 - 1954.

Problemas - nºs. 1 a 73 - 1947 a 1956.